

Mosane Pedro Machado Ribeiro

DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE  
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA PERSPECTIVA  
DA GESTÃO ESCOLAR



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2021



Mosane Pedro Machado Ribeiro

DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE  
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA PERSPECTIVA  
DA GESTÃO ESCOLAR



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2021

Mosane Pedro Machado Ribeiro

DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE  
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA PERSPECTIVA  
DA GESTÃO ESCOLAR

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação: Educação Especial, sob orientação da Professora Doutora Tereza Ventura.

Universidade Fernando Pessoa,  
Porto, 2021

## **RESUMO**

O processo de inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais requer da equipe educacional um mais cuidadoso planejamento para que a inclusão realmente seja efetivada. E isso é possível quando existe uma gestão democrática. Para que possamos avançar no processo inclusivo, surgem os questionamentos: Quais são os desafios e entraves enfrentados por uma gestão escolar no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular de uma escola pública, de ensino fundamental municipal, no Brasil? Quais os avanços detectados?

Ante esses questionamentos, o desejo por esta temática se fez presente e, assim, esta pesquisa tem como objetivo “Identificar quais são os principais desafios, avanços e entraves no processo de Inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, na perspectiva da gestão escolar de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental, da cidade de Mirinzal-Maranhão/Brasil”.

Para responder aos objetivos propostos, esta investigação se apoiou numa metodologia qualitativa, configurando-se estudo de caso e, participando do estudo, cerca de 20 profissionais da equipe de educação de uma escola pública de Mirinzal-Maranhão.

Com os resultados, verificou-se ser ainda presente que a escola busque o processo de formação de seus professores para atuarem no ensino aprendizagem do aluno com necessidades especiais. Infelizmente, nem todos os educadores possuem conhecimento específico para atuarem com a inclusão, em sala de aula. Há necessidade de um mais amplo compartilhamento das práticas pedagógicas inclusivas que dão certo para os professores especializados. Neste sentido, esperamos que esta investigação possa contribuir para o processo de formação dos profissionais da educação que atuam diretamente com os alunos com NEE.

Palavras-Chave: Desafios. Avanços. Educação Inclusiva. Gestão Escolar

## **ABSTRACT**

The process of inclusion of students with Educational Needs requires a more careful planning from the educational team so that the inclusion really takes effect. And this is possible when there is democratic management. In order for us to advance in the inclusive process, the following questions arise: What are the obstacles faced by school management in the process of including students with special educational needs in the regular education of a public school, of municipal elementary education, in Brazil? What are the advances detected?

In view of these questions, the desire for this theme was present and, thus, this research aims to “Identify what are the main challenges, advances and obstacles in the process of Inclusion of students with special educational needs, from the perspective of the school management of a school. municipal public school of Elementary Education, in the city of Mirinzal-Maranhão / Brazil ”.

To answer the proposed objectives, this investigation was supported by a qualitative methodology, configuring a case study and, participating in the study, about 20 professionals from the education team of a public school in Mirinzal-Maranhão.

With the results, it was found to be still present that the school seeks the process of training its teachers to act in teaching the learning of students with special needs. Unfortunately, not all educators have specific knowledge to work with inclusion in the classroom. There is a need for a broader sharing of inclusive pedagogical practices that work for specialized teachers. In this sense, we hope that this investigation can contribute to the process of training education professionals who work directly with students with SEN.

Keywords: Challenges. Advances. Inclusive education. School management

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus queridos pais José Ribeiro e Faustina  
Ribeiro,

Aos meus filhos João Pedro, Daniel e Felipe Cauã,

À minha esposa Surama Ribeiro

E a todos os meus queridos irmãos.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é de fato uma palavra que deve ser uma atitude diária na vida das pessoas, pois é um reconhecimento àqueles que de alguma forma contribuem com a caminhada ou os objetivos da vida de alguém.

Aqui quero em primeiro lugar agradecer a Deus pela vida e pelas muitas graças concedidas.

À Profa. Doutora Maria Tereza Ventura, que por meio de sua segura orientação, compreensão e dedicação durante toda a produção desta dissertação me permitiu avançar e crescer intelectualmente.

Em especial agradeço aos meus familiares: Aos meus pais José de Ribamar Santos Ribeiro (*in memoriam*) à minha mãe Faustina Machado Ribeiro e a todos os meus queridos irmãos que de forma direta e indireta contribuíram para que eu chegasse até aqui.

À minha amada esposa Surama Silva Salvino Ribeiro e aos meus filhos João Pedro Salvino Ribeiro e Daniel Salvino Ribeiro e Felipe Cauã Ribeiro, fontes de inspiração, amor e cuidados.

Aos caros colegas mestrados que também me foram úteis nos momentos difíceis e pelo coleguismo e apreço a mim dedicado por eles.

Aos professores do curso do mestrado, pessoas excelentes e preparo intelectual, que contribuíram muitíssimo no meu novo preparo intelectual.

Em especial às professoras Doutoras Maria Tereza Ventura, Fatima Coelho e Susana Marinho, pelo empenho e dedicação.

Aos meus colegas professores do ensino médio e fundamental pelas muitas colaborações e incentivos dados neste empreendimento do mestrado.

Ao amigo e colega do mestrado Prof. Edson Lobo, pelo incentivo e colaboração que mutuamente desenvolvemos durante esse período de estudo.

Enfim a todos os que direta ou indiretamente contribuíram à conclusão deste curso de mestrado.

## INDÍCE GERAL

RESUMO.....	v
ABSTRACT .....	vi
DEDICATÓRIA.....	vii
AGRADECIMENTOS .....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xvi
I. INTRODUÇÃO .....	- 1 -
i. Justificação da Escolha do Tema .....	- 3 -
ii. Pergunta de Partida .....	- 5 -
iii. Objetivos.....	- 5 -
iii.i. <i>Objetivo Geral</i> .....	- 5 -
iii.ii. <i>Objetivos Específicos:</i> .....	- 6 -
iv. Metodologia.....	- 6 -
v. Técnicas e Instrumentos de aquisição e tratamento da informação.....	- 7 -
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	- 8 -
1. REVISÃO DA LITERATURA .....	- 9 -
i. Educação inclusiva .....	- 9 -
i.i <i>Necessidade educativas especiais</i> .....	- 13 -
i.ii <i>Aspectos históricos sobre necessidades educativas especiais</i> .....	- 13 -
i.iii <i>A abrangência da educação inclusiva. As necessidades educativas especiais na educação inclusiva.</i> .....	- 16 -
ii. O processo de aprendizagem e o desafio da inclusão.....	- 18 -
ii.i <i>Ressignificar a orientação e práticas pedagógicas nas escolas públicas regulares</i> .....	- 18 -
ii.ii <i>As adequações das escolas públicas no contexto da educação inclusiva</i> -	20 -
ii.iii <i>O desafio de ensinar a todos</i> .....	- 22 -
iii. Visão sobre gestão escolar.....	- 24 -
iii.i <i>Gestão escolar</i> .....	- 30 -
iii.ii <i>Gestão democrática escolar</i> .....	- 31 -
iii.iii <i>Gestão escolar e inclusão</i> .....	- 34 -
iii.iv <i>Os pilares da gestão democrática escolar</i> .....	- 36 -

iii.v. <i>Gestão escolar na atualidade</i> .....	- 37 -
iii.vi <i>Papel do gestor escolar diante da inclusão</i> .....	- 38 -
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO .....	- 40 -
1. Descrição do Estudo .....	- 41 -
i. Justificativa da problemática abordada e do paradigma adotado .....	- 41 -
ii. As perguntas de partida e objetivos a atingir.....	- 41 -
ii.i. Objetivo Geral .....	- 41 -
iii. Contexto e universo de pesquisa .....	- 42 -
iv. Métodos, Técnicas, procedimentos e instrumentos de pesquisa.....	- 47 -
2. Apresentação e Discussão de Resultados .....	- 49 -
i. Categoria “I. Processo de Inclusão Educativa” .....	- 49 -
ii. Categoria II. Relação Pedagógica entre alunos NEE, professores de Educação Especial e professores de turma.....	- 52 -
iii. Categoria “III. Recetividade dos professores na elaboração das adequações curriculares de modo a facilitar a aprendizagem dos alunos NEE.”.....	- 55 -
iv. Categoria "IV. Recetividade à presença do docente de Educação Especial e do aluno NE na sala de aula.....	- 59 -
v. Categoria “V. Trabalho Colaborativo entre professor titular e professor de Educação Especial para o sucesso escolar e a inclusão de alunos com NEE nas nossas escolas”.....	- 63 -
vi. Categoria “VI: Trabalho Colaborativo entre professores e a gestão escolar” .....	- 68 -
3. CONCLUSÃO.....	- 76 -
4. BIBLIOGRAFIA .....	- 78 -
ANEXOS .....	- 83 -
Anexo 1 – Parecer Substanciado da Plataforma Brasil .....	- 83 -
Anexo 2 – Autorização da Escola.....	- 91 -
Anexo 3 – Guião de Entrevista / Questionário .....	- 92 -
Anexo 4 – Declaração de Consentimento Informado.....	- 106 -
Anexo 5 – Tabulação de categorização .....	- 109 -

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Influência dos Documentos Internacionais sobre os Documentos Nacionais.....	- 10 -
Figura 2. Quadra da Escola.....	- 43 -
Figura 3. Comemoração da fundação da escola .....	- 43 -

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Grafico 1. Formação dos Profissionais.....- 45 -

Grafico 2. Tempo de Trabalho na Educação.....- 46 -

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Adequações de grande porte.....	- 39 -
---	--------

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Comparação entre os paradigmas de administração e gestão .....	- 27 -
Tabela 2. Dados da Amostra dos participantes.....	- 44 -
Tabela 3. Formação inicial dos professores.....	- 46 -
Tabela 4. Processo de Inclusão.....	- 49 -
Tabela 5. Disciplina da Turma .....	- 51 -
Tabela 6. Relação Pedagógica - Benefícios.....	- 52 -
Tabela 7. Relações Pedagógicas : Dificuldades .....	- 54 -
Tabela 8. Soluções para sanarem as dificuldades.....	- 56 -
Tabela 9. Estratégias para a aprendizagem.....	- 57 -
Tabela 10. Trabalho Colaborativo .....	- 59 -
Tabela 11. Benefícios da Inclusão.....	- 61 -
Tabela 12. Dificuldades e ou desvantagens com a inclusão.....	- 62 -
Tabela 13. Significado do trabalho colaborativo.....	- 63 -
Tabela 14. Trabalho em equipe .....	- 65 -
Tabela 15. Trabalho Colaborativo entre professores.....	- 66 -
Tabela 16. Trabalho em equipe .....	- 68 -
Tabela 17. Formação dos Professores .....	- 69 -
Tabela 18. Contribuição para o processo de inclusão .....	- 70 -
Tabela 19. Conhecimento dos direitos .....	- 72 -
Tabela 20. Planejamento e atividade de inclusão .....	- 73 -
Tabela 21. Trabalho colaborativo professor e gestão escolar.....	- 74 -

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CF	Constituição Federal
CEB	Conselho Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CID	Classificação Internacional de Doenças
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBI	Lei brasileira de inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR -	Organização das Nações Unidas do Brasil
PEE	Professor de Educação Especial
PER	Professor de Educação Regular
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
UEx	Unidade Executiva
UEB	Unidade de Educação Básica
UFP	Universidade Fernando Pessoa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

## I. INTRODUÇÃO

A presente dissertação desenvolve-se a partir de um desejo em investigar os desafios, avanços e entraves que uma escola vivencia ao incluir os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) - no processo de escolarização. Em particular, o trabalho de campo procura entender quais são os desafios, avanços e entraves no processo de inclusão desses alunos sob a perspectiva da gestão escolar, em uma escola pública de Ensino Fundamental, da cidade de Mirinzal/Maranhão/Brasil.

Desde a segunda metade do século XX houve fluxos de eventos das Organizações das Nações Unidas (ONU) e dos Estados-nações que estabeleceram Diretrizes, Legislações e Políticas Públicas Educacionais que nortearam o processo da inclusão das pessoas com deficiência, atendendo os anseios de uma sociedade que almeja a promoção da igualdade entre as pessoas. Nesse aspecto, a diversidade se estabelece como padrão em detrimento à “normalidade”, padrão este a ser superado.

É no âmbito educacional que as políticas públicas educativas tomam corpo e se fortalecem para atender àqueles que, durante quase toda a história da humanidade, tiveram os seus direitos negados, ou seja, as pessoas com deficiência.

Objetiva-se neste trabalho compreender o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE). Entende-se que é somente por meio de uma gestão democrática que ocorre a inclusão em todos os conceitos e aspectos que lhes são próprios. Analisa-se o contexto da educação inclusiva, os desafios, avanços e entraves no processo de escolarização de alunos com NEE.

É bem recente o processo de estruturação dos princípios, diretrizes, leis e práticas inclusivas no domínio educacional como recurso de se criar uma sociedade inclusiva. Nesse aspecto houve o surgimento de um corpo de leis que garante os direitos básicos da pessoa humana, o que representou, sem dúvida, um avanço importantíssimo na edificação de uma sociedade mundial baseada no direito.

Várias são as leis que defendem os direitos básicos do cidadão, tanto em âmbito mundial quanto nacional, respectivamente a Declaração dos Direitos do Homem (1948) e a Constituição Brasileira (1988), ambas, leis que enfatizam que todos somos iguais perante a Lei. Esta afirmação de “igualdade perante a Lei” se dá porque os direitos do homem nem sempre são respeitados, com destaque para as pessoas com deficiência, as quais em geral, são discriminadas e excluídas.

A Constituição brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) estabeleceram o direito de as pessoas com deficiência frequentarem as escolas regulares, e asseguraram o direito de todos à educação. A Conferência Mundial de Educação para todos (UNESCO,1990) realizada em Jomtien, Tailândia, estabeleceu diretrizes e metas para melhorar a educação de crianças e jovens com deficiências.

A mudança significativa dos aspectos legais da educação para as pessoas com deficiência deu-se em 1994 com a Declaração de Salamanca - Conferência Mundial de Educação Especial, que passou a considerar a inclusão dos alunos com NEE em classes regulares. Os 88 (oitenta e oito) países reunidos como membros das Nações Unidas nessa Conferência declararam-se:

Diante do novo paradigma inclusivo das escolas e a conseqüente superação do antigo, tornam-se imperativas as mudanças de atitudes por parte de todos os que integram a comunidade escolar. Lima (2016, p.37) destaca que todos os componentes da comunidade escolar - família, gestores, professores - devem participar com responsabilidade no ambiente escolar, objetivando a inclusão e participação dos alunos com deficiência, tratando-os com igualdade. Ainda segundo a autora, para que a inclusão escolar se torne realidade é necessário que os instrumentos de suporte do trabalho escolar, como o currículo, o PPP (Projeto Político Pedagógico) e a metodologia sejam flexíveis na busca de atender o processo de inclusão dos alunos sob a coordenação do gestor escolar.

Cabe à escola, como gestora do processo educativo, assumir o desafio de escolher metodologias pedagógicas construtivas que visem o desenvolvimento da autonomia do

educando e que ele seja parte desse processo, portanto, “O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança” (UNESCO,1994). À escola “(...) cabe a ela participar de modo ativo no desenvolvimento do sujeito, por meio de uma práxis que possibilite a eles o desenvolvimento de reflexões sobre o real” (Anache, 2016, p. 131).

Os desafios para a efetivação da inclusão de alunos NEE em uma escola são grandes, contudo, muitos os instrumentos e normatizes que podem corroborar a efetivação desses direitos. No que se refere às legislações internacionais, temos a Carta para o Terceiro Milênio, de 9 de setembro de 1999, a qual estabelece medidas de apoio ao pleno empoderamento e inclusão em todos os aspectos da vida. Há também as “Normas para equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência da ONU n. 48/96 de 20 de dezembro de 1993, na qual se estabelecem medidas de implementação da igualdade de participação em acessibilidade, educação, emprego, renda, seguro social, dentre outros (Faders, 2020).

Ainda no contexto da garantia da inclusão, há também as convenções que surgem para assegurar e promover o exercício da equidade. Temos a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências”; “Convenção de Guatemala”; “Convenção sobre os Direitos da Criança”; as “Convenções de OIT 111/159 E 168”. E há também as declarações que fazem a diferença na efetivação da inclusão, tais como: Declaração de Cave Hill/1983; Declaração de Caracas/2002; Declaração de Sapporo/2002; Declaração de Madri/2002; Declaração de Quito/1998; Declaração de Santiago (Chile)/1998; Declaração de Salamanca/1994; Declaração de Jomtien/1990; Declaração de Sundeberg/81 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

### **i. Justificação da Escolha do Tema**

A justificativa para a escolha do tema desta dissertação compõe-se das seguintes dimensões: pessoal, social e científica.

A justificativa quanto ao enquadramento desta pesquisa investigativa salienta que o tema da mesma se depreende do processo da busca da inclusão dos alunos com

necessidade educativa especial, que teve de forma internacional uma tomada de atitude dos 88 estados-nações, as quais, reunidos em Salamanca, debateram sobre “política e práticas em educação especial” e estabeleceram as diretrizes que formulam a escola inclusiva.

Em âmbito nacional o Brasil como signatário da Convenção de Salamanca e com uma constituição de 88 e uma LDBN que estabelecem os princípios de uma educação inclusiva, deve “capacitar escolas comuns para atender todos os alunos, em particular aqueles que são portadores de necessidades educativas especiais” e gerir o ambiente escolar democraticamente. A pesquisa investiga o processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais numa escola pública municipal de ensino fundamental, numa perspectiva da gestão escolar. De modo que é abordado este assunto na revisão de literatura, haja vista a complexidade das várias dimensões que compreendem o processo da inclusão das NEE, seja da dimensão da gestão, ou de outras dimensões pedagógicas, curricular, formação de professores, entre outras, numa necessária mudança para atender os alunos com NEE e cumprir a legislação.

Configura-se desde a graduação o forte interesse do mestrando pela educação especial, que influenciado pela professora de didática I e II, Heloisa Varão, soube explicar muito bem a legislação e o novo paradigma inclusivo.

Quanto à carreira de magistério, que ele exerce desde 2007, o mestrando pôde experienciar na prática o processo de inclusão das NEE, fosse como professor ou mediante o exercício da gestão escolar.

Em especial na escola de ensino fundamental onde se realizou a pesquisa desta investigação, foi possível vivenciar situações de segregação, pois um número significativo de alunos do 6º ano com idade série distorcida, permanecia no sexto ano, reprovados e geralmente mantidos no 6º ano b, conhecido como o 6º ano de alunos problemáticos, pois eram alunos que não sabiam ler e escrever, em sua grande maioria; outros alunos aparentemente com deficiências, mas não tinham o CID, processo de ensino não adequado para satisfazer a aprendizagem dos alunos, que notoriamente apresentavam desvantagens sociais, aparentes deficiências, dentre outros problemas observados.

Durante esses momentos de suas experiências no magistério, o mestrando sentiu as dificuldades que as escolas enfrentam na acolhida desses alunos, percebendo-se as dificuldades de falta de conhecimento teórico para conhecer a realidade desses alunos, bem como a falta de conhecimento da legislação, e até certas resistências familiares e de alguns profissionais, em dar encaminhamento para a solução dos problemas. Ainda que durante a passagem dos anos houvesse uma melhoria do quadro docente em se preparar para atender esses alunos, a realidade está distante de ser alcançada nos dias hodiernos, visto que o trabalho escolar ainda apresenta falta de panorama holístico para solucionar os problemas enfrentados.

Eis aí, sintetizados, os motivos que justificam o porquê da escolha da presente temática investigativa.

Para consecução deste trabalho investigativo, far-se-á uso de uma literatura apropriada para o tema, que contará com os seguintes autores: Aranha (2020), Luck (2013), Mantoan (2006,2015), Lima (2016), Correia (1999).

## **ii. Pergunta de Partida**

Quais são os desafios e entraves enfrentados por uma gestão escolar no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular de uma escola pública de ensino fundamental municipal? Quais os avanços detetados?

## **iii. Objetivos**

### *iii.i. Objetivo Geral*

Identificar quais são os principais desafios, avanços e entraves no processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, na perspectiva da gestão escolar de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental, da cidade de Mirinzal-Maranhão/Brasil.

*iii.ii. Objetivos Específicos:*

- Verificar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na educação regular.
- Verificar a existência de planejamentos/ações participativos para a efetivação da inclusão escolar.
- Identificar os desafios, os entraves e os avanços que a equipa educacional da escola regular percebe ter enfrentado/ainda enfrentar para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais.

Este estudo refere-se ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais sob a perspectiva da gestão (democrática) escolar. Tal problemática faz parte das questões que se colocam na atuação da gestão escolar na inclusão.

#### **iv. Metodologia**

Esta pesquisa se caracteriza como um Estudo de Caso, com cariz qualitativo. A pesquisa de natureza qualitativa como o estudo de caso, segundo Bruches *et alii*. (2015, p.3) “(...) busca entender, descrever, explicar os fenômenos de modo diferente: analisando experiências de indivíduos ou de grupos, examinando interações e comunicações”. Conclui-se, então, que os métodos de trabalho a ser adotados para esta pesquisa seguem uma lógica indutiva.

Segundo Yin (cit. in Bruches *et alii*, 2015) o estudo de caso é a estratégia de investigação empírica escolhida ao se examinarem fenômenos contemporâneos, e conta com técnicas como observação direta e série sistemática de entrevista, podendo lidar com uma ampla diversidade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações.

Os sujeitos desta pesquisa foram escolhidos sob critérios objetivos, pois os que participaram – que responderam a um guião de entrevista /questionário semiestruturado - estão intrinsecamente ligados aos alunos com necessidades educativas especiais.

#### **v. Técnicas e Instrumentos de aquisição e tratamento da informação**

Como instrumentos de investigação, foi utilizado um guião de entrevista / questionário que contribuiu com a recolha dos dados por meio da entrevista. E, após a recolha de dados, as respostas foram tabuladas e categorizadas conforme sugere a “análise de conteúdo” de Bardin (2016) com a demonstração das categorias onde se agrupam os registros semânticos que compõem os conteúdos, bem como demonstradas as subcategorias e os registros semânticos de cada uma delas, que constituíram a análise desses resultados.

A dissertação apresenta-se em duas partes e essas são divididas em capítulos. A primeira parte tratará da revisão de literatura e possui três capítulos: 1. Educação inclusiva que apresenta as necessidades educativas especiais; os aspectos históricos sobre as necessidades educativas especiais e a abrangência da educação inclusiva. 2. O processo de aprendizagem e o desafio da inclusão terá a discussão da ressignificação e orientação e práticas pedagógicas nas escolas públicas regulares; as adequações das escolas públicas no contexto da inclusão e o desafio de ensinar a todos. 3. Visão sobre gestão escolar trará, também, a gestão democrática escolar e a inclusão; os pilares da gestão democrática escolar e o papel do gestor escolar diante da inclusão.

Na segunda parte da dissertação será apresentado o estudo empírico, mediante a descrição do estudo; a justificativa; os objetivos e a pergunta de partida, e a apresentação e discussão dos resultados, conforme apresentado ao longo do texto.

## **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **1.REVISÃO DA LITERATURA**

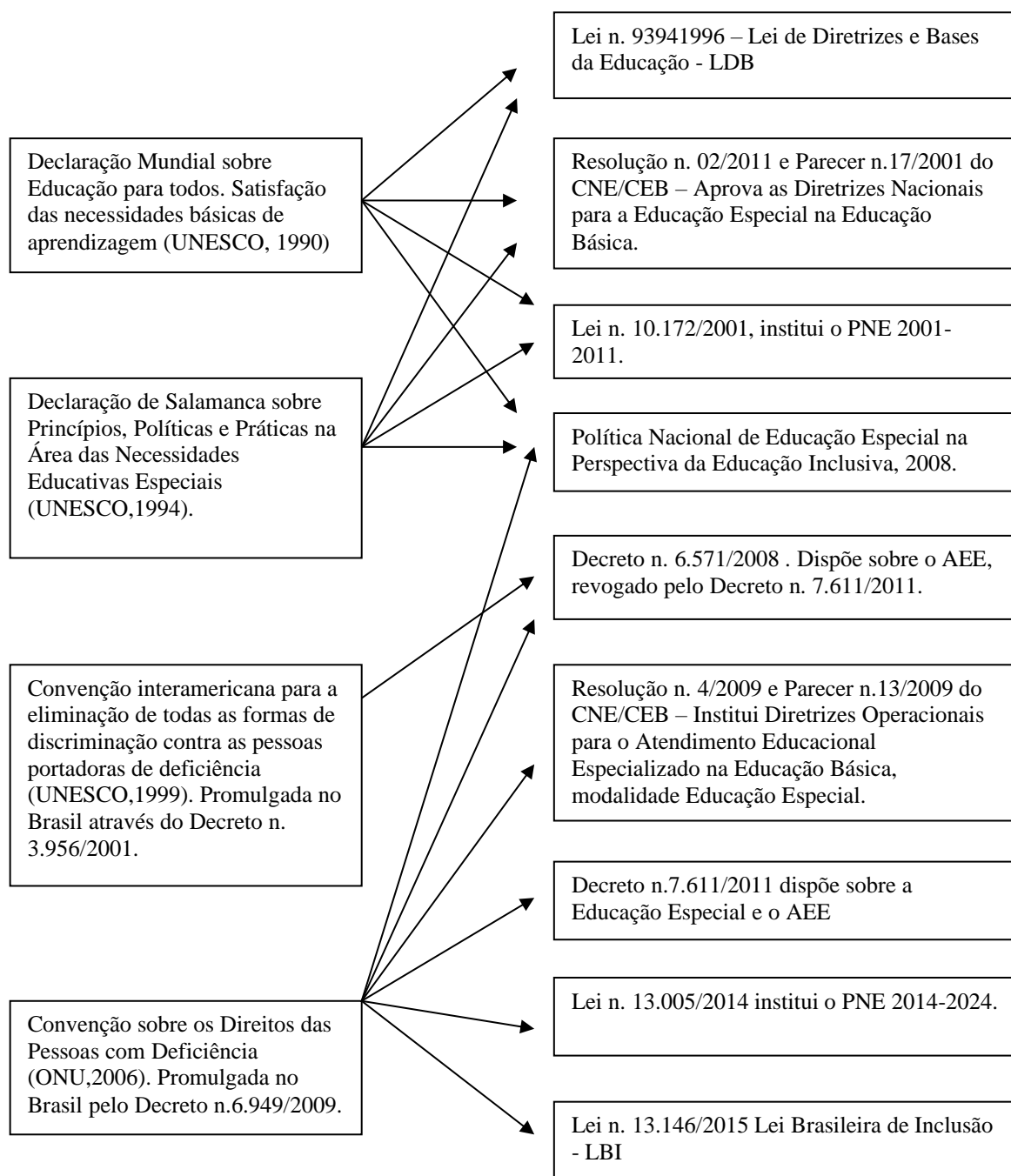
### **i. Educação inclusiva**

A inclusão social e os direitos das pessoas com deficiência no Brasil são considerados pelo Sistema das Nações Unidas ao Brasil como condição fundamental para o desenvolvimento do sujeito e o seu exercício da cidadania. Entre os avanços e os desafios propostos pela ONUBR (2013), está o cumprimento do programa viver sem limites, organizado em quatro eixos: 1. Educação; 2. Saúde; 3. Inclusão social e 4. Acessibilidade (ONUBR,2013).

A Educação Inclusiva no Brasil, surge com o intuito de contribuir para o processo de inserção dos alunos com necessidades educativas especiais na educação regular. Ela é resultante de processos históricos, como também de teorias, discussões e práticas que foram tecidas no ambiente social e escolar, e tiveram a participação de pessoas com deficiências e de educadores, isto em nível mundial (Gil, 2005). Ela também é consequência dos direitos das pessoas com deficiência, à educação, sendo parte do processo do exercício da cidadania. Isto se torna mais evidente quando do surgimento da Declaração dos Direitos Humanos (1948), na busca de uma sociedade mais justa, no combate à discriminação. Pois, a escola que tradicionalmente tratava a todos de forma igual ou “desiguais” no seu processo de ensino, excluía as pessoas com deficiência, dentre outras, ferindo assim, os direitos das pessoas ao promover a exclusão das mesmas.

Os documentos internacionais sobre a legislação e as políticas de Educação Especial exercem uma grande influência no Brasil, isso porque todo o nosso referencial teórico e legislativo tem como base as normas e as declarações internacionais. Diante disso, é possível verificar a influência externa na política nacional de Educação Especial, como se verifica no quadro abaixo:

**Figura 1.** Influência dos Documetos Internacionais sobre os Documentos Nacionais



Fonte: Pavezi e Mainares, 2018, p.161.

Ao longo da segunda metade do século XX, e nas primeiras décadas do século XXI, surgiu em âmbito mundial uma série de Conferências, Convenções e Declarações que darão corpo à educação inclusiva, das quais as principais são : 1975 - Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (ONU), proclamava os direitos das pessoas com deficiência, sem qualquer discriminação; 1990 - Conferência Mundial sobre

Educação para Todos (ONU), aprova a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtiem, Tailândia); a Declaração de Salamanca (1994) que reafirma o compromisso para com a educação para todos e reconhece a necessidade de providenciar a educação para pessoas com necessidades educativas especiais, no âmbito do sistema regular de ensino, e a convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999).

A educação inclusiva perpassa a questão da definição igualdade-diferenças. Mantoan (2015) propõe uma inclusão em que os movimentos e esforços educacionais busquem uma formação mais equitativa, pautada no mérito dos sujeitos, sejam eles da educação regular ou da educação inclusiva.

O direito por uma educação igualitária não se limita apenas ao cumprimento da legislação, mas na busca pelo combate à exclusão e ao preconceito quanto às necessidades educacionais individuais (Mantoan, 2015). Corroborando a autora, Sanches e Teodoro (2006, p.75) [...] “poque o aluno está na escola para aprender, para ter sucesso, independentemente das suas dificuldades e diferenças.”

Já para Ainscow (2005), a educação inclusiva pressupõe a total abertura e participação de todos os alunos em todas as ações propiciadas em âmbito das escolas regulares. Mas há um desafio a ser superado, pois, a educação inclusiva ainda é encarada como a política de inclusão dos alunos com NEE, para o contexto da escola regular, e o que é pior, com o entendimento de que, basta a transferência dos alunos das escolas especiais para o seio das escolas regulares para que os alunos sejam considerados “incluídos” - segundo este autor, a superação de tal contradição tem como possível solução um rearranjo do desenvolvimento “organizacional e pedagógico contínuo no sistema regular de ensino”.

Mittler (2003) defende a educação inclusiva, com base numa necessária mudança no âmbito escolar, nos aspectos concernentes ao: currículo, avaliação, pedagogia e outras estratégias na busca de enturmar os alunos nos grupos de atividades escolares, com o claro objetivo de receber e atender todos os alunos sem nenhuma distinção ou diferenças, sendo o ponto alto da inclusão a aceitação da “diversidade”, tendo como subsídio, o

gênero, a nacionalidade, a língua de origem, o meio social e a capacidade de assimilação cognitiva ou a deficiência.

Neste mesmo aspeto, Diniz e Vasconcelos (2004, p.125) apontam que “o princípio fundamental da educação inclusiva consiste em que toda criança deve aprender juntas, onde isso for possível, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter”. Corroborando o autor, Mittler (2003, pp.35-36):

A educação inclusiva é oferecida na sala de aula regular, mas não é incompatível com a noção de apoio, o qual pode ser planejado e oferecido com um assistente de apoio à aprendizagem ou um outro professor em sala de aula. [...] A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional. Eles também merecem apoio dos seus diretores e das autoridades locais, assim como dos coordenadores de necessidades especiais da escola e dos serviços externos de apoio à escola. Isto deve ser expresso com clareza no plano de desenvolvimento da escola e na política de necessidades especiais. (Mittler, 2003, p. 35,36)

Percebe-se que a educação inclusiva configura um processo educativo que se desenvolve em grande parte na sala de aula, a responsabilidade de seu desenlace não dependendo exclusivamente do professor. Este terá que ser preparado desde a sua formação inicial, e no decorrer do desenvolvimento de sua carreira profissional, terá que ter capacitações ensejadas pelos sistemas de ensino, e apoio do gestor escolar e, também, pelo coordenador da necessidade especiais. Além disso, devem ser inseridos no PPP da escola, os objetivos e planos acerca da educação das NEE.

A educação inclusiva, dado seu caráter heterogêneo, não pode ser encarada como um problema, mas como um desafio que aguça e desenvolva novas atitudes e mentalidades nos profissionais de educação. Pois, a intervenção dos profissionais de educação terá que ser feita para acatar em salas de aulas de maneira eficiente, todas as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Para tanto, umas das ações principais dos professores será o planejamento que englobe toda a turma ou todos os alunos, tendo um caráter que leve em consideração saberes já adquiridos pelos alunos, valorizando as suas habilidades, capacidades e a sociabilidade do desenvolvimento do conhecimento que

pode ser adquirido pelos alunos. O planejamento tem que ser flexível, haja vista a ação e reação dos alunos diante do planejado (Sanches e Teodoro, 2006).

### *i.i Necessidade educativas especiais*

Segundo Correia (1999) o conceito de necessidades educativas especiais foi um dos principais conceitos surgido após o início do movimento de Integração. As NEE- Necessidades Educativas Especiais - tornou-se um termo altamente conhecido em âmbito mundial, e tem como objetivo provocar a “democratização das sociedades”, conceito marcante da filosofia da Integração, visando a superação das “discriminações por raça, religião, opinião, características intelectuais e físicas, da promoção da igualdade”, a qualquer criança e adolescente em tempo escolar.

Brennan (1999) citado por Correia, destaca que qualquer problema, quer seja de ordem física, sensorial, intelectual, social ou resultante da mescla destas problemáticas, traz efeitos sobre o processo de ensino aprendizagem, tornando-se necessária uma modificação no campo do currículo, ou mudanças que oportunizem, de forma especial, a aprendizagem adaptada à necessidade do aluno, sendo estas necessidades entendidas como severas, permanentes, ou de caráter passageiro, atuando em algum período da vida acadêmica do aluno.

Segundo Coll et al (2004) o conceito necessidades educativas especiais requer para o desenvolvimento da aprendizagem e superação das dificuldades de aprendizagem, recursos educativos variados, tais como: professores especializados, profissionais específicos que cooperem para melhor acesso dos alunos ao currículo, supressões de barreiras arquitetônica, adaptação de edifícios, sistemas de comunicação alternativo, ou qualquer meio educativo que possibilite o desenvolvimento educacional dos alunos com NEE.

### *i.ii Aspectos históricos sobre necessidades educativas especiais*

Para discorrer sobre um longo período da História da exclusão das NEE, que para isso, envolve vários povos, vários períodos históricos, várias culturas e mentalidades, seja

de ordem econômica, filosófica ou religiosa, demanda tempo, mas aqui, far-se-á uma exposição sucinta, o que se adequa aos objetivos do estudo proposto, com base nos seguintes autores: Tezani (2004), Manacorda (2002).

Segundo Tezani (2004) “o paradigma da exclusão se caracteriza por excluir totalmente do convívio social e educacional a pessoa com algum tipo de deficiência.” A autora afirma que durante longos séculos, desde a antiguidade clássica, passando pela idade média, moderna e contemporânea até o estabelecimento do paradigma da inclusão que surgiu a partir da segunda metade do século XX, o que prevaleceu durante todo esse longo tempo foi o processo de exclusão das pessoas com deficiência.

Para Tezani (2004), os povos primitivos da antiguidade clássica agiam de duas formas para com as pessoas com deficiência: alguns eram exterminados em consequência do entendimento de que seriam uma barreira para a sobrevivência do grupo social ao qual pertenciam, já outros, eram preservados com a vida, com base na visão religiosa de agradarem aos deuses.

Para além dessa visão dualista, Manacorda (2002) aponta que a sociedade antiga era dominada pela aristocracia, a que detinha a propriedade da terra e controlava o poder político, o sistema econômico tendo por base o escravismo e os ramos da produção se dividindo em: agricultura, pecuária, artesanato e comércio. Quanto à educação, o autor afirma que havia escolas que cultivavam o ensino próprio para aqueles que pertenciam às classes sociais dominantes, e, portanto, o ensino se voltava para a arte de pensar, com o objetivo de prepará-los para o exercício da política, por meio da oratória. Também havia escolas que preparavam para a ação, pois estavam voltadas para a prática, para as habilidades corporais e para o preparo da guerra. Este tipo de educação, era destinado às classes sociais inferiores.

Segundo Werner Jaeger (1986) entre os gregos havia uma grande valorização do corpo, isto se configurava através das estátuas dos campeões olímpicos. Com relação à educação das crianças, eram educadas com base num conjunto de ideias que valorizava os aspectos físicos, espirituais, que visava à formação de um homem apto para viver em sociedade, onde os valores individuais eram crescentes. Com relação às pessoas com

deficiência (Akashi e Dakuzaku, 2001, p.31) apontam que era “abandonado e deixado à própria sorte, como faziam os povos primitivos, ou era morto, como ocorria em Esparta e no Império Romano”. Diante disso, fica evidente que durante esse importante período da história as pessoas com deficiência não tinham oportunidade de serem incluídas na sociedade e nem no seu sistema educativo.

A idade média é um período histórico que vai do século V ao XV, o que, segundo Iannone (1992) foi marcado por alguns aspectos sociopolítico e econômicos que se destacam: sociedade estamental, ruralização da sociedade, produção agrária autossuficiente - sendo a terra o bem mais valorizado, poder político descentralizado, sob o domínio da nobreza.

Com relação a aspectos educativos, Aranha (2020, p.97) destaca que “a educação surge como instrumento para um fim considerado maior, a salvação da alma e a vida eterna”. Nesse período, marcadamente teocrático, Deus é considerado o centro do sistema social, religioso e político, sendo também o objetivo da ação e finalidade pedagógica.

Quanto às pessoas com deficiências, houve uma ligeira mudança, pois, as pessoas diferentes não poderiam ser exterminadas, tendo ganho o status de criaturas de Deus, porém, continuando excluídas do convívio social. Eram usadas para diversão da nobreza, trabalhavam de bobo da corte, em circos, tabernas ou bordéis (Akashi e Dakuzaku, 2001).

Correia (1999) destaca que no campo da filosofia educacional surgiu uma nova visão sobre as pessoas com deficiência, graças à filosofia iluminista, de autores como John Locke e Rousseau - este último, autor de “Emílio ou da Educação”, uma visão do mito do bom selvagem, propiciou uma nova maneira de tratar as pessoas com deficiências; decorreram novos olhares.

Ante o fortalecimento do comércio e da classe de comerciantes, cresce gradativamente o poder da razão como nova forma de explicar a realidade, e com isto há um arrefecimento do poder e pensamento religioso que sofre um declínio. Concomitantemente a isto, fica cada vez mais amplo o poder da classe burguesa, pois o modo de produção capitalista ganha fôlego no desenvolvimento do mercantilismo e da

manufatura. Nesse período da história, com relação ao trato das pessoas com deficiência, surgiram ideias, relacionando a deficiência à natureza orgânica, fruto de causas naturais, a mesma passando a ser tratada também por meio da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da incipiente medicina. Já no século XVII, novos avanços na medicina elucidaram a tese da organicidade, corroborando para o entendimento da deficiência, como um processo natural. A tese da organicidade favoreceu o tratamento das pessoas com deficiência, juntamente com a tese do desenvolvimento por meio da estimulação, ainda que lentamente, para ações de ensino, a partir do século XVIII (Aranha, 2005).

*i.iii A abrangência da educação inclusiva. As necessidades educativas especiais na educação inclusiva.*

O com o princípio da Declaração de Salamanca, a escola regular tornou-se um espaço que pôde ser frequentado por todos, sem exceção, não importando a sua nacionalidade, credo religioso, língua, deficiência física, intelectual etc; pelo menos em tese, a escola está aberta a todos. Com base nesses princípios, mais de 88 nações reunidas na cidade de Salamanca (Espanha) estabeleceram as bases de uma educação inclusiva, o que para Sanches e Teodoro (2006, p.72). Tratava-se de “uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e práticas educativas.”

Nesse paradigma inclusivo, dado o seu caráter abrangente, as necessidades educativas especiais ocupam um lugar de destaque, pois foi a partir do conceito de necessidades educativas especiais que se iniciou a integração e, posteriormente, a inclusão. O debate acerca da educação inclusiva teve como ponto de partida, as necessidades educativas especiais. Sanches e Teodoro (2006) apontam as possíveis melhorias da educação como um todo, haja vista a necessidade de adequações das escolas:

Pode constatar que a perspectiva centrada no indivíduo com necessidades educativas especiais se alarga a todos os alunos, o que vai obrigar a um outro olhar sobre o papel da escola na sociedade, exigindo mudanças metodológicas e organizacionais importantes. Não será uma escola que seleciona, mas uma escola que faz a inclusão de todos através das aprendizagens porque o aluno

está na escola para aprender, para ter sucesso, independentemente das suas dificuldades e diferenças. (Sanches e Teodoro, 2006, p. 75)

Com a educação inclusiva, muda-se a forma de trabalhar o processo de ensinar, pois trata-se de uma mudança que implica uma transformação que se adapte às necessidades dos alunos, que observe o seu ritmo de aprendizagem, suas dificuldades cognitivas, físicas, visuais, suas desvantagens sociais, dentre outras.

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. •

4. Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (que são tão características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. Uma pedagogia centrada na criança pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão frequentemente conseqüências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na ideia de que "um tamanho serve a todos". Escolas centradas na criança são além do mais a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos. Uma mudança de perspectiva social é imperativa. Por um tempo demasiadamente longo os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita, que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 4)

O desafio às escolas está posto. Diante deste novo paradigma, as escolas devem responder com pedagogia construtivista que leve em conta as dificuldades de aprendizagem de cada aluno. Isto permitirá um novo modo de planejar, de administrar a escola, pois demanda mais atenção, mais preparo, fundamentação teórica, trabalho

coletivo e democrático que visem estabelecer uma escola com qualidade, um verdadeiro desafio, que deve redundar em melhoria no processo de ensinar.

## **ii. O processo de aprendizagem e o desafio da inclusão**

A educação brasileira, segundo Mantoan (2006, p.15) “tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais”. E são esses desafios que compõem o processo de aprendizagem do aluno. Esse que necessita a todo momento de intervenções internas e externas do educador.

Para Dalben (2010), a sala de aula já contribui com a troca de informações pedagógicas e sociais. O autor descreve as inúmeras forças sociais inerentes das relações subjetivas e, essa multiplicidade de aprendizagem contribui para a construção de hábitos que venham a favorecer o aluno de inclusão no processo de aprendizagem, de comportamento, de construções de valores e de ideologias que vão sendo construídos ao longo do processo educacional. Para Dalben (2010), esse ambiente educacional precisa ser construído com base tanto na prática do educador quanto em sua vivência inclusiva.

A concepção de uma escola mais aberta e inclusiva também faz com que os professores possam contribuir na aprendizagem dos alunos. Além dessa abertura, a ligação da Escola X Cultura X Ciência precisa ser cada vez mais efetivada. A aprendizagem pautada nas atividades interdisciplinares, principalmente com a inserção da comunidade local, traz aos alunos, de modo geral, a valorização de sua identidade e a mediação cultural que poderá contribuir, ao longo do processo de construção das habilidades e competências, uma rede de aprendizagem (Lelis, 2010).

### *ii.i Ressignificar a orientação e práticas pedagógicas nas escolas públicas regulares*

Segundo Oliveira, Souza e Bahia (2005) a dimensão pedagógica perpassa todas as ações que decorrem na escola, ela é o meio que torna possível toda a organização do processo do conhecimento e sua transferência, por meio da ação pedagógica, além de

influenciar a prática da gestão, do trabalho dos docentes, das ações coletivas, da cultura organizacional, e a participação da comunidade, pois, “são espaço/instâncias pedagogizados” (Oliveira, Souza e Bahia, 2005, p.41). Mais:

A possibilidade de ensinar todos os alunos, sem discriminações e sem métodos e práticas de ensino especializados, deriva, portanto, de uma reestruturação do projeto pedagógico-escolar como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola, para que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa (Mantoan, 2011, p. 63).

O projeto político pedagógico-escolar expressa o pensamento e a filosofia educacional da escola. Nele estão configurados os objetivos que de forma coletiva foram confeccionados, visando à ação pedagógica orientada, o que pressupõe o debate, a exposição de ideias e de correntes pedagógicas, mas levando em consideração a concepção da educação inclusiva, e o comprometimento com a qualidade.

Ainda segundo Oliveira, Souza e Bahia (2014) ao confeccionar o projeto Político – Pedagógico de uma escola, essa terá por essência a qualidade, pois sem ela, haverá dificuldade de envolver toda a escola, e a mesma não alcançará o reconhecimento de instituição capaz de saber gestar através da transmissão do saber acumulado, novas capacidades de pensar e agir, contribuindo assim, para a formação de novos conhecimentos. Com o qual corrobora Carneiro (2006, p. 32):

A partir do projeto pedagógico a escola vai estruturando seu trabalho, avaliando e reorganizando suas práticas. Mais uma vez o papel do gestor se apresenta em destaque, uma vez que para estruturar, avaliar e reorganizar as práticas educativas é necessária uma liderança firme capaz de buscar os caminhos para tais encaminhamentos. O Projeto Político-Pedagógico é o somatório dos valores que os membros da unidade escolar têm. As escolas com uma prática qualitativamente superior são aquelas que construíram tal documento de maneira coletiva e participativa. Colocar em prática o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar é um processo de ação-reflexão-ação que exige a participação de todo o colegiado. Proposta de construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico é, portanto, fundamental para consolidação da gestão democrática e participativa na unidade escolar e assim construção da escola inclusiva, bem como o papel do gestor norteará esse processo, uma vez que ele é co-responsável pelo estabelecimento de uma rede de relações adequadas para que todos possam ter autonomia e participação.

Dessa mesma perspectiva, Drago (2015, p.52) compreende:

Ao se ressignificar a comunidade educacional macro e micro, os espaços, os tempos, os profissionais da escola, a sala de aula e sua organização, a gestão da educação, os princípios avaliativos, o acesso e a permanência do aluno, a ação docente, as propostas curriculares, dentre outros fatores que precisam ser presentificados no documento da escola, no caso o projeto político pedagógico, podem-se vislumbrar possibilidades de implementação de princípios inclusivos que contribuirão para que o aluno especial se aproprie dos conhecimentos tendo respeitadas suas condições físicas, mentais ou sensoriais. Além dos princípios já destacados, temos observado outros que potencializariam o cotidiano e que precisam ser contemplados no projeto político pedagógico: princípio da identidade; sensibilidade estética; construção de laços de solidariedade, atitudes cooperativas e trabalhos coletivos; transformação das práticas pedagógicas, deixando a escola e a sala de aula mais interessantes e agradáveis; criação de redes de apoio com organizações não governamentais, secretarias de governo, iniciativa privada, rede filantrópica; modificação do projeto de avaliação e de ensino; priorização do desenvolvimento da autonomia, independência e autoconceito positivo pela participação social; ação, reflexão e redimensionamento da prática escolar com a construção e implementação de um projeto político pedagógico que realmente tenha a marca da escola. O projeto político pedagógico, nessa relação íntima com os pressupostos da escola inclusiva e com o atendimento educacional especializado no contexto da escola comum nos anos iniciais do ensino fundamental, precisa assumir a característica de ser.

Assim, o projeto pedagógico-escolar é o documento que incorpora todos os objetivos, metas e atitudes que deve ser desenvolvido pela escola, sendo um documento chave para o seu desenvolvimento e a bússola que orienta não só o trabalho docente, mas de todos aqueles que integram a escola, devendo ser lido, interpretado, seguido e reformulado diante de novas situações e problemas que demandam intervenções educacionais.

#### *ii.ii As adequações das escolas públicas no contexto da educação inclusiva*

Carvalho (2006) aponta que há muito tempo que as escolas têm tratado o processo de ensino de forma engessada, em que o processo de aprendizagem baseia-se numa visão idealista, pois tem estabelecido o currículo de maneira padronizada, bastando sua exposição aos alunos, sem levar em consideração as várias dificuldades de aprendizagem dos mesmos nesta visão, basta isto, para que o aluno tenha sucesso dentro e fora da escola.

Este é um quadro que ainda permanecia em vários ambientes escolares no Brasil, segundo Carvalho (2006):

É esse conjunto de informações sequenciadas que tem sido entendido por muitas escolas como “o currículo”. Esse currículo sequenciado e padronizado é frequentemente transmitido por meio de aulas ministradas pelo professor, nas quais os alunos leem livros didáticos e preenchem folhas de atividades para aprender e exercitar os termos, conceitos e habilidades essenciais à matéria. Na maioria dos casos, se uma criança não consegue aprender o conteúdo proposto por meio desse tipo de abordagem, ela falhou, e, em alguns casos, é excluída das turmas de educação regular. (Carvalho, 2006, p.42).

Pela mesma ótica, Mantoan (2006) indica que a educação inclusiva é entendida como um “novo paradigma”, onde a diversidade deve ser valorizada como um meio de melhoria da educação escolar, visando beneficiar todas as pessoas, tendo em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem. Estas mesmas autoras pontuam que o momento “exige uma ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino” (Mantoan, 2006, p. 40).

Para Carvalho (2006) as adaptações curriculares constituem-se um dos meios fundamentais para o atendimento adequado dispensado aos alunos com necessidades educativas especiais, e ainda contribuem para o enriquecimento do currículo regular, quando este sofrer adaptações para atender às peculiaridades dos alunos. Nisso, não há um currículo novo, mas, que seja flexível, dinâmico, ampliável, com objetivo de atender a todos os alunos. Por consequência, as atividades docentes de planejar e as suas práticas educativas terão novos critérios de desenvolvimento dos processos: “de avaliar, o que o aluno deve aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o aluno.” (Carvalho,2006, p. 41).

Com relação às adaptações curriculares, a Resolução CNE/CEB nº 2, estabeleceu o seguinte:

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; II - distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade; III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de

avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante: a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial; b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis; c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente; d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação. (Ministério da Educação, 2001).

A orientação proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais reconhece a importância da participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos por meio da adaptação curricular que favoreça o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo. Nesse aspecto a escola ao receber os alunos com necessidade de educação especial, terá de se adaptar com o objetivo de atender às suas dificuldades de aprendizagem, favorecendo o aprendizado e a permanência dos alunos com NEE (Freitas, 2014).

#### *ii.iii O desafio de ensinar a todos*

Para cumprir antes de tudo este “desafio de ensinar a todos” é necessário entender que o processo de educação das pessoas tornou-se um direito, uma obrigação, um dever do Estado e da família. Isto posto, segundo Cury (2014), o estabelecimento de um conjunto de leis que tratam dos aspectos legais da educação, que se irradia a partir da esfera Federal para outras esferas da união, para ser posto em prática, no ambiente escolar, necessário se faz que o mesmo seja conhecido e incorporado na mente e na prática do corpo docente, o que pressupõe que o processo de formação inicial e formação continuada dos professores tem que ser dinâmico, assimilador de conhecimentos e da legislação e dos direitos de seus alunos.

Para Aranha (2014), o processo de ensinar e de aprender é significativo tanto para o professor como para o aluno, os mesmos construindo os seus saberes, levando em consideração duas dimensões: tempo e espaço. Mas, para que o professor tenha noção da dinamicidade de suas atividades, e se autoavale, faz-se necessária uma mente aberta para novas possibilidades e adquira a cada dia novas habilidades e conhecimentos que atendam à demanda de seus alunos; em especial, as que condicionam o desenvolvimento cognitivo dos discentes, que levem em consideração as dificuldades de aprendizagem, e que

conheçam a realidade social dos alunos, dentre muitas outras. Para isto, requer-se sensibilidade.

Mantoan (2006), apontava que grande parte das escolas brasileiras continuavam muito resistentes ao processo de educação para todos, isto é, de ordem nacional, em qualquer parte do território brasileiro, sobretudo nas três etapas de ensino: o nível da educação infantil, fundamental e médio. Em resposta a estas resistências, as autoras apontam a legalidade da educação inclusiva com base na Constituição de 1988 e outras leis educacionais que amparam o paradigma inclusivo. Mas não ficam somente nos aspectos legais, defendem que a educação inclusiva possibilita uma “inovação do ensino, qualidade e abertura às diferenças”.

Mantoan (2006) discorrem sobre alguns entraves desafiadores ante o paradigma da inclusão:

a resistência das instituições especializadas a mudanças de qualquer tipo: a neutralização do desafio à inclusão, por meio de políticas públicas que impedem que as escolas se mobilizem para rever suas práticas homogeneizadoras, meritocráticas, conteudistas, subordinadoras e, em consequência, excludentes; o preconceito, o paternalismo em relação aos grupos socialmente fragilizados como os das pessoas com deficiências.[...], o corporativismo dos que se dedicam às pessoas com deficiências e a outras minorias, principalmente dos que tratam de pessoas com deficiências mental; a ignorância de muitos pais, a fragilidade da grande maioria deles diante do fenômeno da deficiência dos seus filhos (Mantoan, 2006, p.24).

Certamente há muitos espaços escolares que, de forma muito sutil, ainda não desenvolveram a educação inclusiva, pois percebe-se claramente nos membros de muitos estabelecimentos escolares, a falta de conhecimento e planejamento quanto aos aspectos da educação sobre os alunos com necessidades educativas especiais e, até preconceitos com relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência.

Para Santos (2018) os desafios na busca pela inclusão na educação básica tem sido uma busca constante pelas famílias de crianças com NEE. Um dos principais entraves encontrados são o mau uso dos recursos financeiros destinados à Educação e a não vontade política de governantes e gestores educacionais em promover uma política pública de inclusão na educação regular. Para o autor,

A modalidade da Educação Especial necessita de sérios e altos investimentos, tanto financeiros como pedagógicos porque o número de alunos que têm alguma deficiência física ou mental é expressivo, ficando, na grande maioria das vezes, às margens da exclusão social e escolar ou até mesmo confinada dentro de seus lares, onde as próprias famílias tentam se proteger dos ataques preconceituosos do perigoso mundo externo. A escola para ser de todos precisa dispor de uma série de reformulações, desde o currículo até à estrutura física, bem como a contratação de uma equipe multifuncional que venha atender às mais diferentes situações/problemas que temos. A Educação Especial é uma grande modalidade educacional, que necessita dos recursos e investimentos certos, para atender a esse público que precisa de um olhar prioritário (Santos, 2018, p.127).

Diante disto, percebe-se um emaranhado de entendimento e desentendimento acerca da inclusão escolar, para superação destes entraves, de tal quadro adverso, nesta busca da construção de um caminho que obedeça à legislação vigente acerca da educação inclusiva. Há de se estabelecer: incentivos à capacitação dos professores, à construção coletiva do Projeto Pedagógico-escolar, à democratização da escola, através da participação e transparência de todos os atos administrativos escolares.

### **iii. Visão sobre gestão escolar**

Com relação ao conceito de gestão escolar, nem sempre a escola adotou este termo, pois até os anos 80 do século XX, eram hegemônicas as concepções de administração escolar, conceito tradicionalmente ligado ao desenvolvimento das empresas capitalistas (Abranches, 2006).

No Brasil, especificamente, foi marcante a adoção de novas concepções democratizantes no ambiente escolar, mesmo se vivendo num período marcado pelo autoritarismo, o que aponta Gadotti (2006, p.28)

A partir de 1980, durante o governo do General Figueredo, tendo à frente do Ministério da Educação e Cultura o Ministro Eduardo Portella, o discurso da “administração participativa” e do “planejamento participativo” foi adotado pelo próprio governo. O III Plano Setorial da Educação, Cultura e Desportos (1980-1985) foi elaborado através de consultas regionais, [...]. A participação chegava com a “distensão” política e a democracia “relativa”.

Administração escolar é um conceito que expressa os princípios e atos que orientam a ação de planejar o trabalho, os métodos e as ações da escola. Nos anos 80 foi adotado em âmbito escolar o termo Gestão Educacional, e para isso houve muitas mudanças nas concepções de gerir os problemas escolares, pois são de natureza muito distintas daqueles que fazem parte da natureza das empresas capitalistas. São muitos os autores que tratam desta abordagem (Barroso (2003); Luck (2013,2015,2018)).

Esses autores apontam as diferenças desses dois termos concernentes à natureza processual da forma com que abordam a realidade no âmbito escolar. Entendem que a substituição do termo administração escolar por gestão escolar, necessariamente requer a aplicação de novos conceitos, nova visão, o que certamente implicará em transformações no âmbito da organização escolar.

Segundo Luck (2015), o conceito de gestão difere do conceito de administração, pois trata-se de um novo paradigma, que supera o anterior e não o substitui, na busca de visão panorâmica da realidade das instituições, considerando as relações possíveis entre o todo e as partes e, destas entre si, estabelecendo uma visão holística de ação e reação diante da realidade.

Ainda segundo Luck (2015), a realidade social é resultante da dinâmica das relações sociais, “criadas pelas ações de grupos sociais” que se movimentam num processo dinâmico, contínuo, marcado numa dialética de ações e reações, que se envolvem e entrelaçam a partir das estruturas, funções, dúvidas, fluxos, refluxos, ordem, desordem etc. Portanto, trata-se de uma realidade de natureza complexa e que demanda soluções de natureza abrangente. Assim, a partir desse entendimento, não haveria uma resposta adequada aos problemas escolares pelo enfoque linear, mecanicista e exclusivista.

Luck (2015), entende que os dois modelos administração escolar e gestão escolar estão, em muitos casos, presentes no dia a dia de muitos ambientes escolares, todavia a superação do enfoque mecanicista é questão de tempo, pois, de forma dialética, o modelo de visão de conjunto e global haverá de superar e avançar sobre os procedimentos tradicionais baseados em práticas corporativistas e centralizadoras, se encaminhando para

um movimento que busca a democratização e a participação de todos, e estabelecendo de forma hegemônica, a gestão escolar.

Bordignon e Gracindo (2001, p.147) assim se posicionam com relação aos termos gestão escolar e administração escolar:

Os termos gestão da educação e administração da educação são utilizados na literatura educacional ora como sinônimos, ora como termos distintos. Algumas vezes gestão é apresentada como um processo dentro da ação administrativa; outras vezes seu uso denota apenas intenção de politizar a ação administrativa; noutras apresenta-se como sinônimo de “gerência”, numa conotação neotecnicista dessa prática e, em muitos momentos, gestão aparece como a “nova” alternativa para o processo político-administrativo da educação. O que se percebe é que há uma reação (por vezes muito forte) ao termo administração da educação, como consequência da forma descomprometida, “neutra” e tecnicista como ela se desenvolveu na década de 70, trazendo consequências muito negativas à prática social da educação e gerando todo um movimento de reação e de mudanças em sua concepção e prática.

Luck (2013, p. 35) acrescenta:

A expressão gestão educacional comumente utilizada para designar as ações dirigentes surge, por conseguinte, em substituição à administração educacional (ou escolar). Diferentemente de administração educacional, abrange uma série de concepções não abarcadas pela administração. Pode-se citar a democratização do processo de determinação dos destinos do estabelecimento de ensino e seu projeto político pedagógico, a compreensão da questão dinâmica e conflitiva das relações interpessoais da organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação de liderança; o entendimento de que a mudança dos processos pedagógicos envolve alterações nas relações sociais da organização.

Diante deste quadro, entende-se que a aplicação dos conceitos de gestão é mais adequada para serem aplicados no âmbito escolar, haja vista a característica da escola, que é uma instituição social que demanda outros olhares que diferem do paradigma administrativo, próprio das empresas capitalistas. Há de se considerar que a realidade é dinâmica e que o processo de avanço do paradigma de gestão educacional (gestão escolar) toma forma e busca a superação do paradigma de administração escolar, compreendido como processo racional, linear, autocrático e fragmentado de organização das instituições

educacionais, pensado e planejado fora do âmbito das escolas, geralmente de forma mecanicista e utilitarista.

O conseqüente estabelecimento da gestão escolar não corresponde à simples substituição terminológica, pois trata-se de implementação de novo entendimento de organização educacional e de seus processos, tendo apenas a substituição do modelo da administração, a superação das limitações do enfoque fragmentado e reduzido, situando a administração como um dos segmentos da gestão escolar (Luck, 2015).

**Tabela 1.** Comparação entre os paradigmas de administração e gestão

Administração	Gestão
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A realidade é considerada como regular, estável e permanente e, portanto, previsível.</li> <li>• Crise, ambigüidade, contradições e incerteza são consideradas como disfunções e, portanto, forças negativas a serem evitadas, por impedirem ou cercearem o seu desenvolvimento.</li> <li>• A importância de modelos que deram certo em outras organizações é considerada como a base para a realização de mudanças.</li> <li>• As mudanças ocorrem mediante processo de inovação, caracterizado pela importação de ideias, processos e estratégias impostos de fora para dentro e de cima para baixo.</li> <li>• A objetividade e capacidade de manter um olhar objetivo sobre a realidade não influenciado por aspectos particulares determinam a garantia de bons resultados.</li> <li>• As estruturas das organizações, recursos, estratégias, modelos de ação e insumos são elementos básicos da promoção de bons resultados.</li> <li>• A disponibilidade de recursos a servirem como insumos constitui-se em condição básica para a realização de ações de melhoria. Uma vez garantidos os recursos, decorreria o sucesso das ações.</li> <li>• Os problemas são considerados como sendo localizados, em vista do que podem ser erradicados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A realidade é considerada como dinâmica e em movimento e, portanto, imprevisível.</li> <li>• Crise, ambigüidade e incerteza são consideradas como elementos naturais dos processos sociais e aprendizagem, construção de conhecimento e desenvolvimento.</li> <li>• Experiências positivas em outras organizações servem como referência à reflexão e busca de soluções próprias e mudanças.</li> <li>• As mudanças ocorrem mediante processo de transformação, caracterizada pela produção de ideias, processos e estratégias, promovidos pela mobilização do talento e energias internas, e acordos consensuais.</li> <li>• A sinergia coletiva e a intersubjetividade determinam o alcance de bons resultados.</li> <li>• Os processos sociais, marcados pelas contínuas interações de seus elementos plurais e diversificados, constituem-se na energia mobilizadora para a realização de objetivos da organização.</li> <li>• Recursos não valem por eles mesmos, mas pelo uso que deles se faz, a partir dos significados a eles atribuídos pelas pessoas, e a forma como são utilizados, podendo, portanto, ser maximizados, pela adoção de óptica proativa.</li> <li>• Os problemas são sistêmicos, envolvendo uma série de componentes interligados.</li> </ul>

- O poder é considerado como limitado e localizado; se repartido, é diminuído.
  - O poder é considerado ilimitado e passível de crescimento, na medida em que é compartilhado.
- 

Fonte: Heloísa Luck (2015, pp.102,103,104)

Nesse aspecto, conclui-se que o conceito de gestão está vinculado ao robustecimento da democratização do processo pedagógico, onde todos devem participar do processo decisório e da sua efetivação. Sendo assim, há uma oportunidade de desenvolvimento do aprendizado político que corroborará o desenvolvimento da autonomia e responsabilização de todos que compõem o meio educativo, ensejando reflexão crítica da prática educativa. Portanto, o sucesso de uma organização educativa depende da sinergia coletiva de seus membros visando os mesmos objetivos comuns a todos.

A consolidação da gestão democrática da escola dar-se-á por meio do uso de instrumentos estruturantes e processos que permitam o envolvimento de todos os segmentos na tomada de decisões e na organização e funcionamento da escola. Isso está intimamente ligado à formação de uma cultura de participação, entendida como o reconhecimento, por todos os membros da organização e pelos seus dirigentes, da participação como um valor essencial que deve orientar todas as suas práticas.

As diretrizes nacionais para a educação especial preconizam que os sistemas educacionais desenvolvam a descentralização:

É importante que a descentralização do poder, manifestada na política de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios seja efetivamente exercitada no País, tanto no que se refere ao debate de ideias, como ao processo de tomada de decisões acerca de como devem se estruturar os sistemas educacionais e de quais procedimentos de controle social serão desenvolvidos. (Brasil,2001, p.30)

Segundo Abranches (2006)

O processo de descentralização, em que diversos autores acreditam, e com que, concordamos, pressupõe a existência da democracia, da autonomia e da participação. Estas categorias são entendidas, aqui, como medidas políticas das relações de poder, que implicam a existência de um

pluralismo, entendido como ação compartilhada das relações de poder do Estado e da sociedade na produção de bens e serviços públicos que atendam às necessidades básicas dos cidadãos (Abranches, 2006, p.18).

Compreende-se que a tônica principal no processo de gestão escolar seja a participação, pois, o meio pelo qual a democracia se efetiva, dá-se por meio do envolvimento dos segmentos que compõem a escola, isto é, um chamado à responsabilidade, de todos.

Barroso (2003) discrimina os pontos principais para a organização escolar como paradigma de uma gestão participativa:

- *Descentralizar*, atribuindo poderes de decisão e meios às autarquias, em colaboração com outros parceiros educativos locais, para definirem e executarem uma política local de educação, comum às escolas da sua zona de influência, nos domínios da adequação local do currículo, da integração com outros equipamentos sociais, da organização de atividades de extensão curricular, na gestão da rede escolar, na construção de equipamentos e na afetação e manutenção de outros recursos.
- *Transformar cada escola, ou conjunto de escolas afins, numa unidade autônoma de gestão* concedendo poderes e meios para os seus órgãos próprios definirem convergências, dos pais, dos professores e dos outros trabalhadores da escola.
- *Instituir e desenvolver nas escolas estruturas e processos da gestão participativa* que permitam o envolvimento dos seus «trabalhadores», incluindo, como tais, não só o pessoal docente e não-docente, mas também os alunos e outros elementos que contribuem igualmente para a produção do trabalho escolar, na tomada de decisão sobre a organização e execução das atividades necessárias à realização das finalidades e objetivos da escola.
- *Preservar para o Estado, e em particular para a sua administração central a função de regulação*, necessária para garantir a unidade e a qualidade do serviço público nacional de ensino e para corrigir as assimetrias (Barroso,2003, p.5).

Luck, (2013, p.42) descreve que há três ordens na proposição da descentralização:

- Uma de natureza operacional, que aponta para uma solução para os grandes sistemas de ensino, que falham por não poderem diretamente gerir as condições operacionais do ensino.
- Outra de caráter social, que reconhece a importância da dinâmica social da escola, com uma cultura própria e, portanto, demandando decisões locais e imediatas ao seu processo, a fim de promover o melhor encaminhamento do processo educacional.

- Mais outra ainda, de caráter político, que entende o processo educacional como formativo, demandando para a formação democrática a criação de ambiente democrático.

Em suma entende-se que a escola, na busca do alcance dos seus objetivos educacionais, tem como finalidade uma educação de qualidade que atenda a todos, para o qual, é necessária, uma gestão escolar sinérgica, com todos participando dos objetivos educacionais e construção do caminho diário na efetivação daquilo planejado de forma conjunta; é importante que se levem em consideração todas as condições reais e possibilidades para o seu alcance. Deve-se ter no diretor, a figura daquele que deve liderar o processo de forma democrática, criando condições de formação de novos líderes e evolução de um ambiente autocrático para um ambiente de clima democrático. Como objetivo último, a formação de uma sociedade democrática e sem preconceitos.

### *iii.i Gestão escolar*

O termo gestão é proveniente do latim, do verbo gero, *gessi, gestum, gerere*, que tem por significado, “levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Isto é um chamamento à responsabilidade, pois trata-se daquilo que como uma “gestação que compromete a mãe com aquele que está sendo gerado, numa relação umbilical, totalmente ligado” - tal é o enfoque do termo gestão, pois gestão tem raiz etimológica em Ger, que “significa fazer brotar, germinar, fazer nascer” análogo à mãe ao gerar e dar à luz um ser humano (Cury, 2014, p.52).

Para Giancaterino (2010) o conceito de gestão tem por enfoque a ideia de participação, em que todos os problemas são analisados e encaminhados para uma possível solução através da tomada de decisão coletiva, o sucesso organizacional dependendo da ação consultiva e deliberativa de seus componentes.

Segundo Luck (2013), o termo “gestão educacional” representa um novo paradigma que traz consigo não só a substituição do “termo administração”, mas uma nova visão holística, panorâmica da realidade organizacional que visa transformá-la através de uma relação dialética que se inteira igualmente com os ambientes interno e

externo, estabelecendo novos métodos de organização da instituição e superando o antigo paradigma, sendo abrangente e democrático.

Já para Libânio (2004) a gestão é o processo por meio do qual visa-se alcançar os objetivos estabelecidos pela organização, agregando nesse processo, os procedimentos gerenciais, técnico-administrativo e pedagógico.

### *iii.ii Gestão democrática escolar*

Segundo Cury (2002) a gestão democrática tem ensejado frequentemente, no campo educacional, debates, discussões e reflexões, e atitudes de iniciativa pública. Tudo isto tem um objetivo, que é o de dar uma resposta à demanda do que foi estabelecido como princípio tanto na Constituição de 88 quanto na conseguinte - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional- LDBEN de 1996. Tornou-se também um assunto muito recorrente na literatura, tanto em livros quanto em várias revistas da área da educação.

Quantos aos aspectos históricos que marcaram a caminhada da constituição da gestão democrática no Brasil, Cury (2002) aponta que ela se opõe diametralmente no seu mover, àquilo que durante muito tempo se configurou em meio às nossas escolas: o autoritarismo, paternalismo e demais formas de agir e pensar autoritariamente, sem considerar e ter, como igual, aqueles que pensam diferente. Se as ideias e direitos que compõem a gestão democrática são conquista da modernidade, isto, no Brasil, tem um significado muito marcante, pois, as ações daqueles que contestaram o autoritarismo, contaram com a participação ativa da classe de professores, ensejando assim, a superação do autoritarismo e o estabelecimento da ordem democrática em nosso país. Esta ordem democrática ou jurídica se impôs de maneira global, em meio a todas as esferas do Estado brasileiro, e se consagrou em âmbito escolar, com os princípios da educação configurados na constituição de 88.

Vários são os princípios educacionais estabelecidos pela Constituição Federal, sob os quais o ensino deve ser ministrado, dentre eles: *Art. 205, inciso VI – gestão democrática do ensino, na forma da lei*. Este princípio da gestão democrática também foi assegurado na lei conseguinte, LDBEN (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação*

*Nacional). Estabeleceu que “Cabe, no entanto, aos sistemas de ensino, definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios”:*

- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; (LDBEN–Art. 14).

Como condição para o estabelecimento da gestão democrática é preciso que os sistemas de ensino assegurem as unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Ministério da Educação, 1996, LDBEN -Art. 15).

São estas as bases da legalidade da gestão democrática, Abranches (2006, p. 36,37)

- Constituição Federal de 1988
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- Plano Nacional de Educação - substitutivo ao Projeto de Lei nº 8.035/10.

Com base no instituído nos textos da Constituição, LDBEN e do PNE ficou assegurado no âmbito escolar aquilo que já era tendência mundial, conforme explica Luck:

Descentralização, democratização da escola, construção da autonomia, participação são facetas múltiplas da gestão democrática, diretamente associadas entre si e que tem a ver com as estruturas de poder na escola, (...) no contexto da atenção sobre a gestão educacional, autonomia constitui-se um dos conceitos mais mencionados, sendo focalizado nos programas de gestão de sistemas de ensino, como também em programas do Ministério de Educação e Desporto, como condição para a realização de princípio constitucional e da legislação educacional(...) o conceito de autonomia da escola está relacionado a tendências mundiais de globalização e mudança de paradigma que tem repercussões significativas nas concepções de gestão educacional e nas ações dela decorrentes. (Luck, 2013, p. 58,61,62).

Com a institucionalização da gestão democrática, a escola está amparada legalmente para exercer o desenvolvimento da autonomia, criando estruturas de participação que envolvam toda a comunidade, elaborando o projeto político pedagógico

e execução financeira de seus recursos. São ainda ferramentas de gestão democrática o planejamento estratégico na educação.

Nesta linha, “o planejamento estratégico não é uma garantia daquilo que dará certo ou errado, mas uma preparação para situações desconhecidas” (Saldanha, Bodari e Salvagni, 2017, p.63)

A presença do líder na execução do planejamento estratégico aumenta a probabilidade de sucesso da metodologia, já que se entende que um gestor principal tenha conhecimento apurado do seu negócio e seja capacitado para motivar e influenciar pessoas. (Saldanha, Bodari e Salvagni, 2017, p.64)

E ainda há outras ferramentas da gestão democrática que oportunizam os processos de participação e tomada de decisão coletiva, os órgãos colegiados, conforme Luck (2013, p. 65,66): Conselho Escolar; Grêmios Estudantis; Unidade Executora.

A gestão democrática como princípio da educação nacional, e que com base nesse princípio legal tornou-se um enfoque da gestão escolar - compulsório em todas as escolas públicas - é a forma pacífica que oportuniza a comunidade escolar para se habilitar com o objetivo de construir um projeto pedagógico de qualidade, preparando “cidadãos ativos” operosos no seio da sociedade como profissionais qualificados e eficientes e que participe para contestar formas de poder não democráticas e que tenham percepção, ainda que isso se mostre de maneira incipiente (Cury, 2014).

Com a autonomia, a descentralização e a democratização da gestão escolar ganharam força na década de 80, do século XX, por meio das reformas legislativas, estabelecidas em três vertentes básicas da gestão escolar, conforme Luck (2014, p.65,76,80)

- a) participação da comunidade escolar na seleção de diretores da escola;
- b) criação de um colegiado / conselho escolar que tenha tanto autoridade deliberativa quanto poder decisório;
- c) repasse de recursos financeiros às escolas e, conseqüentemente, aumento de sua autonomia.

Segundo Tezani (2004) em uma escola democrática as condições para o desenvolvimento da inclusão ficam patentes:

A democracia na gestão escolar permite a construção da escola inclusiva, pois há valorização do processo de participação. A democratização da escola proporciona a melhora na qualidade de ensino ao respeitar as diferenças e considerar o conhecimento do aluno e do seu grupo social (...) ressalta que o administrador escolar é o grande responsável para que a inclusão ocorra na sua escola, abrindo espaços e promovendo trocas de experiências importantes, realizando uma gestão participativa. Dentro, é claro, das suas possibilidades e de acordo com o seu contexto de atuação e seu público-alvo, favorecendo a formação e a consolidação de equipes de trabalho (Tezani, 2004, p. 82).

A gestão democrática tem como cerne a autonomia na tomada de decisões, a participação coletiva, interesse de um ensino de qualidade, e o compromisso de tornar a escola mais eficiente e eficaz. Caracteriza um desafio na operacionalização das políticas públicas de educação, dentre as quais se pode citar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. Diante disso a escola terá que responder a esta demanda, de forma democrática, com planejamento, com capacitações que habilitem a todos, agirem em conjunto e, eficientemente.

### *iii.iii Gestão escolar e inclusão*

Da escola se espera o protagonismo de operar a implementação da inclusão, e isto, de forma coletiva, conjugando todas as demandas que lhes são pertinentes, operando com paradigmas holísticos e democráticos, que tratam dos problemas sociais adequadamente, consoante expõe Nóvoa (1999, p. 16):

As escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como uma qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera a simplificação do humano (das suas experiências, relações e valores), que a cultura da racionalidade empresarial sempre transporta. E, no entanto, a afirmação da especificidade radical da acção educativa não pode justificar um alheamento face a novos campos de saber e de intervenção. Mais do que nunca, os processos de mudança e de inovação educacional passam pela compreensão das instituições escolares em toda a sua complexidade técnica, científica e humana.

Compreende-se que o processo de inclusão escolar das pessoas com necessidades educativas especiais passa pela relação da escola na construção do seu processo de ensino/aprendizagem que contemple e leve em consideração as leis e diretrizes educacionais que dão o arcabouço à educação inclusiva. Para tanto, a escola deverá criar relações institucionais de forma democrática, elaborando o seu projeto educativo, em que a coletividade, tanto de ordem interna e externa à escola, seja convidada a participar e respaldar as ações projetadas pela escola na busca da construção de uma escola inclusiva.

Tezani (2004) indica que a inclusão educacional passa pela aceitação da diversidade em sala de aula, o que demanda uma transformação ou “reestruturação pedagógica e administrativa”. A falta dessa “reestruturação”, que tenha a inclusão como ponta de lança do processo educativo, pode obstaculizar sua implementação.

Cabe ao gestor escolar gerir o processo de inclusão, desde que oportunizadas as condições para “fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde que a elas sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que o possam fazê-lo” (Declaração de Salamanca 1994, p.9), pois os gestores de escola “têm a responsabilidade especial de promover atitudes positivas através da comunidade escolar e via arranjando uma cooperação efetiva entre professores de classe e pessoal de apoio” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 9).

Teixeira (1990) concebe que ao gestor escolar cabe articular as condições oferecidas pela gestão escolar, num enfoque holístico da conjuntura organizacional, pois, as demandas da inclusão educacional requerem a prática da descentralização do poder e da montagem de uma gestão participativa por meio de órgãos colegiados, aspirações atuais de educação que requerem nova organização da gestão escolar.

Portanto, segundo Tezani (2004) a gestão escolar tem possibilidades de gerar as transformações que mudarão os componentes da estrutura organizacional, as quais facilitarão a inclusão em meio à escola regular, desde que seja estabelecida uma nova cultura e clima de organização de caráter democratizante, visando à transformação da escola na sua dimensão política, crítica e técnica.

Ainda segundo Santos (2018) a gestão escolar precisa oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos, sejam eles com NEE ou não. A equidade na educação pode proporcionar aos alunos com necessidades educativas especiais, uma oportunidade de conquistar o seu espaço no contexto educacional e, assim, em às faces políticas públicas, oferecidas, os entraves podem ser amenizados, com isso o direito ao acesso à educação podendo ser efetivado.

#### *iii.iv Os pilares da gestão democrática escolar*

Luck (2013) destaca três aspectos da reforma portuguesa como mecanismo de construção da autonomia e da gestão escolar. Ei-las: a formação de órgãos colegiados, a eleição de diretores, e a descentralização de recursos financeiros. Já no contexto brasileiro, esses mecanismos de gestão escolar acham-se ainda em desenvolvimento, pois conforme cita a autora, com base em pesquisa do IPEA, 37,28% das escolas estaduais possuíam, à época da pesquisa, Conselho Escolar, o que demonstra que os pilares da gestão democrática estão em construção.

Um órgão colegiado escolar constitui-se em um mecanismo de gestão da escola que tem por objetivo auxiliar na tomada de decisão em todas as áreas de atuação, procurando diferentes meios para se alcançar o objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino, em todos os seus aspectos, pela participação de modo interativo de pais, professores e funcionários. Em sua atuação, cabe-lhes resgatar valores e cultura, considerando aspectos socioeconômicos, de modo a contribuir para que alunos sejam atendidos em suas necessidades educacionais, de forma global. (Luck, 2013, p.66)

Segundo Abranches (2006), o colegiado tem atribuições de caráter deliberativo e consultivo, o que, segundo ela:

O colegiado tem funções de caráter deliberativo e consultivo. As funções deliberativas referem-se à tomada de decisões quanto às diretrizes e linhas de ação que serão desenvolvidas na escola: e as funções consultivas referem-se à emissão de pareceres sobre situações duvidosas ou problemáticas das ações pedagógicas, administrativas e financeiras e levantamentos de propostas para solucionar problemas e desenvolver projetos (Abranches, 2006, p. 55).

Com relação à eleição de diretor, Luck (2013) explica que apesar de algumas experiências de eleição de diretores pela comunidade escolar terem existido por algum

tempo, em alguns estados brasileiros, tem havido decisões do Judiciário sobre a inconstitucionalidade da eleição de cargo de diretor. Para a autora, a importância da eleição do cargo de diretor não se situa somente no processo da eleição democrática deste cargo, mas na participação de todos neste processo, em especial os pais, que poderiam participar mais, e cobrar mais eficiência de um diretor eleito.

Quanto ao mecanismo de descentralização financeira Luck (2013) diz que a autonomia da escola tem sido oportunizada via transferência de recursos para atender suas demandas. Para tanto, o Ministério de Educação orientou que fossem criadas estruturas de gestão colegiada para que pudessem sistematizar os mecanismos de gestão financeira, denominada de Unidade Executora (UEx). Sendo assim, a escola está apta para receber os recursos financeiros, diretamente do MEC.

O colegiado e demais mecanismos exercem notável importância no processo de construção da autonomia escolar, para o exercício da democracia no ambiente escolar. Constituem meios pelos quais a escola pode tomar decisões de forma coletiva que ajudarão na transformação da escola, tendo como objetivo último, o sucesso na aprendizagem e formação de cidadãos.

### *iii.v. Gestão escolar na atualidade*

O paradigma de gestão escolar na atualidade tem como base o princípio da participação, agindo no espaço escolar conscientemente, pois trata-se de um espaço múltiplo onde as diferenças têm que ser levadas em consideração, em superação ao modelo linear e hierarquizado. Giancaterino (2010) destaca que o termo “gestão participativa” soa redundante, mas tem como finalidade incentivar a participação, uma das mais importantes dimensões da gestão escolar, em que se tem por finalidade a tomada de decisão.

Segundo Luck (2013) observa-se que quanto mais forem formalizadas e regidas as funções e papéis de pessoas nas organizações, ou seja, uma organização com excessiva burocratização, diminui o nível de participação dos membros da organização no processo de organização trabalho. E esse processo tende a acentuar-se, pois quanto mais ampla for

a instituição de ensino, mais determinante será a formalização das relações entre os profissionais.

### *iii.vi Papel do gestor escolar diante da inclusão*

O gestor escolar é um líder que deve coordenar os processos de transformação do ambiente escolar, em especial aqueles que tratam da educação inclusiva, que neste aspecto deve orientar para a superação dos desafios e entraves que emperram a inclusão. Cabe ao gestor dar apoio aos trabalhos inclusivos em construção, tendo habilidades e maleabilidade de encaminhar aqueles profissionais ainda como uma postura negativa ante a inclusão; cabe-lhe, ainda, esclarecer sobre a legalidade e os conceitos do enfoque inclusivo.

O papel do gestor escolar frente à inclusão de estudantes NEE nas escolas de ensino ou turmas regulares, a visão e perspectiva de toda comunidade escolar em relação a essa inclusão, são assuntos importantes uma vez que a educação especial está garantida como dever do Estado e sua realização deve ser assegurada preferencialmente na rede regular de ensino, e por meio de atendimento educacional especializado, previsto no art., nº 4, inc.III, na Lei nº 9.394/96, quando não houver possibilidade ao atendimento em classe comum, escolas ou serviços especializados para atendimento dos estudantes com Necessidade Educativa Especial (NEE) (Freitas,2014, p.8).

O papel do gestor é de suma importância para o desenvolvimento da inclusão, pois entende que o diretor tem que envidar esforços respaldados nos conceitos da democracia e dos princípios basilares da gestão escolar. Para além disso, o sucesso da inclusão só virá.

Segundo Tezani (2004) as mudanças que demandam a inclusão escolar, tais como as adaptações curriculares de grande porte, necessitam do apoio e coordenação do gestor escolar, como se verifica no quadro abaixo:

**Quadro 1.** Adequações de grande porte:

<b>Deficiências</b>	<b>Adaptações curriculares</b>
Auditiva	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No caso dos alunos com dificuldades na comunicação, deverá ser permitido o uso da comunicação de sinais (LIBRAS) para garantir o acesso aos conteúdos escolares;</li><li>➤ Apoiar situações de vivências concretas;</li><li>➤ Oportunizar o uso dos recursos visuais possíveis;</li><li>➤ Realizar grupos de estudo sobre o tema, com professores, pais e equipe de gestão.</li></ul>
Mental	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Manter a participação ativa do aluno nas diversas atividades escolares;</li><li>➤ Garantir sempre que possível o ensino colaborativo, com apoio do especialista.</li></ul> <hr/> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Fornecer recursos para acesso ao ensino como reglete, punção, ábaco, sorobã, lupas, telêlupas etc;</li><li>➤ Adquirir escritos em Braille;</li><li>➤ Fornecer material tátil sinestésico.</li></ul>
Física	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Garantir o acesso a equipamentos adaptativos;</li><li>➤ Promover acessibilidade do espaço escolar.</li></ul>
Altas habilidades	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Desenvolver projetos na escola que necessitem da sua ajuda;</li><li>➤ Buscar parcerias para enriquecimento curricular.</li></ul>
Múltiplas	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Garantir acesso a equipamentos indispensáveis à permanência do aluno na sala de aula: cadeiras especiais, bancadas etc.</li></ul>

---

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Tezani (2004, p. 84,85,86)

A garantia das mudanças que demandam a escola inclusiva só será possível a partir das mudanças significativas que se adequem aos alunos com deficiências, sejam elas de caráter físico, auditivo, intelectual, visual e outras. Para tanto é necessária uma intervenção do diretor escolar, pois, trata-se de um líder, que neste processo de inclusão dos alunos com NEE passe a atuar juntamente com os professores na confecção do Projeto Político Pedagógico, na Proposta Pedagógica e deixem estabelecidas nestes importantes documentos escolares, as adequações curriculares de grande porte, o que possibilita a inclusão dos alunos com NEE; agindo assim, a escola estará se adequando às necessidades cognitivas de seus alunos.

## **PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO**

## **1. Descrição do Estudo**

A presente dissertação descreve, na sua vertente empírica, um estudo da inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais - NEE - no processo de escolarização em uma escola pública do município de Mirinzal, situado no estado do Maranhão.

### *i. Justificativa da problemática abordada e do paradigma adotado*

Este estudo surgiu do desejo em investigar sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais e os desafios e entraves que os gestores escolares e professores enfrentam no processo, ao longo do ano letivo, em uma escola pública da cidade de Mirinzal – Maranhão.

O enfoque faz-se na gestão escolar democrática e inclusiva, cujas características realçadas na Revisão da Literatura científica pertinente são favoráveis à prossecução de avanços na implementação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

### *ii. As perguntas de partida e objetivos a atingir*

Quais são os desafios, e entraves enfrentados por uma gestão escolar no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular de uma escola pública de ensino fundamental municipal? Quais os avanços detetados?

#### *ii.i. Objetivo Geral*

Identificar quais são os principais desafios, avanços e entraves no processo de Inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, na perspectiva da gestão escolar de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental, da cidade de Mirinzal-Maranhão/Brasil.

*ii.ii. Objetivos Específicos:*

- Verificar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na educação regular.
- Verificar a existência de planejamentos/ações participativos para a efetivação da inclusão escolar.
- Identificar os desafios, os entraves e os avanços que a equipa educacional da escola regular percebe ter enfrentado/ainda enfrentar para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais.

*iii. Contexto e universo de pesquisa*

O universo desta pesquisa é a escola UEB (Unidade de Educação Básica) “A” que presta serviço de educação básica – Ensino Fundamental - e que está localizada na cidade de Mirinzal - Maranhão.

Fundada no ano 1985, a Escola Onofrina Almeida foi construída na gestão do Prefeito Municipal de Mirinzal, Sr. Agenor Gomes Almeida, no bairro do Tungo, motivado pelo grande número de alunos que se deslocavam até ao centro da cidade. Foi inaugurada no dia primeiro de março de 1985, estando presentes autoridades estaduais e municipais e autoridades educacionais, pais de alunos e demais populares. Recebeu o nome de Onofrina Almeida, uma dedicada professora dos anos 30 e 40, do outrora distrito Mirinzal pertencente ao município de Guimarães e, agora, Município de Mirinzal.

A escola do final dos anos 80 e durante os anos 90, foi destaque na educação do município, tendo durante esse período 3 alunos que foram considerados alunos-modelos, uma premiação da política estadual aos melhores alunos da rede de ensino estadual.

A princípio atendeu à clientela de alunos do 6º ao 9º, para no início dos anos 90 atender alunos tanto do fundamental maior como do fundamental menor.

A Unidade de Educação Básica participante da investigação possui 7 salas de aulas, sala de professores, banheiros adaptados para os alunos com deficiência ou mobilidade

reduzida, sala de secretaria, sala de professores e pátio coberto. A escola oferece o Ensino Fundamental de 9 anos e atividades complementares no contra-turno com aulas de teatro, danças, matemática, português e futebol.



**Figura 2.** Quadra da Escola

A escola possui cerca de 435 alunos, distribuídos em dois turnos de aula (manhã e tarde). O número de docente, no total de 21 professores, sendo 8 professores do 1º ao 5º do ensino fundamental menor, e 13 professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental maior. A equipe gestora compõe-se de um 01 gestor, 01 vice-gestor e de 01 coordenador pedagógico.



**Figura 3.** Comemoração da fundação da escola

De acordo com o PPP da escola, construído em 2016, a escola Onofrina tem como filosofia educacional a seguinte missão: “Oferecer formação integral que favoreça a autonomia, por meio de educação de qualidade tendo em vista a transformação com sustentabilidade” e, visão: “Ser reconhecida como instituição de educação de referência

que concretize o processo e aprendizagem com qualidade, ética e comprometida com o propósito de formar cidadãos críticos, empreendedores e capazes de transformar o meio social em que vivem”.

E, no que diz respeito aos participantes, ao todo 12 profissionais da equipa de educação da escola, envolvendo o gestor, a supervisão e os professores que lecionam na educação regular.

Como critério de inclusão dos participantes: fariam parte da investigação todos os profissionais da equipa que têm relação direta com os alunos com necessidades educacionais especiais que se encontram na educação regular. Foram selecionados 20 participantes, contudo, na situação difícil então vivida, somente 12 aceitaram participar da investigação.

Os critérios de exclusão são: profissionais que não atuam com alunos com necessidades educacionais especiais.

**Tabela 2.** *Dados da Amostra dos participantes*

Participante	Idade	Gênero	Grau acadêmico	Anos de Docência
P1	41	Fem.	Licenciatura	7 a 15 anos
P2	31	Fem.	Licenciatura	7 a 15 anos
P3	32	Masc.	Licenciatura	3 anos
P4	35	Fem.	Mestrado	4 a 6 anos
P5	43	Masc.	Licenciatura	16 a 25 anos
P6	36	Fem.	Licenciatura	3 anos
P7	41	Masc.	Licenciatura	7 a 15 anos
P8	38	Fem.	Licenciatura	16 a 25 anos
P9	44	Masc.	Licenciatura	16 a 25 anos
P10	39	Fem.	Licenciatura	16 a 25 anos
P11	50	Fem.	Licenciatura	25 a 35 anos
P12	39	Fem.	Licenciatura	7 a 15 anos

Os professores participantes foram reunidos por um processo de amostragem não probalístico e, por conveniência, tendo em vista que os sujeitos precisariam atender a determinados critérios de inclusão.

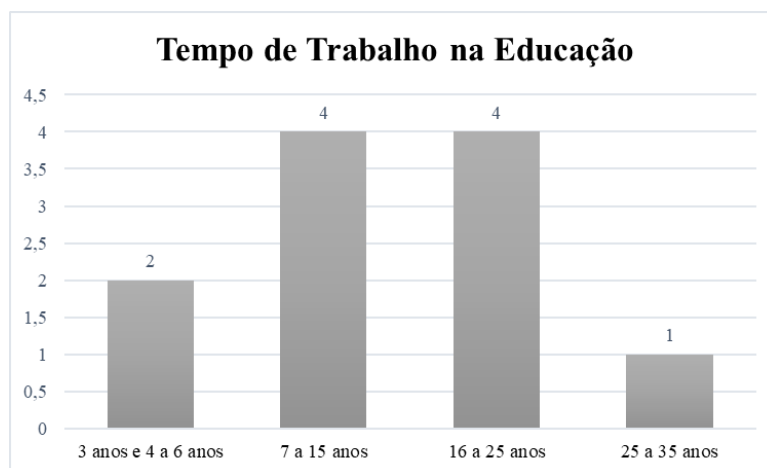
No que tange às características dos professores participantes (Cf. Tabela 2) 8 são do sexo feminino (66,7%) e 4 masculinos (33,3%). Em relação à idade, a grande maioria (58,3%) tem entre 31 e 40 anos, já 41,7% (5) participantes possuem entre 41 e 50 anos.

Sobre o grau de formação, 11 participantes (91,7%) têm apenas a licenciatura e um professor possui mestrado. E sobre os anos de trabalho na educação, aqueles que possuem mais tempo (33,3%) tem 7 a 15 anos e 33,3% têm 16 a 25 anos, somando-se 8 participantes. Já dois tem até 3 anos de experiência, um com 4 a 6 anos e o último, também com 25 a 35 anos.

**Grafico 1.** *Formação dos Profissionais*



**Grafico 2.** *Tempo de Trabalho na Educação*



Foi perguntado ainda aos professores para compor a caracterização dos participantes: Na sua formação inicial houve alguma(s) disciplina(s) que o preparasse para a intervenção com alunos com necessidades educativas especiais? Neste contexto, nove professores alegaram que tiveram uma formação para o atendimento de alunos com NEE, configurando assim 75% da amostra. Os demais participantes (3) 25% não tiveram esse tipo de formação.

Daqueles que alegaram essa preparação inicial, as respostas sobre o tipo de intervenção, foram elencados: 1. Atendimento educacional especializado (3); 2. Educação física adaptada (2); 3. Psicologia e Educação Especial (1); 4. Deficiências múltiplas e Libras (2); 5. Libras (1). Como é demonstrado abaixo na tabela 3:

**Tabela 3.** *Formação inicial dos professores*

P1	Não
P2	Educação Física Adaptada
P3	Não tive disciplina para esse fim
P4	Deficiências múltiplas e libras
P5	Libras
P6	Libras e educação especial
P7	Atendimento educacional especializado
P8	Atendimento Educacional Especializado
P9	Atendimento Educacional e sala de Recursos
P10	Psicologia e Educação Especial
P11	Educação Física com adaptações
P12	Não tive.

Em relação à formação inicial dos professores, cerca 3 professores alegaram não ter tido nenhuma disciplina sobre a inclusão. A maioria, representado por 9 participantes tiveram; esses descreveram Educação Física Adaptada (2); Atendimento especializado (3). Libras (2) e os demais, com menção à psicologia da educação e disciplinas para contemplar as multideficiências.

*iv. Métodos, Técnicas, procedimentos e instrumentos de pesquisa*

O projeto de pesquisa foi submetido à Comissão Nacional de Ética na Pesquisa (Plataforma Brasil) antes de se iniciar o trabalho de campo, tendo-se obtido a sua aprovação (Anexo 1).

A autorização da Direção da Escola escolhida como universo de estudo foi igualmente garantida (Anexo 2).

Após a devida aprovação do projeto pela Plataforma Brasil, o gestor, os supervisores e os professores foram convidados a participar voluntariamente no estudo, sendo-lhes explicados os objetivos da pesquisa e caso houvesse alguma dúvida, essa seria esclarecida, deixando ainda claro ao participante o seu anonimato e a confidencialidade dos dados obtidos. Os entrevistados assinaram uma Declaração de Consentimento Informado (Anexo 4) antes do prosseguimento da entrevista.

Tratando-se de um estudo de caso com um desenho exploratório com cariz qualitativo, usou-se como técnica de recolha de informações a entrevista semiestruturada que foi aplicada ao gestor e aos professores da escola com alunos com NEE (Lakatos e Marconi, 2017). O instrumento de recolha de dados e informações (Anexo 3) é um guião de entrevista, incluindo algumas perguntas de resposta fechada e a maior parte de respostas, abertas.

A aplicação do instrumento de recolha de dados a todos os participantes foi feita após sua validação por peritagem e ocorreu nos meses de Julho e Agosto de 2020, tendo como objetivo, identificar quais os principais desafios, avanços e entraves no processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, na perspetiva da gestão

escolar de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental, da cidade de Mirinzal-Maranhão/Brasil.

Com o intuito de fornecer a todos os participantes a garantia da confidencialidade das respostas, os registos de informação/dados e declarações de consentimento informado foram separados e guardados em local seguro, de forma a garantir a impossibilidade de os emparelhar e aos quais só tiveram acesso a equipa responsável pelo estudo. Foi assegurado que os registos de recolha de informação, em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) seriam confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Como instrumentos de recolha de informação, foi utilizado um guião de entrevista contendo duas partes, sendo que a primeira diz respeito às informações sobre o perfil sociodemográfico da equipa de educação e, a segunda parte, dizendo respeito aos objetivos elencados na investigação.

Após a recolha de informação por entrevista, as respostas foram transcritas. Para a extração de dados a partir das informações recolhidas e tabulação dos resultados, foi utilizada a “análise de conteúdo” de Bardin (2016). Essa análise consiste em criar as categorias e as subcategorias de acordo com os temas e as questões estabelecidas para construir o guião de entrevista, que viabiliza ao final, as respostas aos objetivos propostos na investigação, por meio dos registos semânticos levantados com base nas respostas dos participantes.

Assim, foi entabulada a categorização pelos títulos criados no guião de entrevista/questionário, e a subcategorização com base nas questões criadas para serem respondidas. E, ao longo da apresentação dos resultados, serão demonstrados os resultados com base na análise do discurso.

## 2. Apresentação e Discussão de Resultados

Serão apresentados, primeiramente, as categorias e subcategorias referentes ao guião de entrevista/questionário e, na sequência, os dados se apresentarão com base nas subcategorias e seus registros semânticos, conforme elucidada a “análise do conteúdo” de Bardin (2016). O conteúdo deste capítulo baseia-se na documentação apresentada no Anexo 5.

### *i. Categoria “I. Processo de Inclusão Educativa”*

Nesta categoria a análise de conteúdo abarcou as respostas dadas pelos participantes às questões 7 e 8 do Guião.

#### *Subcategoria “I.i” – Processo de Inclusão*

Questão:

7) Como se dá a inclusão dos alunos com NEE na educação regular da escola? Descreva o processo administrativo e pedagógico,

**Tabela 4.** *Processo de Inclusão*

Conteúdos significativos mencionados	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Laudo médico	3	13%
Processo pedagógico	3	13%
Acolhimento	2	8%
Adaptações	5	21%
Materiais adaptados	1+1	8%
Apoio especializado	2	8%
Apoio inter-pares	1	4%
Reconhecimento de Direitos	2	8%
Partilha de informação na comunidade escolar	2	8%
Necessidade de formação docente	1	4%
Núcleo de atendimento especializado	1	4%
Total de unidades identificadas	24	100%

A necessidade de ser conhecido o Laudo Médico pelos docentes foi mencionada apenas por 3 dos entrevistados. Mas o seu papel é bem descrito (08) neste contributo:

“A admissão dos alunos especiais se dá por meio da apresentação do documento que identifica a sua deficiência. A direção comunica aos professores da deficiência desses alunos e se ela for muito grave esse aluno tem acompanhamento ou cuidador.”

Reconhecem que há necessidade de um Processo Pedagógico bem elaborado (3 dos entrevistados). Os contributos de 08 e 09:

“A direção comunica aos professores da deficiência desses alunos e se ela for muito grave esse aluno tem acompanhe ou cuidador. Quanto ao processo pedagógico não há nenhum preparo para trabalhar com esses alunos, geralmente a orientação é para promoção desses alunos, o que importa é que eles estão tendo a oportunidade de socialização e de acolhimento.”

“O processo pedagógico encontra-se em grandes desafios, os profissionais por inúmeros motivos têm um certo receio de se deparar com esse público.”

As adaptações são as mais frequentemente referidas, embora a sua frequência seja ainda baixa (5 entrevistados), mas como se vê nos contributos seguintes (03 e 04), a limitação pode estar na falta de formação.

“As crianças participam normalmente com os outros alunos, assistem às atividades, porém, as atividades são diferentes com o mesmo conteúdo, é necessário adaptação.”

“[O processo de inclusão é entregue...] ainda de forma muito tímida, profissionais despreparados para tratar com alguns casos. E esse despreparo não oferece as adaptações necessárias aos alunos.”

Várias características importantes do Processo Pedagógico aparecem como contributos de 1 ou 2 entrevistados: a produção ou partilha de materiais adaptados, fruir de apoio especializado e apoio inter-pares, maior força no reconhecimento de Direitos dos alunos NEE e a partilha de informação na comunidade escolar. É também referida a necessidade de formação docente e de funcionamento efetivo de um núcleo de atendimento especializado.

Mantoan (2006) em seus estudos, traz o processo de inclusão como uma realidade, na qual há a necessidade dos professores especializarem as atividades para as diferentes

necessidades especiais. Isso tudo, sem ignorar o subjetivo, o afetivo e as mudanças que a inclusão poderá proporcionar ao espaço escolar (Silva e Carvalho, 2017). Os participantes no presente estudo relevaram mais a necessidade de se fazer adaptações adequadas mas só dois relevaram a necessidade de apoio especializado. As lacunas apontadas ao processo pedagógico aplicado na escola: a falta de comunicação, orientação especializada e de formação.

*Subcategoria “I.ii. - Influência do Aluno na Inclusão”*

Questão:

8) A presença do aluno com NEE em uma turma de ensino regular, influencia na disciplina da turma?

**Tabela 5.** *Disciplina da Turma*

Conteúdos significativos mencionados	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Positivamente	12	100%

A presença de um aluno com NEE em uma turma de ensino regular, para todos os inquiridos surge de forma positiva e na disciplina. Não houve nenhum participante que dissesse haver indisciplina com a inclusão. E, como contributo, temos os relatos dos participantes (01), (04) e (10):

“Sim, influencia no meu ponto de vista na disciplina. Na experiência que tive, houve um acolhimento e isso foi significativo.”

“Sempre!!! Mas de forma muito positiva. É muito bom para o convívio do aluno, ter a presença de outros colegas com suas limitações. Já tive alunos que, com sua deficiência, buscou ensinar aos demais o que é preciso fazer para respeitar as diferenças”.

“Sim, mas de forma mais positiva, né! É possível ver os alunos acolhendo os colegas. O que é difícil para o professor é somente a adaptação das atividades, mas a convivência é muito boa.”

Dialogando com os participantes, Ainscow (2005) acredita que a educação inclusiva propõe para além da participação de todos, o acolhimento e o respeito as

diferenças e com isso, a presença de um aluno com NEE pode influenciar de forma positiva os demais alunos.

*ii. Categoria II. Relação Pedagógica entre alunos NEE, professores de Educação Especial e professores de turma*

*Subcategoria “II.i Benefícios”*

Questões:

9. Acredita que uma boa relação pedagógica entre professores do ensino regular e de Educação Especial poderá contribuir para o sucesso escolar e a inclusão de alunos com NEE? Justifique a sua resposta. (II.i.i)

10.1 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da colaboração (II.i.ii)

**Tabela 6.** *Relação Pedagógica - Benefícios*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Aprendizagem	II.i.i	1	4%
Articulação PER e PEE	II.i.i	1	4%
Autonomia	II.i.i	2	8%
Partilha	II.i.i	1	4%
Inclusão	II.i.i	4	16%
Ensino-aprendizagem	II.i.i	2	8%
Desenvolvimento global do aluno	II.i.i	1	4%
Apoio e Autonomia	II.i.i	1	4%
Acolhimento	II.i.i II.i.ii	1+1	8%
Sem benefícios	II.i.i II.i.ii	1+1	8%
Falta de comunicação eficiente	II.i.ii	1	4%
Orientação	II.i.ii	1	4%
Apoio especializado	II.i.ii	2	8%
Sem colaboração	II.i.ii	2	8%
Colaboração	II.i.ii	1	4%
Tradutor de Libras	II.i.ii	1	4%
Total de unidades identificadas		25	100%

Dentro da subcategoria “benefícios” os entrevistados elencaram alguns conteúdos significativos, reforçando o processo da colaboração entre os professores, para a obtenção

dos melhores resultados aos alunos com NEE. Dentre todos os benefícios listados temos a inclusão mencionada por 4 participantes. Seu benefício é bem descrito nos contributos dos participantes (04) e (05):

“Sim, pois fomentará uma melhor integração/inclusão do aluno com NEE.”

“Sim, pois todos estão envolvidos para facilitar o acesso desse aluno no âmbito escolar.”

No caso dos conteúdos “Autonomia”, “Ensino Aprendizagem” e “Acolhimento”, obtivemos a recorrência de 2 menções por cada uma das expressões, e a contribuição dos participantes (02), (07) e (11)

“Sim, ambos devem alinhar o ensino para não haver rupturas. A criança precisa se sentir livre e amparada.”

“Sim, creio que onde há profissionais trabalhando juntos com certeza o ensino e aprendizagem serão muito mais eficazes.”

“Sim, proporcionando o acolhimento.”

Muitos elementos na investigação apareceram como contributo aos benefícios da partilha entre os professores, corroborando assim, no processo de formação do aluno. Foram poucas as pessoas que disseram não existir esses benefícios. E, nesta linha, Mantoan (2006) em seus estudos acredita que a efetivação da inclusão só será possível com a colaboração dos profissionais e dos professores que atuam diretamente com os alunos com NEE. Assim, é possível verificar o quanto é importante a troca de experiência e a valorização do planejamento e da prática do professor.

### *Subcategoria “II.ii Dificuldades”*

Questões:

10. Que dificuldades, na sua opinião, podem impedir que o trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e de educação especial seja mais produtivo e positivo? (II.ii.i)

10.2 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens na colaboração (II.ii.ii)

11. Na presença de dificuldades no processo ensino-aprendizagem de alunos com NEE, costuma fazer as adequações necessárias? Justifique sua resposta. (II.ii.iii)

**Tabela 7. Relações Pedagógicas : Dificuldades**

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Colaboração	II.ii.i II.ii.ii	4+2	15%
Comunicação PER PEE	II.ii.i	1	3%
Capacitação do PER	II.ii.i	4	10%
Recursos didáticos	II.ii.i	3	8%
Planejamento colaborativo	II.ii.i	2	5%
Medo do novo	II.ii.i	1	3%
Sem colaboração	II.ii.ii	2	5%
Recursos didáticos	II.ii.ii	1	3%
Matrícula do aluno	II.ii.ii	1	3%
Comunicação	II.ii.ii	1	3%
Capacitação	II.ii.ii	1	3%
Estrutura física	II.ii.ii	1	3%
Capacitação PER	II.ii.i II.ii.ii	1+1	5%
Comunicação com família	II.ii.ii	1	3%
Adaptações	II.ii.iii	8	21%
Adaptações às vezes	II.ii.ii	3	8%
Não há adequações	II.ii.ii	1	3%
<b>Total de unidades identificadas</b>		<b>39</b>	<b>100%</b>

Sobre as adaptações, essas foram igualmente frequentes na citação dos participantes (8 entrevistados). Pode-se perceber com o contributo de 09 e 11:

“Sim. Quando isso acontece costuma se fazer um processo de investigação, observação em qual dificuldade o aluno apresenta”.

“Sim. Compreender o aluno em suas dificuldades e necessidades, passar atividades de acordo com o seu grau de conhecimento e maturidade biológica”.

Em relação às dificuldades encontradas pelos participantes, a “Colaboração” foi mencionada por 6 dos entrevistados. Sua menção é bem apresentada nos contributos dos participantes 01, 11:

“Os dois têm que andar juntos, é um só objetivo que é a inclusão”.

“A secretaria de educação não oferece um trabalho com planejamento e reunião desses professores”.

No que se refere à “Capacitação do PER” esse conteúdo foi mencionado por 4 entrevistados, cujos contributos percebemos nos fragmentos dos entrevistados 04, 07:

“A falta de capacitação”.

“Seria a falta de conhecimento e de capacitação do professor da turma”.

Mantoan (2015) confirma a importância da educação inclusiva para uma igualdade-diferenças, ou seja, que a busca pela inclusão seja para uma formação com base na equidade, e essa se apresente como fonte de respeito às diferenças, aspectos da maior importância, não realçados nas respostas dos participantes no presente estudo.

Ainscow (2005) por sua vez, traz como benefícios o processo de participação de todos na efetivação da aprendizagem. O autor salienta, em seus artigos, a importância em desenvolver um trabalho contínuo para o sucesso no processo de aprendizagem de todos os alunos que se encontram na educação regular, sejam eles sem ou com necessidades especiais, aspectos também ausentes nas respostas obtidas no presente estudo.

*iii. Categoria “III. Recetividade dos professores na elaboração das adequações curriculares de modo a facilitar a aprendizagem dos alunos NEE.”*

*Subcategoria “III.i. Soluções para sanarem as dificuldades”*

Questões:

11. Na presença de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem de alunos com NEE, costuma fazer as adequações necessárias? Justifique sua resposta.

12. Quando existem dificuldades no processo ensino-aprendizagem de alunos com NEE, estes grupos de professores procuram soluções em conjunto? Acha importantes essa atitude e essa prática? Justifique sua resposta.

**Tabela 8.** *Soluções para sanarem as dificuldades*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Adaptações	III.i.i	7	29%
Não há adequações	III.i.i	1	4%
Às vezes há adaptações	III.i.i	3	13%
Colaboração	III.i.ii	2	8%
Partilha	III.i.ii	5	21%
Falta de diálogo	III.i.ii	1	4%
Diversidade no grupo de professores	III.i.ii	3	13%
Difícil solução conjunta	III.i.ii	1	4%
Importante mas não há	III.i.ii	1	4%
		24	100%

No que se refere às soluções para sanarem as dificuldades, a busca pela “Adaptações” teve o maior número de recorrência, sendo mencionado 7 vezes pelos participantes. Para contribuir, temos como exemplo (02), (09) e (11):

“Sim, temos que fazer de acordo com as necessidades de cada aluno, tudo no tempo dele, sempre inovando nas atividades, nos recursos etc.”

“Sim. Quando isso acontece costuma se fazer um processo de investigação, observação em qual dificuldade o aluno apresenta.”

“Sim. Compreender o aluno em suas dificuldades e necessidades, passar atividades de acordo com o seu grau de conhecimento e maturidade biológica.”

Em relação à “Partilha”, obtivemos a menção de 5 participantes, e como colaboração temos (01), (07) e (10):

“Sim, com certeza, sabemos que uma andorinha só não faz verão, temos que estar sempre de mãos dadas. É sempre um desafio.”

“Sim, porque em conjunto conseguimos resolver todas as questões pendentes com base nas experiências de outros professores.”

“Quando há diversidade, a parceria, ou seja, o trabalho em equipe sim. Super importante”.

Coll et al (2004) acredita que a colaboração entre os pares pode corroborar com o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com NEE, tendo em vista que essa cooperação tende a contribuir para a melhoria na construção do currículo pedagógico do aluno.

*Subcategoria “III.ii. Estratégias para a aprendizagem”*

Questões:

13. Costuma organizar estratégias e materiais de maneira a contribuir para um melhor funcionamento do processo ensino-aprendizagem dos alunos com NEE? Como? Dê exemplos. (III.ii.i)

13.1 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da colaboração entre professores (III.ii.ii)

**Tabela 9.** *Estratégias para a aprendizagem*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Organizar estratégias e materiais	III.ii.i	5	22%
Organizar e fazer recursos	III.ii.i	1	4%
Elaboração e partilha de estratégias e materiais	III.ii.i	2	9%
Pouco	III.ii.i	2	9%
Não organizar estratégias e materiais	III.ii.i	1	4%
Elaboração de Jogos didáticos e outros materiais	III.ii.i	1	4%
Apoio na organização	III.ii.ii	1	4%
Organização	III.ii.ii	1	4%
Apoio na preparação do uso de materiais	III.ii.ii	1	4%
Apoio na preparação de atividades	III.ii.ii	1	4%
Partilha de materiais	III.ii.ii	1	4%
Estratégias inclusivas	III.ii.ii	2	9%
Sem colaboração	III.ii.ii	1	4%
Apoio PEE ao PER	III.ii.ii	1	4%
Não	III.ii.ii	2	9%
<b>Total de unidades identificadas</b>		<b>23</b>	<b>100%</b>

Em relação à receptividade dos professores na elaboração das adequações curriculares de modo a facilitar a aprendizagem dos alunos NEE, foram elencados os principais elementos que contribuem para o sucesso da aprendizagem dos alunos.

A organização de estratégias e materiais foi um dos mais frequentes itens mencionados pelos entrevistados. Como contributo exemplificadores, temos 01, 05 e o 08:

“Sim. Costumo colocar as atividades que foram preparadas para o aluno com NEE, separadas e no momento do processo de ensino, sempre busco ficar próximo do aluno para a sua orientação e melhor acompanhamento no processo de aprendizagem dele.”

“Sim, é preciso acompanhar o processo de aprendizagem do aluno que vai desde o planejamento das atividades até a sua aplicação na sala de aula.”

“Sim. A primeira delas é o planejamento voltado para a necessidade do aluno e o acompanhamento na aplicação das atividades.”

Segundo Chiarello (2019) é preciso compreender as dificuldades que possam ocorrer no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais. A partir dessa compreensão é que os professores poderão proporcionar as intervenções necessárias para que todas as lacunas sejam sanadas, e que os alunos possam aprender de forma plena, dentro das especificidades de cada um.

Houve também o processo de “Elaboração e Partilha de estratégias e materiais” mencionados por 7 entrevistados, tendo como referência os participantes 03 e 09:

“Quando há o diálogo, essas ideias surgem espontaneamente. Há sempre um professor com uma sensibilidade mais aflorada que se coloca à disposição de elaborar estratégias e confeccionar materiais, recursos de matemática, português.”

“Sim. Elabora recursos de acordo com o grau de dificuldade do aluno. Recursos esses de leitura, alfabetização, raciocínio lógico matemático e outros.”

Dentre outros elementos que mostraram as “Estratégias inclusivas de avaliação”, houveram 02 menções sobre não haver essa colaboração na escola. Assim, pode-se perceber nas falas de 06 e 07:

“Participação de alunos com NEE em atividades em grupo.”

“No momento da avaliação do aluno.”

Silva e Carvalho (2017) afirmam que no “processo de inclusão escolar, não se deve apenas pensar nos recursos e estratégias a serem utilizados, é necessário ter um olhar mais amplo” e esse olhar que sugerem os autores, perpassa as soluções que são buscadas pelos professores questionados comprometidos com a inclusão.

*iv. Categoria "IV. Recetividade à presença do docente de Educação Especial e do aluno NE na sala de aula*

*Subcategoria “IV.i.Trabalho colaborativo”*

Questões:

14. Está aberto a desenvolver um trabalho colaborativo com os seus colegas dentro e fora da sala de aula? Justifique sua resposta.

15. Aceita facilmente a presença do docente de Educação Especial na sua sala de aula? Por quê?

**Tabela 10.** *Trabalho Colaborativo*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Diálogo e aprendizado	IV.i.i IV.i.ii	8 +7	63%
Atividade interdisciplinar	IV.i.i IV.i.ii	3 + 5	33%
Atividade Externa	IV.i.i	1	4%
<b>Total de unidades identificadas</b>		<b>24</b>	<b>100%</b>

No que se refere ao trabalho colaborativo, a busca pelo “Diálogo e aprendizado” teve o maior número de recorrência, sendo mencionado 15 vezes pelos participantes. Para contribuir, temos como exemplo (04), (06) e (07):

“Estou. Temos muitos alunos atualmente que apresentam NEE e que ainda não foram diagnosticados. É necessário poder observar os estudos já feitos por pessoas capazes de reforçar a importância do trabalho colaborativo.”

“Sim. A atividade interdisciplinar pode ajudar no processo de aperfeiçoamento e aprendizagem do aluno.”

“Sim. Acredito que com a minha colaboração e com as dos colegas, todo trabalho desenvolvido em prol do outro com necessidade tem mais significado e bons resultados.”

Nesta mesma concepção Mantoam (2006) aponta que é imperativo que os professores tanto do ensino regular como do especializado cumpram a suas funções, a saber, o do ensino regular cumpra a tarefa de ensinar toda a turma e o do ensino especializado se atenha à sua função complementar de oferecer subsídios que possam habilitar os alunos com NEE, que os faça superar os obstáculos impostos pela sua deficiência, e assim poder ter a instrumentalidade necessária para aprender na sala de aula regular com maior desenvoltura.

Para além disso, há a necessidade de uma aproximação desses professores comum e especializado para atender os alunos que lhes são comuns, trocando impressões, informações, debatendo procedimentos pedagógicos e as dificuldades e os avanços dos educandos (Mantoan, 2006).

Em relação à “Atividade interdisciplinar”, obtivemos a menção de 8 participantes, e como colaboração temos (09) e (11):

“Sim. Uma forma de melhorar as minhas atividades docentes com relação aos alunos especiais.”

“Sei que tem profissional que trabalha com amor e outra só por um salário talvez, também como mãe sei quanto o preconceito é grande! O trabalho em conjunto ajudaria muito o processo”.

A busca pelo diálogo também é tema das pesquisas de Dalben (2010) que defende a troca de informações pedagógicas entre os professores, a fim de garantir a melhor qualidade das atividades aplicadas. O autor acredita que o processo de ensino aprendizagem do aluno e o seu sucesso, está ligado a qualidade do material utilizado em sala de aula.

*Subcategoria “IV.ii. Benefícios da inclusão”*

*Questões:*

16. Aceita de bom grado o aluno NEE na sua sala de aula sabendo, de antemão, que essa presença obriga à utilização de novas estratégias? Como?

16.1. Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha experimentado os benefícios da inclusão

**Tabela 11.** *Benefícios da Inclusão*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Igualdade de acesso	IV.ii.i IV.ii.ii	3	25%
Acolhimento do aluno	IV.ii.i IV.ii.ii	2	17%
Aprendizagem sobre a inclusão	IV.ii.i IV.ii.ii	3	25%
Adaptações pedagógicas	IV.ii.i IV.ii.ii	5	33%
<b>Total de unidades identificadas</b>		<b>13</b>	<b>100%</b>

No que tange a “Adaptações pedagógicas”, com o maior número de menções, com 5 recorrências, temos como exemplo (09), (10) e (12):

“Tenho uma aluna com comprometimento nas mãos, tem dificuldades de movê-las. Quando começou ir ao núcleo, a mãe foi com ela. E ficou lá vendo meu trabalho. E no término ela disse, pensei hoje que minha filha não pudesse fazer isso. Eu sempre sou quem faço tudo para ela. Será muito importante a vinda dela para o núcleo. Coloquei ela para identificar por cores e tentar pegar os objetos. Ela, com dificuldade, mas conseguia.

“Eu trabalho na sala de recursos e com isso, já ofereço aos meus alunos condições de inclusão. Tive um aluno com dislexia e a dificuldade no processo da escrita era muito grande, mas a sua força de vontade estava mais forte e ele segue avançando.”

“Conhecer o mundo dessas pessoas especiais, que trazem consigo muito afeto.”

Em relação à “Igualdade de acesso” temos a participação de 3 professores, que se pode perceber nas falas de (02) e (07):

“Sim, por esse motivo sempre estou inovando nos recursos e nas estratégias atividades para contribuir com o processo de aprendizagem do aluno”.

“Sim. Sem dúvida. É um desafio em que me comprometi, proporcionando ao aluno com NEE acesso à educação de qualidade. E, acima de tudo. Amo o que faço.”

E essa educação de qualidade que os participantes discorrem, é defendida pelos pesquisadores Oliveira, Souza e Bahia (2014) quando acreditam que a qualidade surge a partir do momento em que há uma qualidade na construção do Projeto Político Pedagógico da escola. Esse sendo construído com debates, fundamentação e inclusão, poderá corroborar para o processo de melhoria na qualidade de ensino.

#### *Subcategoria “IV.iii. Dificuldades e ou desvantagens com a inclusão”*

Questões:

16.2. Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou vantagens com a inclusão

**Tabela 12.** *Dificuldades e ou desvantagens com a inclusão*

Conteúdos significativos mencionados	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Preconceito	3	25%
Dificuldades em incluir	8	67%
Comportamento	1	8%
<b>Total de unidades identificadas</b>	<b>12</b>	<b>100%</b>

Em relação à “Dificuldade de incluir” o aluno NE na sala de aula, surge com a maior menção entre os participantes, com 8. Dentre eles temos os contributos de 02, 03 e 11:

“Alguns alunos custam a se adaptar às atividades inclusivas.”

“Dificuldade já tive muitas. Fui descobrindo sozinha a lidar com as dificuldades dos alunos com NEE, principalmente com a questão da escrita.”

“Tive muitas dificuldades ao trabalhar com uma aluna com síndrome de Down. Não sabia como fazer para ela parar na sala e como ensinar a mesma.”

Já o “Preconceito”, esse surge com 3 menções dos entrevistados. E todos demonstraram a importância de incluir o aluno com NEE, sem preconceito. Dando seu contributo, tem-se 06 e 10:

“Alguns alunos do ensino regular discriminaram o aluno com NEE”.

“A falta de respeito e não aceitação do aluno, em dizer que “ele é seu aluno e não meu”.

Freitas (2014) por sua vez, descreve a importância do gestor educacional no processo de compartilhamento de boas práticas educativas que envolvem tanto o professor especialista quanto aquele que atua na sala regular e que não possui conhecimentos aprofundados em relação às diversas deficiências e transtornos.

*v. Categoria “V. Trabalho Colaborativo entre professor titular e professor de Educação Especial para o sucesso escolar e a inclusão de alunos com NEE nas nossas escolas”*

*Subcategoria “V.i. Significado do trabalho colaborativo”*

Questões:

17.O que significa para si o trabalho colaborativo entre os docentes?

18. Pensa que o trabalho colaborativo entre docentes de Educação Especial e docentes do ensino regular é importante? Justifique.

**Tabela 13.** *Significado do trabalho colaborativo*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Parceria com outros professores	V.i.i. V.i.ii	4+3	26%
Avanço na aprendizagem	V.i.i. V.i.ii	7+7	52%
Não há parceria	V.i.i. V.i.ii	1+1	15%
Integração no ambiente escolar	V.i.ii	1	7%
<b>Total de unidades identificadas</b>		<b>24</b>	<b>100%</b>

Em relação ao “Avanço na aprendizagem” do aluno NE, na sala de aula, surge com a maior menção entre os participantes, com 14. Dentre eles temos os contributos de 03, 04 e 09:

“Onde ambos se respeitem e não queiram apenas mostrar o que sabem, o aluno poderá obter sucesso.”

“Vejo nitidamente o avanço, aprendizagem e sucesso do aluno que possui problemas no processo de aprendizagem.

“É o caminho para o bom desenvolvimento desse público.”

Já a “Parceria com outros professores”, essa surge com 7 menções dos entrevistados. Dando seu contributo, tem-se 04 e 10:

“Sim. Quando dois segmentos de ensino ou especialistas se propõem a ajudar uns aos outros em detrimento de um bem maior, que são os nossos alunos especiais, esse é o maior bem na Educação”.

Em apoio a essas afirmações, Mantoan (2011) assegura que a prática e o enfretamento dos problemas cotidianos no âmbito escolar, precisam de uma fundamentação “solida e “permanente”. Isto tem sido prática comum na escola onde ela trabalha, pois, os seus pares se reúnem periodicamente, para mutuamente trocarem experiencias e para se atualizarem com novas reflexões pedagógicas. Tudo isto, muito bem ajustado, sem incorrer em panaceias ou busca de modismo pedagógicos efêmeros, mas para dá orientação ao trabalho, pois sem essa devida fundamentação, a inclusão estaria comprometida, sem os resultados almejados.

#### *Subcategoria “V.ii. Trabalho em equipe”*

Questões:

19.O que considera importante para a realização de um bom trabalho em equipe?

20.Na sua escola é frequente a troca de ideias/problemas/estratégias entre professores do ensino regular e professores da Educação Especial? Justifique sua resposta.

**Tabela 14.** *Trabalho em equipe*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Envolvimento em equipe	V.ii.i	4	18%
Partilha	V.ii.i V.ii.ii	6 + 6	55%
Diálogo entre os professores	V.ii.i V.ii.ii	2 +1	14%
Não há trabalho colaborativo	V.ii.ii	1	5%
Não há partilha	V.ii.ii	2	9%
<b>Total de unidades identificadas</b>		<b>22</b>	<b>100%</b>

Em relação à “Partilha” temos a maior menção entre os participantes, com 12. Dentre eles temos os contributos de 02, 06 e 12:

“Respeito. Percebo que quando há um trabalho que envolve um grupo heterogêneo, onde há valores e também limitações, o respeito e a vontade em contribuir com o processo precisa ser valorizado.”

“Empatia. Quando há a oportunidade de desenvolvermos um trabalho em grupo, ou até mesmo em equipes menores, o que nos soma é a experiência de cada pessoa e isso é gratificante.”

“Colaboração. Quando uma equipe de professores e profissionais da educação se propõem a ajudar os alunos o que mais vemos é a troca de experiência para um bem maior.”

Já o “Envolvimento em equipe”, essa surge com 4 menções dos entrevistados. Dando seu contributo, tem-se 10 e 11:

“Em primeiro lugar aceitar e receber o aluno. Adaptar-se ao aluno. Quando isso for possível, o trabalho em equipe só irá contribuir para a aprendizagem e o envolvimento de todos.”

“Interesse e amor aos alunos. Sempre acreditei que quanto mais envolvidos sejam os profissionais que atuam na educação, melhor será para os alunos”.

No caso do “Diálogo entre os professores”, com a menção de 3 participantes, temos como contributo, os fragmentos de 04 e 09:

“Não muito. Tem. Mas falta melhorar. Ainda existe muita falta de união. Muitos professores querem ser o dono do saber e não são humildes pra ouvir críticas, aceitar sugestões”.

“Como citado. O próprio trabalho em equipe poderá nos levar a uma busca para a solução das demandas dos alunos. A responsabilidade, comprometimento para sempre ter sucesso nos objetivos a alcançar, são imprescindíveis nessas reuniões”.

O desenvolvimento de ações de colaboração entre os professores visando a inclusão está ampliando-se a cada dia, pois, os docentes têm tomado consciência disso, o que, segundo Leite (2016) tal ação sinérgica por parte dos professores tem um único foco, o aprendizado de todos, para tanto os problemas deve ter uma solução conjunta: seja a análise dos problemas, seja o planejamento, seja a negociação e discussão. O importante é enfrentar os desafios de ensinar a todos, de forma coletiva.

*Subcategoria “V.iii. Benefícios e dificuldades da colaboração”*

Questão:

20.1 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da colaboração

20.2 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens na colaboração

**Tabela 15.** *Trabalho Colaborativo entre professores*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Partilha	V.ii.i	8	35%
Não se lembra	V.ii.i V.ii.ii	4+2	26%
Planejamento	V.ii.ii	1	4%
Formação na área	V.ii.ii	2	9%
Na ajuda imediata	V.ii.ii	3	13%
Não há colaboração	V.ii.ii	2	9%
Apoio da família	V.ii.ii	1	4%
<b>Total de unidades identificadas</b>		<b>23</b>	<b>100%</b>

Em relação à “Partilha” temos a maior menção entre os participantes, com 8. Dentre eles temos os contributos de 02, 05 e 12:

“Lembro de uma aluna com autismo que estava em minha sala e a experiência foi única. Todos os alunos começaram a participar das atividades e tentar de alguma forma, buscar interagir com ela. E essa interação só foi possível porque tive ajuda de uma professora que tinha experiência com ele. Mas esse fato foi em outra escola, e não nesta que estou agora, como já havia dito anteriormente.”

“Compartilhamento de ideias e palavras de incentivos. Quando precisei de ajuda, alguns professores se dispuseram a ajudar como sempre.”

“Sempre busco recorrer a um colega quando tenho dificuldades em compreender a necessidade do meu aluno. E assim, vejo benefícios nesta ajuda mútua.”

Tezani (2004) propõe um trabalho colaborativo com o intuito de não responsabilizar apenas um educador, seja ele da sala de recursos multifuncionais ou o professor regente. A proposta é de adaptar o currículo e a forma de lecionar para os alunos que possuem dificuldades no processo de aprendizagem.

No que se refere à “Ajuda imediata”, essa surge com 3 menções dos entrevistados. Dando seu contributo, tem-se 05 e 06:

“Tive dificuldades no momento em que precisava acalmar o aluno de uma crise. Não houve nenhuma pessoa que se apresentou para me ajudar naquela situação. Foi tão difícil”.

“Isolamento do discente. Quando um colega não se abre ou não quer contribuir com o outro, fica tão difícil. Não sabemos se isso é porque não tem formação em inclusão ou se simplesmente não aceitam colaborar”.

Em relação àqueles que “Não se lembram”, obtivemos a menção de 6 participantes. Temos como contributo, os fragmentos de 01 e 11:

“Não me lembro de nenhuma.”.

“Não houve, que eu me lembre, nenhuma situação pontual.”.

*vi. Categoria “VI: Trabalho Colaborativo entre professores e a gestão escolar”*

*Subcategoria “VI.i. Desafios do trabalho colaborativo”*

Questão:

21.Descreva os maiores desafios que uma escola regular enfrenta para acolher os alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

**Tabela 16.** *Trabalho em equipe*

Conteúdos significativos mencionados	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Formação na área	4	33%
Adequação da estrutura física e pedagógica	5	42%
Parceria com a família	2	17%
Planejamento	1	8%
<b>Total de unidades identificadas</b>	<b>12</b>	<b>100%</b>

Em relação à “Adequação da estrutura física e pedagógica” temos a maior menção entre os participantes, com 5. Dentre eles temos os contributos de 01, 04 e 07:

“Acredito que seja a formação na área de educação especial, especializa profissional! Infelizmente, as faculdades oferecem o básico na formação inicial, e as especificidades das doenças, acabamos aprendendo na prática e na busca por leituras complementares.”

“O pré-conceito e a capacitação profissional. Infelizmente, não conseguimos atender a todas as demandas. Eu, por exemplo, já tive dificuldades em ajudar um aluno que era cego, depois disso que vi a necessidade de uma formação mais aprofundada.”

“Acessibilidade. Eu vejo ainda muitos problemas na estrutura física da escola. Incluir, no meu ponto de vista, requer um avanço tanto na parte física da escola, quanto no processo de acolhimento e inclusão pedagógica.”

No que se refere à “Formação na área”, essa surge com 4 menções dos entrevistados. Dando seu contributo, tem-se 09 e 10:

“A adaptação do corpo físico. A falta de preparação dos profissionais e talvez, até a aceitação em incluir, o que é muito ruim em se tratando de professores. Mas é o que penso”.

*Subcategoria “VI.ii. Formação dos professores”*

Questões:

22. Há formação dos professores para atender a todas as demandas inclusivas da escola? Quais? Descreva-as.

**Tabela 17.** *Formação dos Professores*

Conteúdos significativos mencionados	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Ausência de formação	6	50%
Curso de extensão	2	17%
Encontro de professores	4	33%
<b>Total de unidades identificadas</b>	<b>12</b>	<b>100%</b>

No que tange à “Ausência de formação” temos a maior menção entre os participantes, com 6. Dentre eles temos os contributos de 01, 08 e 12:

“Não. Seria necessário um planejamento com diversas formações, sendo específicas para cada deficiência e transtorno que busque de fato incluir.”

“Não. Seria muito bom se a escola ou a prefeitura adotasse um projeto de formação continuada e que esse contemplasse os desejos dos professores sobre o assunto”.

“Nem sempre. Infelizmente não tem sido fácil, buscamos uma formação na área da inclusão”.

Nesta mesma linha, Mantoam (2006) tem se identificado “um forte grau de desconfiança” tanto por parte dos professores do ensino regular como do ensino especializado com relação a omissão do poder público em cumprir “o exigido” durante a escolarização dos alunos, naquilo que se refere a qualidade do ensino desses alunos, se fazendo sentir mais fortemente no ensino dos com alunos NEE. Podendo se tornar exponencialmente comprometedor esse descomprometimento com a educação, quando se pensa que em nome de uma “autonomia da escola” responsabilizando a mesma pelas mazelas, e a responsabilidade de buscar “parcerias” com a sociedade civil e outras organizações na busca de soluções. Ainda demarca o pensamento dessa autora, a questão da continuidade de práticas pedagógicas e de gestão não que atendam as demandas da comunidade, pois, permanecem velhas práticas educativas que não resulta em bons frutos para a educação brasileira. Assim em ambas as escolas: regular e

especial, está posto o desafio de construir boas práticas educativas que atendam a todos os alunos.

No que se refere ao “Encontro de professores”, essa surge com 4 menções dos entrevistados. Dando seu contributo, tem-se 04 e 06:

“Nem sempre. As poucas que tivemos, envolvem os encontros de professores de áreas, isso inclui os professores de Linguagens, Ciências e Humanas”.

“Sim. Porém, muito raso. Encontro de professores. Geralmente é só pra ler textos e discutir. Nunca conseguimos aprofundar os assuntos”.

Em amparo a esta temática, e concordando com o que disseram os participantes Coll et al (2004) afirmam que aos professores deve ser oferecida formação teórica que os faça superar “algumas crenças acerca do que é ensinar e aprender,” neste mesmo tom o autor destaca a importância de capacitação sobre os princípios de suas práticas metodológicas dos professores.

*Subcategoria “VI.iii. Contribuição para o processo de inclusão”*

Questões:

23. Qual a contribuição que a Direção e a supervisão dão no processo de inclusão dos alunos com NEE? (VI.iii.i)

28. Existe avanços em incluir? Se respondeu afirmativamente, descreva-os. (VI.iii.ii)

**Tabela 18.** *Contribuição para o processo de inclusão*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Não soube responder	VI.iii.i	1	4%
Acompanhamento do aluno	VI.iii.i	6	26%
Formação anual	VI.iii.i	2	9%
Intermediação escola/família	VI.iii.i	2	9%
Não há apoio	VI.iii.i	1	4%
Respeito mútuo	VI.iii.ii	2	9%
Ensinar os alunos sobre a inclusão	VI.iii.ii	4	17,5%
Acompanhamento das atividades	VI.iii.ii	1	4%
Cuidado com o aluno	VI.iii.ii	4	17,5%
<b>Total de unidades identificadas</b>		<b>23</b>	<b>100%</b>

No que tange ao “Acompanhamento do aluno” temos a maior menção entre os participantes, com 6. Dentre eles temos os contributos de 03, 05 e 09:

“Tenho uma experiência de acompanhar as atividades dos alunos e no final da semana repassar um relatório. Após, esse relatório é comparado ao relatório da professora titular pra diagnosticar o progresso do aluno. Se positivo continua as atividades seguintes, se não, os pais são chamados para ver um tratamento mais específico com outro profissional, paralelo ao estudo regular.”

“Sempre estão ajudando com palavras e atitudes positivas. Há por parte da escola um acompanhamento das nossas atividades em sala de aula.”

“Nosso município está agora se adequando a essa realidade. Iniciou com um Núcleo de Atendimento Educacional Especializado que nos oferece subsídio para o acompanhamento mais direcionado ao aluno.”

Em relação ao “Ensinar os alunos sobre inclusão”, essa surge com 4 menções dos entrevistados. Dando seu contributo, tem-se 04 e 08:

“Sim. A exclusão apenas atrasa o processo inclusivo. É necessário oferecer aos alunos um conhecimento sobre as necessidades do colega que é deficiente”.

“Tenho aprendido que os alunos com NEE devem ser incluídos, mas pouco tem sido feito para a inclusão desses alunos, acredito que há avanços em incluir sem excluir, vejo que mesmo com as dificuldades para aprender esses alunos avançam na aprendizagem, sempre captando alguma aprendizagem. Já vi ex-aluno especial meu que conseguiu trabalho, e vi que assim como ele era responsável nas atividades ele também era responsável no seu local de trabalho”.

Em relação ao “Cuidado com o aluno”, tema de extrema importância para o processo de inclusão, obtivemos cerca de 4 menções, com os seguintes contributos:

“Sim. A exclusão apenas atrasa o processo inclusivo; é necessário oferecer aos alunos um conhecimento sobre as necessidades do colega que é deficiente”.

“Tenho aprendido que os alunos com NEE devem serem incluídos, mas pouco tem sido feito para a inclusão desses alunos; acredito que há avanços em incluir sem excluir, (...). Já vi ex-aluno especial meu que conseguiu trabalho, e vi que assim como

ele era responsável nas atividades ele também era responsável no seu local de trabalho”.

Mantoan (2006) acredita que o cuidado e acolhimento ao aluno com NEE pode contribuir com o processo de inclusão. Ele se sentindo acolhido poderá avançar na aprendizagem.

*Subcategoria “VI.iv. Conhecimento dos direitos dos alunos NEE”*

Questões:

24. Você conhece os direitos dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais?

**Tabela 19.** *Conhecimento dos direitos*

Conteúdos significativos mencionados	Frequência absoluta	Frequência Relativa
LDB	4	25%
Estatuto do Deficiente	3	19%
Não conhece	4	25%
Salamanca	1	6%
Lei do Autismo	1	6%
Projeto de Lei do TDAH	1	6%
Em parte	2	13%
<b>Total de unidades identificadas</b>	<b>12</b>	<b>100%</b>

Em relação aos direitos dos alunos com NEE, a “LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação” teve a maior menção entre os participantes, com 4. Dentre eles temos os contributos de 08:

“Sim. A principal é a Lei de Diretrizes e Base de Educação. Essa lei contempla todos os segmentos e as necessidades dos alunos.”

Já o “Estatuto do Deficiente”, esse surge com a menção de 3 participantes. Dentre eles temos os contributos de 01 e 09:

“Sim. Temos a LDB, o próprio Estatuto do Deficiente surgiu em 2015. Eles oferecem condições para a inclusão dos alunos”.

“Sim. O Estatuto do Deficiente é o mais atual. Ele fala das deficiências e transtornos existentes e propõe ações de inclusão na educação, como por exemplo, a dilação do tempo nas atividades.”

Para Tezani (2004) é de suma importância que todos os profissionais da educação conheçam os direitos dos alunos com NEE, para que possam implementar de forma coletiva, uma educação mais inclusiva, tratando os problemas sociais de forma mais justa e conduzindo o processo de ensino com mais leveza.

*Subcategoria “VI.v. Planejamento e atividades de inclusão”*

25. Quais são as adaptações feitas nas atividades letivas e avaliativas dos alunos de NEE? (VI.v.i.)

26. Quais são as ações/planejamentos voltados para a inclusão dos alunos com necessidades especiais? (VI.v.ii)

**Tabela 20.** *Planejamento e atividade de inclusão*

Conteúdos significativos mencionados	Sub categoria	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Atividades lúdica	VI.v.i	2	8%
Redução das questões	VI.v.i	1	4%
Adaptações na escrita e no texto para a leitura	VI.v.i VI.v.ii	5 +1	25%
Não faço adaptações	VI.v.i	4	17%
Acolhimento do aluno	VI.v.ii	2	8%
Planejamento individualizado	VI.v.ii.	4	17%
Apoio profissional	VI.v.ii	1	4%
Não faço planejamento	VI.v.ii	4	17%
<b>Total de unidades identificadas</b>		<b>24</b>	<b>100%</b>

Em relação ao Planejamento e atividades de inclusão, dos professores que propõem esse planejamento, temos o “Planejamento individualizado”, com 6 menções. Dentre eles temos os contributos de 03 e 10:

“É necessário oferecer ao aluno com NEE um atendimento individualizado e para que ele funcione, a família também precisa oferecer acompanhamentos específicos individuais com psicólogos, psicopedagogos, neuro-psicopedagogo. Assim, em um trabalho compartilhado poderemos oferecer o melhor para o aluno”.

“Deveria primeiro ser com a família. Porque os trabalhos só terão êxito se houver continuidade na família e um planejamento que atenda às necessidades dos alunos”.

Em consonância ao “Planejamento pedagógico”, temos também as “Adaptações na escrita e no texto para a leitura”, em que obtivemos 6 menções. Dentre eles temos os contributos de 07 e 10:

“São feitas de acordo com cada deficiência. Às vezes tenho alunos que precisam das atividades com a letra maior. Outras vezes com o enunciado separado e o texto pequeno. Então vai depender muito do transtorno ou deficiência.”

“Busco fazer, sempre que possível, as adaptações na escrita e leituras... atrasando processo de alfabetização de forma lúdica e dinâmica, despertando interesse do aluno”.

Já aqueles que não fazem “As adaptações” e o “Planejamento Pedagógico” juntos somam-se 8 participantes. Dentre eles temos os contributos de 08 e 11:

“Nenhuma. Não costumo adaptar nenhuma atividade”.

“Infelizmente é muito difícil para mim essas adaptações.”

Segundo Tezani (2004) as adaptações nos instrumentos de ensino, podem contribuir e muito com o processo de aprendizagem do aluno com NEE. Contudo, esses necessitam ter o apoio da coordenação e do gestor, uma vez que há necessidades externas de materiais pedagógicos e estruturais que dependem de outras pessoas dentro da escola.

#### *Subcategoria “ VI.vi. Relação família X Escola ”*

Questões:27. Como é a relação família X escola?

**Tabela 21.** *Trabalho colaborativo professor e gestão escolar.*

Conteúdos significativos mencionados	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Conflituosa	6	50%
Cooperação	6	50%
<b>Total de unidades identificadas</b>	<b>12</b>	<b>100%</b>

Em relação ao trabalho colaborativo com a gestão escolar temos a relação “Conflituosa”, elemento citado por 6 entrevistados, e que mostra a realidade da estrutura do trabalho colaborativo. Ante o exposto, temos a contribuição dos participantes 01 e 04:

“Muito complexa e difícil! Infelizmente muitas famílias não acompanham a formação de seus filhos, o que dificulta ainda mais o processo de inclusão.”

“Ruim. Quando é necessária a presença dos pais, sempre há uma desculpa para não irem à escola e isso é muito triste.”

A “Cooperação” foi mencionada por 06 entrevistados e se apresentaram pelo contributo dos participantes 02 e 09:

“Vejo como uma relação cooperadora. Embora muitas famílias não tenham conhecimentos aprofundado sobre as deficiências e os transtornos de seus filhos, essas buscam sempre saber e colaborar com a escola.”

“Estamos em processo de adaptação e de buscar essa relação com a família, mas percebi que nos últimos anos elas têm buscado mais a escola.”

Carneiro (2006) acredita nesta estrutura inclusiva, que contemple ainda os valores de cada membro da unidade escolar, sendo esses, colaboradores do crescimento dos alunos que necessitam de um olhar diferenciado na sua formação educacional.

### 3. CONCLUSÃO

Face à conclusão desta dissertação, buscou-se conhecer todo o processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentavam uma Unidade de Educação Básica no município de Mirinzal, no estado do Maranhão. Todo esse processo envolvia a relação pedagógica entre os alunos, professores regentes da turma e os professores da Educação Especial.

Diante do que foi percorrido ao longo da dissertação, foi possível verificar a importância das adaptações curriculares para atender a todas as necessidades dos alunos com deficiências (auditiva, mental, física, altas habilidades e múltiplas). As adaptações precisam ser tanto pedagógicas quanto estruturais. Diante dessa demanda, surgiu a necessidade de investigar sobre os desafios, os avanços e os entraves que ocorrem durante o processo de inclusão em uma escola de educação regular.

Dos objetivos específicos da pesquisa: 1. Verificar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na educação regular. 2. Verificar a existência de planejamentos/ações participativos para a efetivação da inclusão escolar. 3. Identificar os desafios, os entraves e os avanços que a equipa educacional da escola regular percebeu ter enfrentado/ainda enfrentar para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais. Esses foram todos contemplados na investigação, uma vez que os relatos dos participantes puderam evidenciar como era o processo de inclusão, a existência de planos de ensino e os desafios, dificuldades e os sucessos empreendidos no processo contínuo de incluir.

Percebeu-se, através desta investigação, que o processo de inclusão continua sendo um desafio a ser enfrentado, pois as ações que visam a inclusão ainda estão aquém de uma regularização satisfatória, sendo necessário mais aprimoramento por parte de todo o corpo escolar. O processo de inclusão está em andamento, mas poderia tomar um novo horizonte, com ações que façam o corpo docente e a gestão terem um conhecimento mais teórico e prático acerca da inclusão, principalmente nos aspectos que demandam necessárias adequações no âmbito escolar, para atender satisfatoriamente todos os alunos com uma educação de qualidade, torna-se imperativo que as instituições de ensino façam

as adequações curriculares, tenham um planejamento que agregue tantos os professores do ensino regular, bem como do especializado, e façam ainda as necessárias modificações físicas das estruturas das escolas e um processo de ensino-aprendizagem e avaliação que contemple os alunos com NEE.

Contudo, embora os resultados pudessem evidenciar a realidade da escola, bem como o contributo que essa investigação poderá oferecer aos profissionais que atuam com alunos com NEE, é preciso salientar as limitações que surgiram ao longo desta investigação. Diante disto, entende-se que a realidade da inclusão das NEE no processo educativo, ainda é um campo propício a ser investigado, por aqueles que pretendem entender a realidade em que se encontra tal fenômeno educativo.

Com o avanço da pandemia no Brasil, o processo de coleta de dados e o aceite dos participantes foram prejudicados. As incertezas frente ao retorno das aulas, e o cenário conturbado que o país enfrentou, impossibilitou de avançarmos em uma amostragem maior. E, ante o exposto, faz-se necessário que estudos futuros possam existir para corroborar o processo de aprofundamento sobre a temática que envolve a perspectiva da inclusão por meio da gestão escolar.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

- Abranches, M. (2006). *Colegiado Escolar: Espaço de Participação da Comunidade*. São Paulo, Cortez.
- Anache, A. A. (2016). Epistemologia qualitativa: contribuições para a pesquisa em educação especial. *Revista do Programa de Pós-graduação em Educação*. UFMS. [Em linha]. Disponível em <http://seer.ufms.br/ojs/index.php/intm>>.[Consultado em: 10/02/2020].
- Ainscow, M. (2005). Understanding the development of inclusive schools. In: Mittler, P. *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre, Artmed.
- Aranha, M.S.F. (2005). *Educação Inclusiva: a escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial.
- Aranha, A.V.S. (2014). Gestão e organização do trabalho escolar: novos tempos e espaços de aprendizagem. In: Oliveira, M.A.M. *Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens*. 10 ed. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Aranha, M. L. de A.(2020). *História da Educação*. São Paulo, Cengage Learning.
- Akashi, L. T. E e Dakuzaku, R. Y. (2001). Pessoas com deficiência: direitos e deveres. In: Felicidade, N. (org). *Caminhos da Cidadania: um percurso universitário em prol dos direitos humanos*. São Carlos: EDUFSCar.
- Bardin, L.(2016). *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Barroso, J.(2003). O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: Ferreira, N. S. C. *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- Brasil. (1994). Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação especial: Livro 1 / MEC / SEESP, Brasília,DF*.
- Brasil (1997) *Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Ministério da Justiça Secretaria Nacional dos Direitos Humano, 2.ed.
- Brasil (1988) *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- Brasil, (2010). *Parecer nº17, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica*. Brasília: Conselho Nacional de Educação.

- Brennan, W. K. (1999). El currículo para niños com necesidades especiales. In: Correia, L. de M. *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Bordignon, G., Gracindo, R. V. (2001). Gestão da educação: o município e a escola. In: Ferreira, N. S. C., Aguiar, M. A. da S. (orgs). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 3.ed. São Paulo: Cortez. p.147-176.
- Bruches, A., et al. (2015). *Análise da Utilização do Estudo de Caso Qualitativo e Triangulação*. XV Mostra de iniciação científica, pós-graduação, pesquisa e extensão. UCS. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/viewFile/4125/1279> >. [Consultado em 02/07/2018] .
- Carneiro, R. U. C. (2006). *Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil*. Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Carvalho, R.E. (2006). Removendo Barreiras na Prática Pedagógica em Sala de Aula. In: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão Desenvolvendo Competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades / superdotação*, Brasília.
- Correia, L. de M. (1999). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Coll, C.; Marchesi, Á.; Palacios, J. (2004). *Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Porto Alegre: Artmed.
- Cury, C.R.J. (2014). Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: Oliveira, M.A.M. *Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cury, C. R. J. (2002). Parecer nº 04/2002 Recomendações ao Conselho Nacional de Educação: tendo por objeto a educação inclusiva de pessoas portadoras de deficiência. Brasília: Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação, 2002.
- Dalben, A.I.L.F. (2010). Tensões entre Formação e Docência: Buscas pelos acertos de um trabalho. In: Dalben, A.I.L.F. et.al. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Diniz, M. e Vasconcelos, R. N. (2004). *Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Formato editora.

- Drago, R. (2015) Inclusão Escolar e projeto político pedagógico no contexto do Ensino Fundamental. *Ensino em Revista*, v.22, n.1, p.47-58.
- Faders (2020). Acessibilidade e inclusão. Portal de Acessibilidade do RS. [Em linha]. Disponível em:<<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6>>.[Consultado em:10/09/2020].
- Freitas, P.R. (2014). *O papel da gestão escolar na inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais*. Universidade de Brasília, Brasília.
- Gadotti, M.(2006). *Escola Cidadã*. São Paulo, Cortez.
- Giancaterino, R. (2010). *Supervisão Escolar e Gestão Democrática: Um elo para o sucesso escolar*. Rio de Janeiro: Wak Ed.
- Gil, M. (2005). *Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?* São Paulo, imprensa oficial.
- Iannone, R.A. (1992). *A Revolução Industrial*. São Paulo: Moderna.
- Jaerger, W. (1986). *Paidéia, a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lakatos, E.M.; Marconi, M.A. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Leite, T.S. (2016). Formação de professores para a inclusão. *Congresso Internacional Escola Inclusiva: Educar e formar para a vida independente*. organizado pela CERCICA, Cascais.
- Lelis, I (2010). *Convergências e Tensões das Pesquisas sobre Aprendizagem da Docência*. In: Dalben, A.I.L.F. et.al. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Libâneo, J. C. (2001). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa.
- Libâneo, J. C. (2004). *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. 5º ed. Goiânia: Alternativa, p. 119-113.
- Lima, E.C. (2016). *Gestão Escolar e Política Educacional de inclusão na rede ensino municipal de Manaus: uma reflexão à luz da teoria crítica*. Tese de Doutorado da UFAM. [Em linha]. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle> > [Consultado em: 08/07/2018].
- Luck, H.(2013). *Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

- Luck, H. (2015). *Gestão Democrática: Uma Questão Paradigmática*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.
- Luck, H.(2018). *A gestão Participativa na Escola*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.
- Mantoan, M. T. E. (2006). *Inclusão Escolar: Ponto e Contrapontos/* Maria Tereza Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus.
- Mantoan, M.T.E. (2011). *O desafio das diferenças nas escolas*. 4 ed. Petrópolis, RJ, ed., Vozes.
- Mantoan, M. T. E.(2015). *Inclusão Escolar: o que é, por que, como fazer*. São Paulo, Summus.
- Manacorda, M. A.(2002). *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. 10. ed. São Paulo: Cortez.
- Ministério da Educação (1996). *Lei n. 9394/1996 - LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Senado, Brasília.
- Ministério da Educação (2001) CNE – Conselho Nacional de Educação. Resolução n.2 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Mittler, P. (2003). *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed.
- Nóvoa, A. (1999). Para uma análise das instituições escolares. In: Nóvoa, A. *As Organizações Escolares em Análise*. 3.ed. Dom Quixote: Lisboa, Portugal, 1999, p. 13 – 43.
- Oliveira, M. A. M. De; Souza, M. I. S. De; Bahia, M. G. M. (2005). Projeto político pedagógico: da construção à implementação. In: Oliveira, M. A. M. de. *Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens*. Petrópolis: Vozes, p. 40-53.
- ONUBR (2013). A INCLUSÃO SOCIAL E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: Uma agenda de desenvolvimento pós 2015. Nações Unidas do Brasil, Brasília. [Em linha]. Disponível em:< [https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/UN\\_Position\\_Paper-People\\_with\\_Disabilities.pdf](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/UN_Position_Paper-People_with_Disabilities.pdf)>.[Consultado em: 10/07/2020].
- Pavezi, M. e Mainardes, J. (2018). Análise das influências de documentos internacionais na legislação e políticas de Educação Especial no Brasil (1990-2015). XII *Reunião Científica Regional da Anped – Anped Sul*, Porto Alegre.
- Saldanha, M.A.R.; Nodai, C.H. e Salvagni, J.(2017). O papel do Diretor na Perspectiva do Planejamento Estratégico de uma Gestão Escolar. *Regae: Revista Gestão Avaliação e Educação*. Santa Maria. V.6, n.12, p.59-78.

Sanches, I.; Teodoro, A. (2006). Inclusão Escolar: Conceitos, Perspectivas e Contributos. *Revista Lusófona de Educação*, v.8, pp. 63-83.

Santos, B.F. (2018). *Educação Especial: Desafios em busca da inclusão*. Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 23, n. 2, p. 122-152. Jul./Dez. [Em linha]. Disponível em:<[http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA\\_EM\\_FOCO](http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO)>.[Consultado em: 10/07/2020].

Teixeira, M. C. S. (1990). *Antropologia, Cotidiano e Educação*. Rio de Janeiro: Imago.

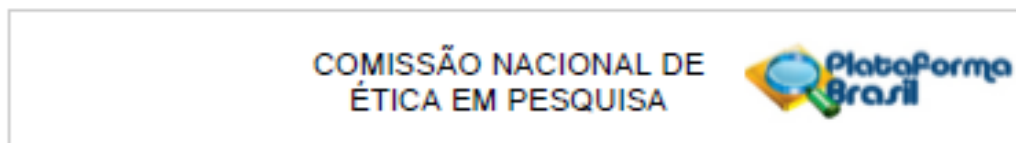
Tezani, T. C. R. (2004). *Os Caminhos para a Construção da Escola Inclusiva: A Relação entre a Gestão Escolar e o processo de Inclusão*. São Carlos, UFSCar.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.

UNESCO. (1994). *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de junho de 1994*. Genebra, Unesco. [Em linha]. Disponível em:< <http://www.regra.com.br/educação/> >. [Consultado em: 08/07/2018].

## ANEXOS

### Anexo 1 – Parecer Substanciado da Plataforma Brasil



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS NEE EM UMA PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR

**Pesquisador:** MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO

**Área Temática:** Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro;

**Versão:** 3

**CAAE:** 28860520.8.0000.9448

**Instituição Proponente:** Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.126.268

##### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1488062.pdf, de 02/06/2020) e/ou do Projeto Detalhado ("Projeto.docx", de 16/03/2020).

##### INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX houve fluxos entre eventos das Organizações das Nações Unidas (ONU) e dos Estados-nações que estabeleceram Diretrizes, Legislações e Políticas Públicas Educacionais que nortearam o processo da inclusão das pessoas com deficiência, atendendo os anseios de uma sociedade que almeja a promoção da igualdade entre as pessoas. Nesse aspecto, a diversidade se estabelece como padrão em detrimento à "normalidade", padrão este a ser superado. É no âmbito educacional que as políticas públicas educativas tomam corpo e se fortalecem para atender aqueles que durante quase toda a história da humanidade tiveram os seus direitos negados, ou seja, as pessoas com deficiência. O presente trabalho desenvolve-se a partir do estudo da inclusão das pessoas com deficiência - no processo de escolarização. Em particular, o trabalho de campo procura entender quais são os desafios, avanços e entraves no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) sob a perspectiva da gestão

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar  
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040  
UF: DF Município: BRASÍLIA E-mail: conep@seude.gov.br  
Telefone: (61)3315-5877

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.128.268

escolar, em uma escola pública de Ensino Fundamental, da cidade de Mirinzal/Maranhão/Brasil. A gestão escolar guiada pelo pressuposto democrático enfatiza a participação de todos os membros da escola na construção de uma escola inclusiva, por meio das estruturas interna de poder onde todos de forma coletiva estabelecem os objetivos da escola com base no combate aos preconceitos e na na preparação para atender de forma especializada e personalizada os alunos com necessidades educativas especiais, promovendo uma educação inclusiva com qualidade (Lima, 2016, p.42). Objetiva-se neste trabalho compreender o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE). Entende-se que é somente por meio de uma gestão democrática que ocorre a inclusão em todos os conceitos e aspectos que lhes são próprios. Analisa-se o contexto da educação inclusiva, os desafios, avanços e entraves no processo de escolarização de alunos com deficiência. É bem recente o processo de estruturação dos princípios, diretrizes, leis e práticas inclusivas no domínio educacional como meio de criar uma sociedade inclusiva. Nesse aspecto houve o surgimento de um corpo de leis que garante os direitos básicos da pessoa humana, o que representou, sem dúvida, um avanço importantíssimo na edificação de uma sociedade mundial baseada no direito. São várias as leis que defendem os direitos básicos do cidadão, tanto em âmbito mundial como nacional, respectivamente a Declaração dos Direitos do Homem (1948) e a Constituição Brasileira (1988), ambas leis que enfatizam que todos somos iguais perante a Lei. Esta afirmação de "igualdade perante a Lei" se dá, porque os direitos do homem nem sempre são respeitados, com destaque para as pessoas com deficiência que em geral são discriminadas e excluídas.

#### HIPÓTESE

O gestor, os supervisores e os professores enfrentam diversos desafios para incluir os alunos com necessidades especiais, a começar pela estrutura física e pedagógica da instituição que precisa adequar a sua realidade a demanda de cada aluno inserido na escola.

#### METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como um Estudo de Caso, sendo o trabalho de campo abordado com metodologia qualitativa que de acordo com André (2013, p. 97), as pesquisas qualitativas tem por abordagens o conhecimento que é resultante das relações sociais produzido por sujeitos em suas interações diárias, através da atuação dos mesmos na realidade, gerando mudanças e sendo por elas transformados. A pesquisa de natureza qualitativa com o estudo de caso, segundo Bruches (2015, p.3) "(...) busca entender, descrever, explicar os fenômenos de modo diferente: analisando

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar  
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Processo: 4.126.200

experiências de indivíduos ou de grupos, examinando interações e comunicações". Conclui-se, então, que o método de trabalho a ser adotado para esta pesquisa segue uma lógica indutiva. Segundo Yin (cit. In Bruchez et al, 2015) estudo de caso é a estratégia de investigação empírica escolhida ao se examinarem fenômenos contemporâneos, e conta com técnicas como observação direta e série sistemática de entrevistas, podendo lidar com uma ampla diversidade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações. Os sujeitos desta pesquisa serão escolhidos com critérios objetivos, pois os que participarão responderão a um guião de entrevista/questionário semiestruturado. Os entrevistados terão ligação direta com o fenômeno investigado, no caso os gestores e professores de alunos com necessidades educacionais especiais da escola de ensino fundamental. Para tratar os dados coletados usaremos a análise de conteúdo (Bardin, 2016).

#### CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Como critério de inclusão dos participantes: farão parte da investigação todos os profissionais da escola que tem relação direta com os alunos com necessidades educacionais especiais que se encontram na educação regular.

#### CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Os critérios de exclusão são: profissionais que não atuam com alunos com necessidades educacionais especiais.

#### Objetivo da Pesquisa:

##### OBJETIVO PRIMÁRIO

Identificar quais são os principais desafios, avanços e entraves no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, na perspectiva da gestão escolar de uma escola pública municipal de ensino fundamental, da cidade de Mirinzal-Maranhão/Brasil.

##### OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

Verificar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na educação regular.

Verificar a existência de ações/planejamentos para a efetivação da inclusão escolar. Identificar os desafios, os entraves e os avanços que a equipe educacional da escola regular enfrenta para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.126.268

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**RISCOS**

A pesquisa pode trazer riscos mínimos no que se refere a possibilidade de constrangimento e/ou desconforto com algum questionamento, sendo dado o direito de não responder a este, e ainda a desistência da participação na pesquisa, sem prejuízo, ou ainda ao rompimento do anonimato, confidencialidade, privacidade e uso indevido dos dados não apenas para fins da pesquisa. No entanto, a pesquisadora se compromete a respeitar todos princípios éticos que regem a Resolução nº 466/12.

**BENEFÍCIOS**

As participantes desta pesquisa não terão nenhum benefício direto. Entretanto esperamos que este estudo contribua com informações importantes, que acrescente elementos a literatura de forma que com todo o conhecimento construído possa ser publicado para fins de efeito acadêmico, em congressos e revistas, sem, entretanto, expor a identidade da participante.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Resumo: Diante do novo paradigma inclusivo das escolas e a conseqüente superação do antigo, torna-se imperativo a mudanças de atitudes por parte de todos os que integram a comunidade escolar. Lima (2016, p.37) destaca que todos os componentes da comunidade escolar - família, gestores, professores - devem participar com responsabilidade no ambiente escolar, objetivando a inclusão e participação dos alunos com deficiência, tratando os alunos com igualdade. Ainda segundo a autora, para que a inclusão escolar se torne realidade é necessário que os instrumentos de suporte do trabalho escolar, como o currículo, o PPP e a metodologia sejam flexíveis em busca de atender o processo de inclusão dos alunos sob a coordenação do gestor escolar. Cabe à escola, como gestora do processo educativo, assumir o desafio de escolher metodologias pedagógicas construtivas que visem o desenvolvimento da autonomia do educando e que ele seja parte desse processo, portanto eis "O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança" (UNESCO, 1994). À escola "(...) cabe a ela participar de modo ativo no desenvolvimento do sujeito, por meio de uma práxis que possibilite a eles o desenvolvimento de reflexões sobre o real" (Anache, 2009, p. 131).

Caráter acadêmico, realizado para obtenção do título de mestre.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.126.268

Número de participantes incluídos no Brasil: 20 gestores e professores do ensino regular e de educação especial da cidade de Mirinzal-Maranhão/Brasil.

Previsão de início e fim do estudo: janeiro a agosto de 2020.

Previsão de coleta de dados: março a abril de 2020.

Orçamento: 2.020,00 reais, via financiamento próprio.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Análise de respostas ao parecer pendente nº 4.062.921 emitido pela Conep em 02/06/2020:

1. Nos documentos do projeto, existem referências à Resolução CNS nº 466 de 2012. Considerando que é um projeto cuja metodologia utilizada é de Ciências Humanas e Sociais, recomenda-se estar em conformidade com a Resolução CNS nº 510 de 2016 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), especialmente o Registro do Consentimento Livre e Esclarecido.

RESPOSTA: A Resolução CNS 510/2016 foi inserida no projeto e no TCL na apresentação e nos itens 6 e 10.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. O Sistema CEP/Conep não analisa projetos de pesquisa que já tenham iniciado a coleta de dados junto ao campo de pesquisa. Solicitam-se esclarecimentos e a adequação, conforme Norma Operacional CNS nº 001/2013, item 3.4.1.9. Recomenda-se que nos documentos do protocolo seja apresentado o mesmo cronograma de forma padronizada, informando data de início de coleta de dados (atualmente prevista para 02.03.2020 a 30.04.2020) posterior à aprovação final do Sistema CEP/Conep. Além disso, solicita-se que em todos os documentos do protocolo constem o mesmo cronograma.

RESPOSTA: A pesquisa não foi iniciada, o cronograma ficou com a data atrasada em função da demora na análise do projeto no CEP do Instituto Florence de Ensino Superior em decorrência da pandemia. E diante disso, já foram alterados no projeto, TCL, Plataforma e na folha do cronograma as novas datas para a coleta dos dados.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 9º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-6877

E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.126.268

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3. Quanto ao documento intitulado "TCL.docx", submetido no dia 16/03/2020:

3.1. Na página 1 de 3, lê-se: "O participante tem a liberdade de se recusar a participar e ainda a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo". Solicita-se retirar esse trecho, considerando que o direito de "se recusar a participar" está melhor definido na página 2 de 3 desse documento.

RESPOSTA: Esse trecho já foi removido no TCL.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3.2. O Processo e Registro do Consentimento Livre e Esclarecido deve informar os meios de contato com o CEP (endereço, E-MAIL e TELEFONE nacional), assim como os horários de atendimento ao público. Também é necessário apresentar, em linguagem simples, uma breve explicação sobre o que é o CEP. Como o estudo envolve análise ética pela Conep, essas recomendações também devem ser estendidas a esta Comissão (Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 17, Incisos IX e X). Solicita-se adequação.

RESPOSTA: Foi inserido o seguinte texto no TCLE: De acordo com a Resolução nº 466/12 e a Resolução n. 510/16, "toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)", de forma que, caso receba sua aprovação, possa ser iniciada em seguida a coleta de dados, conforme prevê a resolução. Assim, o CEP-FLORENCE tem como objetivo identificar, analisar e avaliar as implicações éticas nas pesquisas científicas que envolvem seres humanos direta ou indiretamente, visando à observância das normas éticas na defesa dos direitos dos envolvidos na pesquisa, que são os participantes, pesquisadores e instituições, individual ou coletivamente considerado.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3.3. Solicita-se uma revisão conforme as normas gramaticais de português, em todos os documentos, especialmente no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, já que existem muitos termos escritos em português de Portugal.

RESPOSTA: A revisão foi feita nos dois documentos.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (51)3315-5877

E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.120.200

3.4. Solicita-se Incluir no tópico "Instrumento", página 1 de 3, o tempo a ser despendido para a aplicação do referido questionário, tendo em vista maior esclarecimento ao possível participante.

RESPOSTA: Foi feita a alteração no TCLE: 1. Instrumentos: Será utilizado um questionário que servirá para conduzir a entrevista. Esse questionário contém duas partes, sendo que a primeira é referente a contextualização do participante, nele teremos perguntas sobre o perfil sociodemográfico da equipe de educação. Já a segunda parte é referente aos objetivos que compõem o projeto. O tempo de duração da entrevista está estipulado em 15 minutos.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1488062.pdf	02/06/2020 11:24:42		Acelto
Outros	CRONOGRAMA.docx	02/06/2020 11:23:54	MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO	Acelto
Outros	CARTARESPOSTA.docx	02/06/2020 11:23:21	MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO	Acelto
Outros	TCL1.docx	02/06/2020 11:22:58	MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCL.docx	02/06/2020 11:22:37	MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO	Acelto
Outros	Projeto_1.docx	02/06/2020 11:21:25	MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	02/06/2020 11:18:44	MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO	Acelto
Orçamento	Orçamento.docx	16/03/2020 08:46:34	MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO	Acelto

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar  
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.126.268

Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_INSTITUICAO.docx	16/03/2020 08:44:36	MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto1.pdf	21/01/2020 19:17:42	MOSANE PEDRO MACHADO RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:  
Aprovado

BRASILIA, 30 de Junho de 2020

---

Assinado por:  
Jorge Alves de Almeida Venancio  
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar  
Bairro: Asa Norte CEP: 70.710-040  
UF: DF Município: BRASILIA  
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Página 03 de 03

Anexo 2 – Autorização da Escola



Ao Ilustríssimo Senhor  
Mosane Pedro Machado Ribeiro

Em resposta a solicitação à pesquisa de Mestrado, informo que autorizo o aluno do Mestrado da UFP Mosane Pedro Machado Ribeiro a proceder com o processo investigativo na Unidade de Educação Básica Onofrina Almeida, no Município de Mirinzal/MA, que será o *locus* de estudo para realização de sua dissertação do Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial na Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, cujo tema é: *Desafios, avanços e entraves do processo de inclusão das NEE em uma perspectiva da gestão escolar.*

Sem mais para o momento reiteramos elevados votos de estima e considerações.

Mirinzal, 30 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

EDILENE DIAS CALDAS  
Gestora Geral  
Portaria: 051/2019  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### Anexo 3 – Guião de Entrevista / Questionário

Você está convidado(a) a responder este questionário de uma investigação académica do curso de Mestrado em Ciências da Educação – Educação Especial da Universidade Fernando Pessoa, em Porto/Portugal. Cujo objetivo é identificar quais são os principais desafios, avanços e entraves no processo de Inclusão dos alunos necessidades educativas especiais, na perspectiva da gestão escolar de uma escola pública municipal de ensino Fundamental, da cidade de Mirinzal-Maranhão/Brasil. Os dados aqui recolhidos, a partir de sua participação de uso académico, sendo assim, o anonimato e a confidencialidade das informações prestadas estão garantidos. Caso haja alguma dúvida entre em contato por e-mail: mpedro.adonai@hotmail.com. A sua participação é muito importante para esta pesquisa e desde já agradeço sua participação.

#### **Marque para continuar**

( ) Concordo e aceito responder ao questionário

I – Legitimação da Pesquisa
-----------------------------

- Informar sobre o objetivo da entrevista

- Solicitar a colaboração, explicando a importância da sua intervenção
--

- Indicar o tema da entrevista

- Garantir a confidencialidade

- Solicitar autorização de gravação da entrevista e assinatura da declaração de consentimento informado.

#### 1) Idade

( ) < de 30

( ) 31 a 40

( ) 41 a 50

( ) > de 50

#### 2) Género

( ) Masculino

( ) Feminino

#### 3) Grau Académico

( ) Bacharel

( ) Licenciado

( ) Mestre

( ) Doutor



2) A presença do aluno com NEE em uma turma de ensino regular, influencia na disciplina/indisciplina da turma?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

IV - Relação pedagógica entre alunos NEE, professores de Educação Especial e professores de turma
---

1) Acredita que uma boa relação pedagógica entre professores do ensino regular e de Educação Especial poderá contribuir para o sucesso escolar e a inclusão de alunos com NEE?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2) Que dificuldades, na sua opinião, podem impedir que o trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e de educação especial seja mais produtivo e positivo?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS NEE EM UMA PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR

---

---

---

---

---

Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da colaboração

---

---

---

---

---

Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens na colaboração

---

---

---

---

---

V - Recetividade dos professores na elaboração das adequações curriculares de modo a facilitar a aprendizagem dos alunos NEE.

1) Na presença de dificuldades no processo ensino-aprendizagem de alunos com NEE, costuma fazer as adequações necessárias?

---

---

---

---

---



---

---

---

Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da colaboração entre professores

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**VI-** Recetividade à presença do docente de Educação Especial e do aluno NEE na sala de aula.

1) Está aberto a desenvolver um trabalho colaborativo com os seus colegas dentro e fora da sala de aula?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens com a inclusão

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**VII-** Trabalho colaborativo entre professor titular e professor de Educação Especial para o sucesso escolar e à inclusão de alunos com NEE nas nossas escolas.

1) O que significa para si o trabalho colaborativo entre os docentes?

---

---

---

---

---



4) Na sua escola é frequente a troca de ideias/problemas/estratégias entre professores do ensino regular e professores da Educação Especial?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da colaboração

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens na colaboração

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

<b>VIII- Trabalho colaborativo com a gestão escolar</b>
---

1) Descreva os maiores desafios que uma escola regular enfrenta para acolher os alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2) Há formação dos professores para atender a todas as demandas inclusivas da escola?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3) Qual a contribuição que a Direção e a Supervisão dão no processo de inclusão dos alunos com NEE?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

4) Você conhece os direitos dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---





#### **Anexo 4 – Declaração de Consentimento Informado**

Você está sendo convidado por Mosane Pedro Machado Ribeiro como participante da pesquisa intitulada “DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS NEE EM UMA PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR”, do Mestrado em Educação Especial da Universidade Fernando Pessoa, do Porto/Portugal. A pesquisa está pautada na Resolução CNS 466/2012. Para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos, leia atentamente *as demais informações acerca da pesquisa para que você possa decidir se aceita ou não participar da mesma* e faça a pergunta que desejar:

#### **Sobre a pesquisa:**

1. **Objetivo da Pesquisa:** Identificar quais são os principais desafios, avanços e entraves no processo de Inclusão dos alunos necessidades educativas especiais, na perspectiva da gestão escolar de uma escola pública municipal de ensino Fundamental, da cidade de Mirinzal-Maranhão/Brasil.
2. **Participantes da Pesquisa:** 20 profissionais da equipa de educação da escola, que envolve o gestor, a supervisão e os professores que lecionam na educação regular.
3. **Envolvimento na pesquisa:** O participante tem a liberdade de se recusar a participar e ainda a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir informações sobre a pesquisa, através do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário, por meio do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as coletas dos dados:** A coleta de dados será por meio de um questionário que será utilizado como guião para a entrevista. A coleta ocorrerá entre os meses de abril e maio de 2020 em uma sala previamente reservada para a entrevista que terá o dia e o horário agendado com cada participante. Todavia, gostaria de esclarecer que você não correrá nenhum risco quanto à sua integridade física, difamação, calúnia ou qualquer dano moral. **Sua identidade será mantida em absoluto sigilo.**
5. **Instrumentos:** Será utilizado um questionário que servirá para conduzir a entrevista. Esse questionário contém duas partes, sendo que a primeira é referente a contextualização do participante, nele teremos perguntas sobre o perfil sociodemográfico da equipe de educação. Já a segunda parte é referente aos objetivos que compõem o projeto.

6. **Riscos e desconfortos:** A pesquisa pode trazer riscos mínimos no que se refere a possibilidade de constrangimento e/ou desconforto com algum questionamento, sendo dado o direito de não responder a este, e ainda a desistência da participação na pesquisa, sem prejuízo, ou ainda ao rompimento do anonimato, confidencialidade, privacidade e uso indevido dos dados não apenas para fins da pesquisa. No entanto, o pesquisador se compromete a respeitar todos princípios éticos que regem a Resolução nº 466/12 e 520/16.
7. **Esclarecimentos e Direitos:** Você tem direito a receber uma via desse documento. Em qualquer momento você poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo pessoal, bastando entrar em contato com o pesquisador. importante que você saiba que diante de eventuais danos comprovadamente provocados pela pesquisa, você terá direito a indenização proporcional ao dano. Ademais, você tem o direito a ter acesso, de forma gratuita ao produto gerado por esta pesquisa, no caso, do relatório final dessa investigação, em qualquer momento de seu interesse. Novamente, basta entrar em contato com o pesquisador.
8. **Benefício:** As participantes desta pesquisa não terão nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações importantes, que acrescente elementos a literatura de forma que com todo o conhecimento construído possa ser publicados para fins de efeito acadêmico, em congressos e revistas, sem entretanto expor a identidade da participante.
9. **Confidencialidade:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente terão acesso a identificação as participantes, o pesquisador e a orientadora.
10. **Pagamento:** Caso ocorra alguma eventual despesa comprovadamente decorrente da pesquisa os participantes serão ressarcidos pelos pesquisadores nos termos da lei e em conformidade com a Resolução 466/2012 item IV.3 (g).
11. **Liberdade de recuar ou retirar o consentimento:** O participante tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar da pesquisa sem penalidades.

Garanto que as informações coletadas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa.

Esclarecemos que só após ter entendido o que foi explicado, deverá assinar este documento, autorizando sua participação na pesquisa. Este documento será emitido em duas vias, sendo que uma ficará com a participante e a outra com o pesquisador. Para outros esclarecimentos ou informações adicionais informo os contato da pesquisadora e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos .

**Pesquisador:** Mosane Pedro Machado Ribeiro CPF: 428.210.532-15  
Instituição: Universidade Fernando Pessoa  
Endereço: Praça 09 de Abril no.349, 4249-004, Porto-Portugal  
**Telefones para contato: (61) 9696-6093 email: 37843@ufp.edu.pt**

**Comitê de Ética do Instituto Florence de Ensino Superior**  
Rua Rio Branco, 216 – Bairro Centro  
Maranhão (98) 3878-2139 email: cep@florencia.edu.br

---

Mosane Pedro Machado Ribeiro  
Pesquisador responsável

Declaro que tomei conhecimento do estudo citado acima, pelo pesquisador Mosane Pedro Machado Ribeiro, compreendi seu objetivo, concordo em participar da pesquisa, e declaro estar ciente que a qualquer momento posso retirar meu consentimento em participar da mesma.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

Assinatura do participante

1ª via participante  
2ª via pesquisador

Contato do Pesquisador responsável: Mosane Pedro Machado Ribeiro  
Telefones para contato: (98) 98727-8636  
e-mail: 37843@ufp.edu.pt

**Comitê de Ética do Instituto Florence de Ensino Superior**  
Rua Rio Branco, 216 – Bairro Centro  
Maranhão (98) 3878-2139 email: cep@florencia.edu.br

**Anexo 5 – Tabulação de categorização**

**ANÁLISE DE CONTEÚDO – BARDIN (2016)**

**Anexo 5.1. Categorias e subcategorias com base no questionário**

<b>(Bloco) Categorias</b>	<b>Subcategorias (Questões)</b>
I Processo de Inclusão Educativa	I.i. Processo da Inclusão (7)
	I.ii. Influência do Aluno na Inclusão (8)
II Relação Pedagógica entre alunos NEE, professores de Educação Especial e professores de turma	II.i. Benefícios (9; 10.1)
	II.ii. Dificuldades (10; 10.2; 11)
III Recetividade dos professores na elaboração das adequações curriculares de modo a facilitar a aprendizagem dos alunos NEE	III.i. Soluções para sanarem as dificuldades (12)
	III.ii. Estratégias para a aprendizagem (13 e 13.1)
IV Rectividade à presença do docente de Educação Especial e do aluno NEE na sala de aula	IV.i. Trabalho colaborativo (14; 15)
	IV.ii. Benefícios da inclusão (16; 16.1)
	IV.iii. Dificuldades e ou desvantagens com a inclusão (17; 18)
V Trabalho colaborativo entre professor titular e professor de Educação Especial para o sucesso escolar e a inclusão de alunos com NEE nas nossas escolas.	V.i. Significado do trabalho colaborativo (19, 20)
	V.ii. Trabalho em equipe (19, 20)
	V.iii. Benefícios da colaboração (20.1)
VI Trabalho colaborativo com a gestão escolar	VI.i. Desafios do trabalho colaborativo (21)
	VI.ii. Formação dos professores (22)
	VI.iii. Contribuição para o processo de inclusão (23; 28)
	VI.iv. Conhecimento dos direitos dos alunos NEE (24)
	VI.v. Planeamento e atividades de inclusão (25; 26)
	VI.vi. Relação família X Escola (27)

**Anexo 5.2. Categorização**

**I – Processo de Inclusão Educativa**

7) Como se dá a inclusão dos alunos com NEE na educação regular da escola? Descreva o processo administrativo e pedagógico,

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	1- A observação feita pelos profissionais de saúde, investigar a situação família, antes de trazer esse aluno para a sala de aula precisa de um processo de adaptação.	)Laudo médico Acolhimento. Processo pedagógico (de adaptação).
<b>02</b>	Sempre como atividades adequada as capacidades dos alunos	Adaptações de atividades.
<b>03</b>	As crianças participam normalmente com os outros alunos, assistem as atividades, porém, as atividades são diferentes com o mesmo conteúdo, é necessário adaptação.	Adaptação das atividades ao perfil do aluno
<b>04</b>	Ainda de forma muito tímida, profissionais despreparados para tratar com alguns casos. E esse despreparo não oferece as adaptações necessárias aos alunos.	Necessidade de formação do professor para fazer boas adaptações
<b>05</b>	Por meio de laudo.	Laudo médico
<b>06</b>	As atividades de inclusão não são adequadas às necessidades aos alunos com NEE, é preciso fazer adaptações nelas.	Adaptações
<b>07</b>	Temos uma sala com recursos que contribui bastante para o processo ensino aprendizagem	Disponibilidade de Recursos
<b>08</b>	A admissão dos alunos especial se dá por meio da apresentação do documento que identifica a sua deficiência. A direção comunica aos professores da deficiência desses alunos e se ela for muito grave esse aluno tem acompanhe ou cuidador. Quanto ao processo pedagógico não há nenhum preparo para trabalhar com esses alunos, geralmente a orientação é para promoção desses alunos, o que importa é que eles estão tendo a oportunidade de socialização e de acolhimento.	Laudo médico Apoio de professor especializado. Processo pedagógico Acolhimento
<b>09</b>	Diante do que vivencio, a inclusão dos alunos com necessidades especiais na educação regular da escola é algo novo. A implementação no município e recente, aconteceu em Outubro de 2019. Funciona o Núcleo do Atendimento Educacional Especializado. Quanto aos processos em questão, ambos estão engatinhando, os primeiros passos foram dados	Reconhecimento de direitos Núcleo do Atendimento Educacional Processo pedagógico

	para assegurar os direitos desses alunados. O processo pedagógico, encontra-se em grandes desafios, os profissionais p inúmeros motivos tem um certo receio de se deparar com esse público. Acredito que um dos maiores entraves, é a falta de conhecimento e preparo, ou seja, capacitação dentro da área, para então, recebê-los esses alunos na sala regular sem grandes dificuldades. Ou mesmo, com menor dificuldade.	
<b>10</b>	A inclusão de pessoas com deficiência, em primeiro lugar se inicia pela família, depois com todos os docentes e discentes da escola, ou seja, desde o porteiro até aquele que trabalha na cozinha.	Família Comunidade escolar
<b>11</b>	A escola aceita alunos com NEE e todos são tratados igualmente. Porém, na maioria das vezes, as escolas não estão oferecerem um ambiente adequado, falta materias pedagógicos e etc.	Direito à Educação para todos Falta de Recursos materiais
<b>12</b>	A inclusão se dá através da informação. dos pais para a direção, professores, coordenador pedagógico, apoio dos alunos da sala regular em que o aluno com necessidade especial se encontra e apoio de um especialista.	Informação da família  Apoio inter-pares Apoio de Especialista

9. A presença do aluno com NEE em uma turma de ensino regular, influencia na disciplina/indisciplina da turma?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Sim, influencia no meu ponto de vista na disciplina. Na experiência que tive, houve um acolhimento e isso foi significativo	Positivamente
<b>02</b>	Sim, sempre é muito bom contar conviver com diferentes pessoas, e um aluno com a sua limitação teria muito o que agregar aos colegas.	Positivamente
<b>03</b>	Sim, não vejo um problema de indisciplina em relação a presença do aluno com NEE, pelo contrário, há sempre um processo por parte dos meus alunos que vão para o acolhimento	Positivamente
<b>04</b>	Sempre!!! Mas de forma muito positiva. É muito bom para o convívio do aluno, ter a presença de outros colegas com suas limitações. Já tive alunos que com sua deficiência, buscou ensinar aos demais o que é preciso fazer para respeitar as diferenças.	Positivamente
<b>05</b>	sim, na minha opinião, influencia na disciplina. Quando os alunos se deparam com a dificuldade	Positivamente

	enfrentada por um colega deficiente, eles passam a valorizar o que tem, pelo menos foi o que já presenciei e assim, tentam dentro do possível colaborar com o aluno.	
06	Sim, a disciplina é mais bem vista quando há uma sala de aula mista.	Positivamente
07	Sim e acredito que é muito bom sempre lidar com o diferente.	Positivamente
08	Sim, não traz indisciplina, pelo contrario, proporciona uma possibilidade de crescimento para os demais alunos.	Positivamente
09	Sim, sempre para contribuir e proporcionar a harmonia em sala de aula, Não tive nenhuma experiência do contrário.	Positivamente
10	Sim, mas de forma mais positiva, né! É possível ver os alunos acolhendo os colegas. O que é difícil para o professor é somente a adaptação das atividades, mas a convivência é muito boa.	Positivamente
11	Sim, de forma positiva sempre. Não vejo a possibilidade de problemas na sala que se justifique com a presença do aluno com NEE. Essa é a minha opinião.	Positivamente
12	Sim, mas não trazendo indisciplina, mas ajudando a ensinar sobre as diferenças.	Positivamente

**II - Relação pedagógica entre alunos NEE, professores de Educação Especial e professores de turma**

9. Acredita que uma boa relação pedagógica entre professores do ensino regular e de Educação Especial poderá contribuir para o sucesso escolar e a inclusão de alunos com NEE? Justifique a sua resposta.

Participante	Resposta	
01	Sim. A prática do professor de Educação Especial (PEE) articulado ao do professor da educação regular (PER) poderá contribuir com o avanço na aprendizagem do aluno que se encontra na sala de ensino regular.	Aprendizagem Articulação PER e PEE
02	Sim. Ambos devem alinhar o ensino pra não haver rupturas. A criança precisa se sentir livre e amparada.	Autonomia.
03	Sim, com a partilha das atividades.	Partilha
04	Sim, pois fomentará uma melhor integração/inclusão do aluno com NEE.	Inclusão
05	Sim, pois todos estão envolvidos para facilitar o acesso desse aluno no âmbito escolar	Inclusão

<b>06</b>	Sim acredito, mas isso não existe na escola em que trabalho.	Inclusão. Não ocorre nesta escola.
<b>07</b>	Sim. Creio que onde há profissionais trabalhando junto com certeza o ensino e aprendizagem será muito mais eficaz.	Ensino-aprendizagem.
<b>08</b>	Sim. Deve haver uma correspondência entre as duas partes, professor da sala regular com professor de sala de recurso para que ambos possam desenvolver um trabalho que venha contribuir no desenvolvimento do aluno, seja no aspecto físico, psíquico ou cognitivo desse aluno com necessidade	Desenvolvimento global do aluno.
<b>09</b>	Sim, ajudar no processo de aprendizagem	Ensino-aprendizagem.
<b>10</b>	Sim. Ambos devem alinhar o ensino pra não haver rupturas. A criança precisa se sentir livre e amparada.	Apoio Autonomia.
<b>11</b>	Sim, proporcionando o acolhimento.	Acolhimento
<b>12</b>	Sim, pois fomentará uma melhor integração/inclusão do aluno com NEE.	Inclusão.

10. Que dificuldades, na sua opinião, podem impedir que o trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e de educação especial seja mais produtivo e positivo?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Os dois tem que andar juntos, é um só objetivo que é a inclusão!	Colaboração.
<b>02</b>	Recursos didáticos	Recursos didáticos
<b>03</b>	A questão da COMUNICAÇÃO. O professor de Educação Especial (PEE) não tem vínculo comunicativo sobre deter aluno, com o professor regular (PER). E isso dificulta o trabalho de aprendizagem do aluno. Para entender melhor: Eu acompanho 3 alunos especiais na sala. Esses alunos têm acompanhamento com professor especial, porém quando eles estão com a professora regular a aceitação é menor. Por isso falo que deveria ter um nível de COMUNICAÇÃO mais acentuada pra favorecer o trabalho de ambos e favorecer processo ensino-aprendizagem.	Comunicação PER PEE
<b>04</b>	A falta de capacitação.	Capacitação do PER

<b>05</b>	Falta de suporte pedagógico	Recursos didáticos
<b>06</b>	A falta de materiais adequados para o trabalho com alunos com NEE.	Recursos didáticos
<b>07</b>	Seria falta de conhecimento e capacitação do professor da turma.	Capacitação do PER
<b>08</b>	A falta de planejamento para o encontro desses professores para debaterem as ações educativas em prol dos alunos com NEE.	Colaboração. Planejamento colaborativo.
<b>09</b>	A falta de conhecimento como ressaltado antes. O medo do novo.	Capacitação do PER. Medo do novo
<b>10</b>	Quando há aquele professor que se negar a aceitar que aquele aluno é seu também e não somente só professor cuidado ou que é de responsabilidade somente da sala de recursos.	Colaboração. Responsabilidade partilhada
<b>11</b>	A secretaria de educação não oferece um trabalho com planejamento e reunião desses professores.	Colaboração. Planejamento colaborativo.
<b>12</b>	Professor com formação na área de AEE	Capacitação do PER

10.1 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da colaboração

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Em escola regular, nenhuma	Sem benefícios na escola
<b>02</b>	A união dos alunos	Inclusão
<b>03</b>	No meu caso, só seria benefício se houvesse uma comunicação mais eficiente, conforme descrevi na questão anterior.	Falta de Comunicação eficiente
<b>04</b>	Direcionamento de atividades	Orientação
<b>05</b>	Ajuda de uma cuidadora	Apoio especializado
<b>06</b>	Em uma sala de ensino regular, o aluno com NEE foi bem acolhido pelos demais alunos.	Acolhimento
<b>07</b>	Em uma apresentação, onde alunos e professores ajudaram a aluna a executar sua tarefa.	Inclusão
<b>08</b>	Não há momentos criados para essa colaboração.	Sem colaboração
<b>09</b>	Quando foi implementado o núcleo do atendimento do SER, tive uma visita de uma professora, pedindo-me ajuda nas atividades a fazer com o aluno com NEE.	Apoio especializado

<b>10</b>	Quando os dois profissionais trabalhem em parceria, conceteza há sim grandes resultados no processo de ensino e aprendizagem. Tenho caso de aluno onde a educação é eficaz quando os dois profissionais trabalham juntos. Quando o professor adequa em seu plano a adaptação das atividades. Sim orientado pelo profissional da sala de recursos.	Colaboração melhora muito o processo de ensino-aprendizagem
<b>11</b>	Nunca houve essa colaboração ou nunca presenciei.	Não há colaboração na escola
<b>12</b>	Percepção de um aluno com surdez na sala de aula, pedi apoio à direção para contratar professor tradutor de Libras para atender o aluno com necessidade especial.	Contratação de tradutor de Libras: colaboração.

10.2 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens na colaboração

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Quando fui matrícula o meu filho na escola regular	
<b>02</b>	Dificuldade com a utilização dos materiais didáticos pelos alunos	Recursos didáticos
<b>03</b>	A ida do aluno para o acompanhamento especial, alinhado com as atividades regulares na escola e como resultado a comunicação do professor especial para com o professor regular para que este possa traçar a melhor forma de trabalho na sala regular.	Comunicação
<b>04</b>	Quando o profissional trata o aluno especial como coitado	Capacitação
<b>05</b>	Falta de espaço adaptado	Estrutura física
<b>06</b>	Em uma sala de ensino regular, o professor não soube conduzir adequadamente o processo de inclusão do aluno com NEE.	Capacitação PER
<b>07</b>	Aconteceu apenas uma vez na hora do lanche. Precisei sair por um momento é a professora não observou a aluna que se engasgo com o lanche.	Colaboração
<b>08</b>	Não colaboração.	Não Colaboração
<b>09</b>	Ainda não tive ainda. Como ressaltei, o trabalho com inclusão no município é bem recente.	
<b>10</b>	Uma situação que isso não acontece essa parceria, o aluno deixa de frequentar a escola. Deixa de ser interessante as aulas para ele.	Colaboração
<b>11</b>	Nunca houve essa colaboração	Não colaboração
<b>12</b>	Pais descomprometidos, falta da direção a não informar sobre o aluno e sua deficiência.	Comunicação com família

V- Recetividade dos professores na elaboração das adequações curriculares de modo a facilitar a aprendizagem dos alunos NEE

11. Na presença de dificuldades no processo ensino-aprendizagem de alunos com NEE, costuma fazer as adequações necessárias? Justifique sua resposta.

Participante	Resposta	
01	Sim	Adaptações, sim
02	Sim, temos que fazer de acordo com as necessidades cada aluno, tudo no tempo dele, sempre inovando nas atividades, nos recursos etc.	Adaptações, sim
03	Sim. São pra serem feitas. Porém, há casos que na prática isso não acontece. Adaptações, sim	Adaptações, sim, nem sempre
04	Raramente não	Raramente não
05	Às vezes.	Às vezes.
06	Sim, as vezes se algo não atende as necessidades temos que inovar e reinventar a partir daquilo que está ao nosso alcance.	Às vezes.
07	Não há adequações curriculares, o currículo a ser seguido é o mesmo dos demais alunos não especiais.	Não há adequações
08	Sim.	Adaptações sim
09	Sim. Quando isso acontece costuma se fazer um processo de investigação, observação em que é qual dificuldade o aluno apresenta.	Adaptações sim
10	Às vezes	Adaptações às vezes.
11	Sim. Compreender o aluno em suas dificuldades e necessidades, passar atividades de acordo com o seu grau de conhecimento e maturidade biológica.	Adaptações sim
12	Sim	Adaptações sim

12. Quando existem dificuldades no processo ensino-aprendizagem de alunos com NEE estes grupos de professores procuram soluções em conjunto? Acha importante essa atitude e essa prática? Justifique sua resposta.

Participante	Resposta	
01	Sim com certeza, sabemos que uma andorinha só não faz verão, temos que estar sempre de mãos dadas. É sempre um desafio.	Colaboração. Partilha
02	Sim. Com isso trazemos o aluno para mais próximo do professor.	Proximidade com o aluno
03	Acha-se importante. Mais nem sempre esses diálogos acontecem. Existe muita reclamação.	Falta de diálogo
04	Sim. Muito importante	Colaboração. Partilha

<b>05</b>	Sim, em conjunto conseguimos enxergar atitudes que não foram pensadas.	Diversidade no grupo de professores e partilha
<b>06</b>	Apesar de não ser uma prática recorrente, o trabalho em conjunto é importante para solucionar possíveis dificuldades com alunos com NEE.	Colaboração importante, mas não aplicada
<b>07</b>	Sim, porque em conjunto conseguimos resolver todas as questões pendentes com base na experiências de outros professores.	Diversidade no grupo de professores e partilha
<b>08</b>	Não há nenhuma ação conjunta de professores para enfrentar as dificuldades de ensino-aprendizagem.	Não há colaboração na escola
<b>09</b>	Sim. Importantíssimo, para então, o alunos com NEE , poder gradativamente buscar o autoconhecimento das suas limitações e também do seu potencial.	Diversidade no grupo de professores permite obter e dar ao aluno o seu perfil de potencialidades e limitações.
<b>10</b>	Quando há diversidade a parceria, ou seja, o trabalho em equipe sim. Super importante.	Diversidade no grupo de professores e partilha
<b>11</b>	Infelizmente, ainda não há esse trabalho em conjunto. Mas, considero de suma importância essa prática.	Importante mas não há na escola.
<b>12</b>	Nem sempre ocorre uma solução em conjunto.	Difícil solução conjunta

13. Costuma organizar estratégias e materiais de maneira a contribuir para um melhor funcionamento do processo ensino-aprendizagem dos alunos com NEE? Como? Dê exemplos.

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Sim. Costumo colocar as atividades que foram preparadas para o aluno com NEE separada e no momento do processo de ensino, sempre busco ficar próximo do aluno para a sua orientação e melhor acompanhamento no processo de aprendizagem dele.	Organizar Estratégias e Materiais
<b>02</b>	Sim, tanto organizo como faço recursos para trabalhar com os aluno da	Organizar e fazer recursos

03	Quando há o diálogo, essas ideias surgem espontaneamente. Há sempre um professor com uma sensibilidade mais aflorada que se coloca a disposição de elaborar estratégias e confeccionar materiais, recursos de matemática, português.	Elaboração e Partilha de Estratégias e Materiais
04	Pouco	Pouco
05	Sim, é preciso acompanhar o processo de aprendizagem do aluno que vai desde o planeamento das atividades até a sua aplicação na sala de aula.	Organizar Estratégias e Materiais
06	Às vezes.	Pouco
07	Não.	Não Organizar Estratégias e Materiais
08	Sim. A primeira delas é o planeamento voltado para a necessidade do aluno e o acompanhamento na aplicação das atividades.	Organizar Estratégias e Materiais
09	Sim. Elabora recursos de acordo com o grau de dificuldade do aluno. Recursos esses de leitura, alfabetização, raciocínio lógico matemático é outros.	Elaboração e Partilha de Estratégias e Materiais
10	Às vezes	Organizar Estratégias e Materiais
11	Sim. Com jogos educativos, recursos didáticos construídos pelo professor	Elaboração de jogos didáticos e outros materiais
12	Sim, dando suporte pedagógico e afetivo para o aluno de fazer as atividades propostas. E os instrumentos são sempre adaptados.	Organizar Estratégias e Materiais

13.1 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da colaboração entre professores

Participante	Resposta	
01	Quando foi a minha primeira vez na sala de aula como professora!	Apoio na organização?
02	Organização de metodologias	Organização
03	Ditado de palavras. Um auto ditado que temos aqui na escola. É um material riquíssimo. O aluno olha as figuras e escreve as palavras. Depois faz a correção. Essa correção é sempre com a psicopedagoga que conhece as estratégias de atuação com a atividade. O interessante é quando o professor ensina o outro professor	Apoio na preparação do uso de materiais

	(regular), a trabalhar esse material pra que não haja uma ruptura no ensino.	
04	Na preparação de atividades direcionadas	Apoio na preparação de atividades
05	Compartilhamento de ideias e materiais	Partilha de materiais
06	Participação de alunos com NEE em atividades em grupo.	Estratégias inclusivas
07	No momento da avaliação do aluno.	Estratégias inclusivas de avaliação
08	Nenhuma colaboração	Sem colaboração
09	Ainda não tive essa situação. Mais pq ainda não tivemos tempo. O ano de 2020 que iamos ter um contato maior. Veio a pandemia	
10	Um exemplo em que posso apontar aqui,foi uma situação onde receber um aluno com o grau de agressividade muito elevado, e com o processo de intervenção com profissional da sala de recursos, ficou bem mais fácil nas atividades é execução das atividades.	Apoio PEE ao PER
11	Nunca presenciei essa colaboração	Não
12	Nenhuma	Não

**VI- Recetividade à presença do docente de Educação Especial e do aluno NEE na sala de aula.**

14.Está aberto a desenvolver um trabalho colaborativo com os seus colegas dentro e fora da sala de aula? Justifique sua resposta.

Participante	Resposta	
01	Sim. A troca de experiência pode ajudar e muito o processo de avanço do aluno.	Diálogo e aprendizado
02	Sim. É importante a atividade interdisciplinar.	Atividade Interdisciplinar
03	Sempre! A troca de experiência pode ajudar e muito o avanço do aluno	Diálogo e aprendizado
04	Estou . Temos muitos alunos atualmente que apresentam NEE e que ainda não foram diagnosticados. É necessário poder observar os estudos já feitos por pessoas capazes de reforçar a importância do trabalho colaborativo.	Diálogo e aprendizado
05	Sim. Acho de suma importância esse trabalho em parceria, pode contribuir para o avanço do aluno.	Diálogo e aprendizado
06	Sim. A atividade interdisciplinar pode ajudar no processo de aperfeiçoamento e aprendizagem do aluno	Diálogo e aprendizado

07	Sim. Acredito que com a minha colaboração e com as dos colegas, todo trabalho desenvolvido em prol do outro com necessidade tem mais significado e bons resultados.	Diálogo e aprendizado
08	A colaboração dos outros professores e colegas da escola pode contribuir com o sucesso do aluno	Diálogo e aprendizado
09	É importante essa interação tanto no espaço da sala de aula, como também em outros lugares como biblioteca, quadra de esportes e outros.	Atividade externa
10	Com muito gosto, sempre foi um porque tenho um filho especial e sempre falava pra mim mesma que ia estudar para poder trabalhar com esse alunado!	Diálogo e aprendizado
11	Sei que tem profissional que trabalha com amor e outra só por um salário talvez, também como mãe sei quanto o preconceito é grande! O trabalho em conjunto ajudaria muito o processo.	Atividade interdisciplinar
12	Sim. Porque eles nos ajudam na aplicação e obtenção dos objetivos proposto, e essa troca pode favorecer o aluno.	Atividade interdisciplinar

15. Aceita facilmente a presença do docente de Educação Especial na sua sala de aula? Porquê?

Participante	Resposta	
01	Com muito gosto, sempre foi um porque tenho um filho especial e sempre falava para mim mesma que ia estudar para poder trabalhar com esse alunado!	Diálogo e aprendizado
02	Sim, porque promove o diálogo para atingir metas.	Diálogo e aprendizado
03	Sim. Porque eles nos ajudam na aplicação e obtenção dos objetivos proposto	Diálogo e aprendizado
04	Sim. Com certeza. Ele tem o olhar mais clínico e a proposta de interdisciplinaridade segue neste sentido..	Atividade interdisciplinar
05	Sim. É mais uma contribuição e aprendizado a partir de um profissional da área especial.	Diálogo e aprendizado
06	Sim porque a inclusão é bom para todos os alunos. E é um desafio muito bom e com ajuda o processo fica mais eficaz.	Diálogo e aprendizado
07	Sim, pois colabora no processo de ensino-aprendizagem de alunos com NEE.	Diálogo e aprendizado
08	Sim, esse apoio do docente EE. Contribui muito para que o professor consiga socializar também com os demais alunos.	Diálogo e aprendizado

<b>09</b>	Sim. Uma forma de melhorar as minhas atividades docentes com relação aos alunos especiais.	Atividade interdisciplinar
<b>10</b>	Como professora de educação especial não tive ainda essa experiência. Mais acredito que não terei problemas com meus colegas da sala regular.	Atividade interdisciplinar
<b>11</b>	Sim. Sempre gostei de atender as atividades que envolvam outros professores. Isso contribui com o processo de aprendizagem dos alunos.	Atividade interdisciplinar
<b>12</b>	Até o momento, nunca compareceu na sala de aula algum professor de Educação Especial. Porém, o trabalho em conjunto ajuda muito no processo de aprendizagem e faz com que o professor se sinta mais bem preparado para enfrentar as adversidades.	Atividade interdisciplinar

16. Aceita de bom grado o aluno NEE na sua sala de aula sabendo, de antemão, que essa presença o obriga à utilização de novas estratégias? Como?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Sim. Ele tem o mesmo direito à aprendizagem que o aluno da educação regular. E é uma experiência de troca, o que faz bem para todos os envolvidos. Todos têm o direito a educação, mesmo que para os alunos com NEE as atividades sejam adaptadas, e é uma experiência muito boa essa troca.	Igualdade de acesso
<b>02</b>	Sim, por esse motivo sempre estou inovando nos recursos e nas estratégias atividades para contribuir com o processo de aprendizagem do aluno.	Igualdade de acesso
<b>03</b>	Sim. Será um enorme ganho para todos os alunos e inclusive para a escola.	Acolhimento do aluno
<b>04</b>	Sim. A inclusão poderá contribuir com a troca de experiência entre os alunos com NEE e os alunos da educação regular, o que favoreceria o conhecimento das deficiências e a inclusão delas na sala de aula.	Aprendizagem sobre a inclusão
<b>05</b>	Sim. Dependendo da deficiência, é necessário adaptar as atividades para que os alunos possam ter condições de acessar o material da mesma forma que o outro colega que não possui deficiência.	Adaptações pedagógicas
<b>06</b>	Aceito, mas não sabia que tinha de usar estratégias específicas para esses alunos, pois entendi que basta a sua presença nas aulas e sua promoção no final do ano letivo.	Acolhimento do aluno

<b>07</b>	Sim. Sem dúvida. É um desafio em que me comprometi, proporcionando ao aluno com NEE acesso à educação de qualidade. E acima de tudo. Amo o que faço	Igualdade de acesso
<b>08</b>	Sim. Quanto mais podemos acolher e aprender sobre a inclusão, mais capazes estaremos para proporcionar novas estratégias de ensino a todos os alunos da sala de aula.	Aprendizagem sobre a inclusão
<b>09</b>	Sim, Se a escola tiver recursos para isso (recursos pedagógicos, material de apoio formação para capacitar professores).	Adaptações pedagógicas
<b>10</b>	Sim, Mas é necessário também acolhimento da escola e as adaptações necessárias tanto física quanto pedagógicas para que a aprendizagem seja de fato efetiva.	Adaptações pedagógicas
<b>11</b>	Sim, por esse motivo sempre estou inovando nos recursos e nas estratégias atividades.	Adaptações pedagógicas
<b>12</b>	Sim. A ser mais ponderada, ensinar os caminhos sem muita exigência e respeitando os limites dos outros. Daí a importância de vários profissionais envolvidos.	Aprendizagem sobre a inclusão

16.1 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha experienciado os benefícios da inclusão

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Nervosismo quase desmaio, nos primeiros dias mesmo já sabendo mais ou menos como era foi frustrante, só depois que fui observando bem os alunos e vendo bem as necessidades de cada um melhorou bastante meu trabalho.	Aprendizagem sobre a inclusão
<b>02</b>	O respeito obtido pelos alunos	Aprendizagem sobre a inclusão
<b>03</b>	Ainda não tive esse prazer em sua completude.	
<b>04</b>	As conquistas e avanços na aprendizagem.	Igualdade de acesso
<b>05</b>	A aceitação dos alunos sem NEE e também, do próprio aluno com NEE.	Igualdade de acesso
<b>06</b>	Os alunos do ensino regular passaram a ter empatia por alunos com NEE.	Aprendizagem sobre a inclusão
<b>07</b>	Foi com a presença de um autista que foi possível trabalhar a alteridade com os outros colegas e o respeito pelas diferenças. No final todos nós saímos ganhando com a experiência.	Aprendizagem sobre a inclusão
<b>08</b>	Ao longo da minha experiência como docente trabalhando com alunos especiais, é que verdadeiramente eles são muito especiais, pois são muito amorosos, respeitadores e e até muito	Acolhimento dos alunos

	responsáveis com as atividades, pois se preocupam em fazê-las mesmo tendo muita dificuldade para respondê-las.	
<b>09</b>	Tenho uma aluna com comprometimento nas mãos, tem dificuldades de movê-las. Quando começou ir ao núcleo. núcleo mãe foi com ela. E ficou lá vendo meu trabalho. E no término ela disse, pensei hoje minha filha não pudesse fazer isso. Eu sempre sou a faço tudo p ela. Será muito importante a vinda dela p núcleo. Coloquei ela p identificar por cores e tentar pegar os objetos. Ela com dificuldade, mais conseguia.	Adaptações pedagógicas
<b>10</b>	Eu trabalho na sala de recursos e com isso, já ofereço aos meus alunos condições de inclusão. Tive um aluno com dislexia e a dificuldade no processo da escrita era muito grande, mas a sua força de vontade estava mais forte e ele segue avançando.	Adaptações pedagógicas
<b>11</b>	A socialização dos alunos, o respeito e o amor ao próximo	Acolhimento do aluno
<b>12</b>	Conhecer o mundo dessas pessoas especiais, que trazem consigo muito afeto .	Adaptações pedagógicas

16.2 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens com a inclusão

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Quando fui matrícula o meu filho na escola regular.	Preconceito
<b>02</b>	Alguns alunos costumam se adaptar as atividades inclusivas	Dificuldades em incluir
<b>03</b>	Dificuldade já tive muitas. Fui descobrindo sozinha a lidar com as dificuldades dos alunos com NEE, principalmente com a questão da escrita.	Dificuldades em incluir
<b>04</b>	A falta fé acompanhamento e profissional capacitado.	Dificuldades em incluir
<b>05</b>	Entrar na turma sem ter um planejamento diferenciado.	Dificuldades em incluir
<b>06</b>	Alguns alunos do ensino regular discriminaram o aluno com NEE.	Preconceito
<b>07</b>	Em momento de agitação do aluno.	Comportamento
<b>08</b>	A dificuldade é que parece que esses alunos são invisíveis tanto para a gestão escolar quanto para os professores, pois não há nenhum trabalho para preparar os alunos e professores para recepcioná-los e lhes darem a devida atenção pedagógica.	Dificuldades em incluir

<b>09</b>	Algumas dificuldades. A maioria vem pela família do aluno. Mais situação em si. Ainda não tive.	Dificuldades em incluir
<b>10</b>	A falta de respeito e não aceitação do aluno, em dizer que: "ele é seu aluno é não meu"..	Preconceito
<b>11</b>	Tive muitas dificuldades ao trabalhar com uma aluna com síndrome de down. Não sabia como fazer para ela parar na sala e como ensinar a mesma.	Dificuldades em incluir
<b>12</b>	Não compreender a língua de sinais	Dificuldades em incluir

**VII-** Trabalho colaborativo entre professor titular e professor de Educação Especial para o sucesso escolar e à inclusão de alunos com NEE nas nossas escolas.

17. O que significa para si o trabalho colaborativo entre os docentes?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Muito, mas nem sempre é assim, as vezes o professor titular acha sempre quem tem deveres com aquele aluno é só o professor de educação especial.	Parceria com outros professores
<b>02</b>	Resposta com sucesso aos objetivos traçados. O trabalho colaborativo pode proporcionar o avanço dos alunos.	Avanço na aprendizagem
<b>03</b>	Onde ambos se respeitem e não queiram apenas mostrar o que sabem, o aluno poderá obter sucesso.	Avanço na aprendizagem
<b>04</b>	Vejo nitidamente o avanço, aprendizagem e sucesso do aluno que possui problemas no processo de aprendizagem.	Avanço na aprendizagem
<b>05</b>	Parceria que sempre dá muito aprendizado para ambas às partes.	Parceria com outros professores
<b>06</b>	Tomada de decisões em conjunto.	Parceria com outros professores
<b>07</b>	Trabalhar juntos para facilitar o processo de ensino aprendizagem para todos.	Avanço na aprendizagem
<b>08</b>	Seria muito bom, mas inexistente tal ação. Se houvesse essa proposta, os alunos seriam os primeiros a se beneficiarem.	Avanço na aprendizagem
<b>09</b>	É o caminho para o bom desenvolvimento desse público.	Avanço na aprendizagem
<b>10</b>	E ter a humildade e aceitar ajudar do profissional. Essa colaboração consolida e fortalece as relações entre os professores, porém não são efetivas.	Não há parceria
<b>11</b>	É de suma importância esse trabalho porque nos dá a oportunidade de trocarmos de ideias e experiências, e de um aprender com o outro.	Parceria com outros professores

<b>12</b>	Sucesso no ofício.	Avanço na aprendizagem
-----------	--------------------	------------------------

18. Pensa que o trabalho colaborativo entre docentes de Educação Especial e docentes do ensino regular é importante? Justifique.

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Sim é muito importante, a inclusão e o trabalho em equipe contribui para um mundo menos excludente. Oferecendo aos alunos especiais, condições de igualdade de acesso e de	Avanço na aprendizagem
<b>02</b>	Sim. Porque promove um diálogo para atingir as metas desejadas	Avanço na aprendizagem
<b>03</b>	Sim. Muito importante. É a partir de nossas observações e compartilhamento das mesmas que chegaremos a um bem comum que é orientar, encaminhar o ensino da criança. Sem atropelos, sem quebras mais por inteiro. Completo.	Avanço na aprendizagem
<b>04</b>	Sim. Quando dois segmentos de ensino ou especialistas se propõem a ajudar uns aos outros em detrimento de um bem maior, que é os nossos alunos especiais, esse é o maior bem na Educação.	Parceria com outros professores
<b>05</b>	Pois ambas têm que ter apenas um foco os alunos de modo geral e um objetivo o aprendizado. Quando penso no trabalho colaborativo, vejo o aluno com NEE sendo realmente pensado na sua individualidade, o que anteriormente não se vê. E isso proporciona a efetiva inclusão.	Parceria com outros professores
<b>06</b>	Sim, pois fomenta a integração no ambiente escolar.	Integração no ambiente escolar
<b>07</b>	Sim. Porque o aluno EE. É também aluno do docente regular. Tem que haver parceria.	Parceria com outros professores
<b>08</b>	Sim, muito importante, pois poderia aprender e melhor atender os alunos especiais a partir da experiência dos professores da educação especial.	Avanço na aprendizagem
<b>09</b>	Muito. Quando fazemos um trabalho. E o mesmo é para melhorar no desenvolvimento do alunado. O que vem a somar é importante, e para mim essa é o caminho certo. Além da colaboração da família que é requisito fundamental também.	Avanço na aprendizagem
<b>10</b>	Sim. Como antes falado se não houver essa parceria esse trabalho em equipe, o aluno não terá exido no ensino aprendizagem.	Não há parceria
<b>11</b>	Sim. Penso que é com os professores da educação especial que iremos aprender a trabalhar com esses alunos. Esses profissionais têm formação e, com certeza, muito a nos oferecer.	Avanço na aprendizagem
<b>12</b>	Sim. Todas as dificuldades são sanadas quando de fato temos a consolidação das parcerias. Os nossos alunos merecem todo o processo de inclusão, como deve ser.	Avanço na aprendizagem

19. O que considera mais importante para a realização de um bom trabalho em equipe?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	A troca de ideias e entendimentos em equipe. Quando é possível trabalhar em equipe, essa consegue ajudar o aluno.	Envolvimento em equipe
<b>02</b>	Respeito. Percebo que quando há um trabalho que envolve um grupo heterogêneo, onde há valores e também limitações, o respeito e a vontade em contribuir com o processo precisa ser valorizado.	Partilha
<b>03</b>	Envolvimento, comprometimento, comunicação, esses são os principais fatores para conseguir um bom resultado em equipe. No mais, busco sempre dar o meu melhor enquanto educadora.	Envolvimento em equipe
<b>04</b>	A vontade de aprender o diferente, o novo.	Partilha
<b>05</b>	O objetivo que é o aprendizado a socialização dos alunos. Quando estamos dispostos em desenvolver um trabalho em equipe, vamos buscando avançar cada vez mais, o que é bom para todos.	Partilha
<b>06</b>	Empatia. Quando há a oportunidade de desenvolvermos um trabalho em grupo, ou até mesmo em equipes menores, o que nos soma é a experiência de cada pessoa e isso é gratificante.	Partilha
<b>07</b>	Companheirismo é a palavra que resume qualquer atividade que se propõem fazer em grupos. Sentamos e planejamos o processo da inclusão.	Diálogo entre os professores
<b>08</b>	O debate sobre os problemas o planejamento. Essas reuniões podem nos ajudar a compreender melhor os alunos e as suas necessidades.	Partilhar
<b>09</b>	Como citado. O próprio trabalho em equipe poderá nos levar a uma busca para a solução das demandas dos alunos. A responsabilidade, comprometimento para sempre ter sucesso nos objetivos a alcançar, são imprescindíveis nessas reuniões.	Diálogo entre os professores
<b>10</b>	Em primeiro lugar aceitar e receber o aluno. Adaptar-se ao aluno. Quando isso for possível, o trabalho em equipe só irá contribuir para a aprendizagem e o envolvimento de todos.	Envolvimento em equipe
<b>11</b>	Interesse e amor aos alunos. Sempre acreditei que quanto mais envolvidos sejam os profissionais que atuam na educação, melhor será para os alunos	Envolvimento em equipe
<b>12</b>	Colaboração. Quando uma equipe de professores e profissionais da educação se propõem a ajudar os alunos o que mais vemos é a troca de experiência para um bem maior.	Partilhar

20. Na sua escola é frequente a troca de ideias/problemas/estratégias entre professores do ensino regular e professores da Educação Especial? Justifique sua resposta.

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Sim, sempre que possível, partilhamos as nossas experiências com os nossos colegas de série, e quando possível, até mesmo com os nossos colegas de outros segmentos. Os professores são	Partilha
<b>02</b>	Não. Infelizmente não conseguimos avançar nesta questão. Quem poderia nos ajudar, por ter mais experiência, não está disposto a ajudar.	Não há o trabalho colaborativo
<b>03</b>	Sim, sempre. Percebi ao longo dos anos lecionando, o quanto é importante a troca de experiência e inclusive, de dificuldades. Quando nos propomos a ser solidários, fica mais leve a arte do ensinar. Às vezes nos deparamos com dificuldades que não sabemos resolver pelo simples fato de não termos tanta experiência.	Partilha
<b>04</b>	Não muito. Tem. Mais falta melhorar. Ainda existe muita falta de união. Muitos professores querem ser o dono do saber e não são humildes pra ouvir críticas, aceitar sugestões.	Diálogo entre os professores
<b>05</b>	Às vezes. Mas o que de fato fica é a troca de experiências que nos ajuda muito. Porque quando nos deparamos a um problema que não sabemos resolver, esses	Partilha
<b>06</b>	Ainda não. Minha resposta e baseada no que me refiro a ser algo bem novo no meu município. Infelizmente não temos esse costume de dividir com os outros a nossa experiência.	Não há partilha
<b>07</b>	Sim. Porque o aluno EE. É também aluno do docente regular. Tem que haver parceria e essas parcerias precisam ser sempre reforçadas. Assim eu acredito que poderemos ter um processo de	Partilha
<b>08</b>	Sim, muito importante, pois poderia aprender e melhor atender os alunos especiais a partir da experiência dos professores da educação especial. Eu quando tenho dúvidas sobre algum transtorno ou deficiência, sempre recorro a um colega que já aprofundou nos estudos ou fez algum curso específico para a inclusão.	Partilha
<b>09</b>	Sim. Eu mesma já tive essa experiência em partilhar o que já vivenciei na sala de aula com um aluno autista e também, buscar ajuda para atender aluno com deficiência mental.	Partilha
<b>10</b>	Não, infelizmente sinto que a escola que leciono tem professores que não contribui para ajudar os alunos. As vezes até ignoram o que o outro	Não há partilha

	professor fala para não ter que ajudar no que é preciso no momento.	
<b>11</b>	Sim, sempre! A equipe é unida e os professores que são mais especializados no tema, fazem questão de ajudar sempre.	Partilha
<b>12</b>	Infelizmente não temos essa união. Seria tão bom que todos pudessem contar uns com os outros, mas na prática não é possível.	

20.1 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da colaboração

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Não me lembro, infelizmente não tenho nenhuma memória sobre esse fato. Bem que eu gostaria de saber, mas agora, nesse momento não consigo.	Não se lembra
<b>02</b>	Lembro de uma aluna com autismo que estava em minha sala e a experiência foi única. Todos os alunos começaram a participar das atividades e tentar de alguma forma, buscar interagir com ela. E essa interação só foi possível porque tive ajuda de uma professora que tinha experiência com ele. Mas esse fato foi em outra escola, e não nesta que estou agora, como já havia dito anteriormente.	Partilha
<b>03</b>	Lembro de quando entrou um aluno cadeirante e esse precisou de um trabalho diferenciado, porque ele tinha problemas com a autoestima. E com a ajuda dos colegas, foi possível avançar com o processo de inclusão com ele.	Partilha
<b>04</b>	Quando o profissional é competente e contribui para o desenvolvimento do educando. Mas nesta escola não tenho lembrança de um caso que houve um benefício. Mesmo porque, como disse anteriormente, é muito difícil dar sugestões e acolherem o que o outro já vivenciou.	Não se lembra
<b>05</b>	Compartilhamento de ideias e palavras de incentivos. Quando precisei de ajuda, alguns professores se dispuseram a ajudar como sempre.	Partilha
<b>06</b>	Integração discente. Ao dizer sobre essas palavras, me refiro a união para o benefício do aluno deficiente. Mas infelizmente não tenho esse retorno para dar.	Não se lembra
<b>07</b>	Essa colaboração ocorre no momento em que o aluno está no intervalo. Todos demonstram cuidado e atenção, dividindo suas experiências e nos	Partilha

	ajudando a ajudar. Vejo e acolho com muita alegria, os dizeres dos colegas mais experientes.	
<b>08</b>	Sempre busco recorrer a um colega quando tenho dificuldades em compreender a necessidade do meu aluno. E assim, vejo benefícios nesta ajuda mútua.	Partilha
<b>09</b>	Busco ainda esses benefícios com meus colegas. Ainda não tivemos e nem passamos por grandes experiências .	Partilha
<b>10</b>	Ao receber um aluno com grande dificuldade de atenção e concentração e não conseguir executar as atividades. Mas ao pedir ajuda aos colegas de como trabalha atenção e a concentração desse aluno, ficou mais fácil meus atendimentos é aplicações das atividades.	Partilha
<b>11</b>	Nunca houve colaboração	Não se lembra
<b>12</b>	Tenho um aluno com deficiência auditiva, tive dificuldades e pedi apoio para a direção da escola, foi gratificante, ele foi acompanhado por um intérprete de línguas que me ajudou bastante nas atividades.	Partilha

20.2 Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens na colaboração

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Não me lembro de nenhuma.	Não lembra
<b>02</b>	Reunir para planejar	Planejamento
<b>03</b>	Muitas. Acompanho alunos autistas que nem sei ainda qual é realmente o diagnóstico dele. Isso portanto, dificulta meu trabalho demais.	Formação na área
<b>04</b>	Quando o profissional da NEE sabe menos que o aluno e se recusa a ouvir o colega, ou até mesmo buscar mais formação sobre um determinado tema Infelizmente há pessoas que não conseguem trabalhar em equipe.	Formação na área
<b>05</b>	Tive dificuldades no momento em precisava acalmar o aluno de uma crise. Não houve nenhuma pessoa que se apresentou para me ajudar naquela situação. Foi tão difícil.	Na ajuda imediata
<b>06</b>	Isolamento do discente. Quando um colega não se abre ou não quer contribuir com o outro, fica tão difícil. Não sabemos se isso é porque não tem formação em inclusão ou se simplesmente não aceitam colaborar.	Na ajuda imediata.

<b>07</b>	Na hora do lanche do meu aluno. As vezes preciso de uma ajuda rápida, mas nem sempre tenho pessoas dispostas a ajudar naquele momento.	Na ajuda imediata
<b>08</b>	Não há colaboração por parte de alguns professores, e isso é uma grande desvantagem porque não sabemos, às vezes, se seremos acolhidos com a nossa demanda, mas não seriam todos.	Não há colaboração
<b>09</b>	Ainda não tive situações assim.	Não lembra
<b>10</b>	A falta de companheirismo entre os profissionais, isso com certeza terá dificuldades e será desvantajoso, para os trabalhos.	Não há colaboração
<b>11</b>	Não houve, que eu me lembre, nenhuma situação pontual.	Não lembra
<b>12</b>	Apoio dos pais, infrequentes no acompanhamento dos alunos com necessidades, o que torna difícil para o professor de sala.	Apoio da família

**VIII-** Trabalho colaborativo com a gestão escolar.

21. Descreva os maiores desafios que uma escola regular enfrenta para acolher os alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Acredito que seja a formação na área de educação especial, especializa profissional! Infelizmente, as faculdades oferecem o básico na formação inicial, e as especificidades das doenças, acabamos aprendendo na prática e na busca por leituras complementares.	Formação na área
<b>02</b>	O espaço e material didático são sem dúvida os maiores desafios que uma escola enfrenta hoje. E isso afeta diretamente o aluno no seu processo de aprendizagem.	Adequação da estrutura física e pedagógica
<b>03</b>	O espírito de inferioridade de muitos pais. Eles acham que se a direção disser que não tem vaga, seja discriminação. Outro ponto, é a falta de profissionais para trabalhar com essas crianças.	Parceria com a família
<b>04</b>	O pré conceito e a capacitação profissional. Infelizmente, não conseguimos atender a todas as demandas. Eu por exemplo, já tive dificuldades em ajudar um aluno que era cego, depois disso que vi a necessidade de uma formação mais aprofundada.	Formação na área
<b>05</b>	Compreensão da parte dos pais quanto o que a escola pode oferecer. Precisamos da família para podermos avançar cada vez mais.	Parceria com a família

06	Eu sempre achei que seria a adequação da estrutura física da escola, o uso de materiais adequados e a formação especializada dos professores. Se a escola desse conta desses elementos, a inclusão seria garantida.	Adequação da estrutura física e pedagógica
07	Acessibilidade. Eu vejo ainda muitos problemas na estrutura física da escola. Incluir, no meu ponto de vista, requer um avanço tanto na parte física da escola, quanto no processo de acolhimento e inclusão pedagógica.	Adequação da estrutura física e pedagógica
08	A falta de planejamento, para atender a demanda desses alunos, a falta de conhecimento sobre a inclusão, dificulta muito o acolhimento. Vejo essas dificuldades no dia a dia.	Planejamento
09	A adaptação do corpo físico. A falta de preparação dos profissionais e talvez, até a aceitação em incluir, o que é muito ruim se tratando de professores. Mas é o que penso.	Formação na área
10	E pensar que aquele aluno não é alunos de todos. E sim que seja total responsabilidade do professor cuidador, o que acaba sendo muito triste. É preciso receber o aluno e oferecer a inclusão de acordo com cada demanda.	Formação na área
11	O respeito dos outros alunos, a falta de materiais e estrutura da escola são fatores que não contribui com a inclusão.	Adequação da estrutura física e pedagógica
12	Alunos não cadastrados no censo, muitos são matriculados na escola, sem receber recurso e auxílio pedagógico, o que aliás, é importante para o seu desenvolvimento escolar.	Adequação da estrutura física e pedagógica

22. Há formação dos professores para atender a todas as demandas inclusivas da escola? Quais? Descreva-as.

Participante	Resposta	
01	Não. Seria necessário um planejamento com diversas formações, sendo específicas para cada deficiência e transtorno que busque de fato incluir.	Ausência de formação
02	Não. A escola ainda não proporcionou nenhuma específica.	Ausência de formação
03	Sim. Com cursos de extensão, formação oferecida pela secretaria de educação.	Curso de extensão
04	Nem sempre. As poucas que tivemos, envolve os encontros de professores de áreas, isso inclui os professores de Linguagens, Ciências e Humanas.	Encontro de professores
05	As vezes a secretaria proporciona encontro para os professores, mas isso não ocorre com tanta frequência como deveria ocorrer.	Encontro de professores

06	Sim. Porém, muito raso. Encontro de professores. Geralmente é só pra ler textos e discutir. Nunca conseguimos aprofundar os assuntos.	Encontro de professores
07	Às vezes, mas não passam de reuniões com os professores para discutir as deficiências e o que fazer para ajudar os alunos. Só isso mesmo!	Encontro de professores
08	Não, é muito recente o despertamento pra essa realidade educativa.	Ausência de formação
09	Não. Seria muito bom se a escola ou a prefeitura adotasse um projeto de formação continuada e que esse contemplasse os desejos dos professores sobre o assunto.	Ausência de formação
10	Não	Ausência de formação
11	Sim. Há cursos de formação, pelo menos uma vez por ano. Muitas vezes esses cursos são oferecidos pela prefeitura.	Curso de Extensão
12	Nem sempre. Infelizmente não tem sido fácil, buscamos uma formação na área da inclusão.	Ausência de formação

23. Qual a contribuição que a Direção e a Supervisão dão no processo de inclusão dos alunos com NEE?

Participante	Resposta	
01	Não sei responder	Não soube responder
02	A direção e a supervisão proporcionam o acompanhamento dos alunos e transmite as famílias um relatório.	Acompanhamento do aluno
03	Tenho uma experiência de acompanhar as atividades dos alunos e no final da semana repassar um relatório. Após esse relatório é comparado com o relatório da professora titular pra diagnosticar o progresso do aluno. Se positivo continua as atividades seguintes, se não, os pais são chamados para ver um tratamento mais específico com outro profissional, paralelo ao estudo regular	Acompanhamento do aluno
04	Muitas vezes é difícil contribuir quando pouco se conhece. É preciso passar por formação. Existe boa vontade, mas precisamos muito mais do que isso para oferecer uma educação de qualidade ao nosso aluno.	Formação anual
05	Sempre estão ajudando com palavras e atitudes positivas. Há por parte da escola um acompanhamento das nossas atividades em sala de aula.	Acompanhamento do aluno
06	Intermediação. E essa intermediação professor e família pode os ajudar a avançar.	Intermediação escola X família

07	Palestras e treinamentos são o que a escola nos oferece. Mas elas surgem como reuniões de professores.	Formação anual
08	Vejo somente a ação de suprir a necessidade de cuidadores e encaminhamento desses alunos para o contra turno do AEE.	Acompanhamento do aluno
09	Nosso município está agora se adequando a essa realidade. Iniciou com um Núcleo de Atendimento Educacional Especializado que nos oferece subsídio para o acompanhamento mais direcionado ao aluno.	Acompanhamento do aluno.
10	Difícilmente teremos grande apoio ou formação pra atendimento educacional especializado. Não há condições da escola, a direção e supervisão, no caso, de oferecer alguma coisa aos alunos.	Não há apoio
11	A direção e a supervisão recebem o aluno, mas não oferecem muito suporte, a única coisa que fazem é acompanhar o trabalho das professoras.	Acompanhamento do aluno
12	Pouca. O máximo é conversar com a família sobre o filho que tem deficiência.	Intermediação escola X família

24. Você conhece os direitos dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais?

Participante	Resposta	
01	Sim. Temos a LDB, o próprio Estatuto do Deficiente surgiu em 2015. Eles oferecem condições para a inclusão dos alunos.	LDB, Estatuto do Deficiente
02	Uma parte, o que mais tenho conhecimento é a LDB _ Lei de Diretrizes e Base da Educação, que fala da inclusão.	LDB
03	Não.	Não conhece
04	Não	Não conhece
05	Em parte. Para o concurso precisei estudar a Lei de Salamanca, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	Salamanca LDB
06	Muito vagamente, o que tenho aprendido e que eles não podem serem reprovados.	Em parte
07	Sim. Busco sempre ter conhecimento do assunto. Agora estou estudando o Estatuto do Deficiente. Temos a lei do Autismo e o projeto de lei sobre o TDAH que tramita no senado.	Estatuto do Deficiente. Lei do Autismo. Projeto de Lei do TDAH
08	Sim. A principal é a Lei de Diretrizes e Base de Educação. Essa lei contempla todos os segmentos e as necessidades dos alunos.	LDB
09	Sim. O Estatuto do Deficiente é o mais atual. Ele fala das deficiências e transtornos existentes e propõem ações de inclusão na educação, como por exemplo, a dilação do tempo nas atividades.	Estatuto do Deficiente

<b>10</b>	Uma parte. Conheço o nome de algumas, mas não tenho em mente o que elas de fato podem ajudar.	Em parte
<b>11</b>	Não.	Não conhece
<b>12</b>	Não	Não conhece

25. Quais são as adaptações feitas nas atividades letivas e avaliativas dos alunos de NEE?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Em minhas aulas, costumo propor atividades lúdicas, na qual participo juntamente com o aluno que tem alguma deficiência.	Atividades lúdicas
<b>02</b>	Às vezes busco diminuir os textos e desmembrar as questões para facilitar a leitura e compreensão das atividades. Os alunos com TDAH precisam desse recurso.	Redução das questões
<b>03</b>	Atividade com menos questões, avaliações com outros enunciados conforme o conteúdo trabalhado.	Adaptações na escrita e no texto para a leitura
<b>04</b>	Não conheço.	Não faço adaptações
<b>05</b>	Busco selecionar materiais pedagógicos de acordo com o planejamento e a demanda do aluno. Assim, poderei contribuir com a sua formação.	Adaptações na escrita e no texto para a leitura
<b>06</b>	Reestruturação das atividades. Sempre busco adequar a atividade proposta aos alunos da educação regular, para os meus alunos especiais.	Adaptações na escrita e no texto para a leitura
<b>07</b>	São feitas de acordo com cada deficiência. Às vezes tenho alunos que precisam das atividades com a letra maior. Outras vezes com o enunciado separado e o texto pequeno. Então vai depender muito do transtorno ou deficiência.	Adaptações na escrita e no texto para a leitura
<b>08</b>	Nenhuma. Não costumo adaptar nenhuma atividade.	Não faço adaptações
<b>09</b>	Como citei. Não tivemos tempo de passar p essas adaptações. Devido a pandemia que parou o mundo. Pois, é um trabalho recente no município	Não faço adaptações
<b>10</b>	Busco fazer sempre que possível, as adaptações na escrita e leituras... atrasando processo de alfabetização de forma lúdica e dinâmica despertando interesse do aluno.	Adaptações na escrita e no texto para a leitura
<b>11</b>	Infelizmente é muito difícil para mim essas adaptações.	Não faço adaptações
<b>12</b>	Atividades diversificadas de acordo com o tipo de deficiência.	Atividades lúdicas

26. Quais são as ações/planeamentos voltados para a inclusão dos alunos com necessidades especiais?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	No meu caso, primeiramente acolho o aluno e busco entender as limitações dele.	Acolhimento do aluno
<b>02</b>	Busco integrar o aluno que necessita de um olhar diferenciado, com os demais alunos na sala. A integração é o meio facilitador do convívio social e juntamente com ela, faço as adaptações necessárias.	Acolhimento do aluno
<b>03</b>	É necessário oferecer ao aluno com NEE um atendimento individualizado e para que ele funcione, a família também precisa oferecer acompanhamentos específicos individuais com psicólogos, psicopedagogos, neuro-psicopedagogo. Assim, em um trabalho compartilhado poderemos oferecer o melhor para o aluno.	Planejamento individualizado
<b>04</b>	Nenhuma. Não teria essa condição com uma sala muito cheia.	Não faço planejamento
<b>05</b>	Nas minhas aulas, tento oferecer uma educação para todos. E isso inclui um planejamento pedagógico individualizado.	Planejamento individualizado
<b>06</b>	Atividades acessíveis às necessidades dos alunos com NEE.	Adaptações na escrita e no texto para a leitura
<b>07</b>	Acredito que o apoio com o profissional para cuidar desse aluno, poderá ajudá-lo no processo da efetivação da inclusão na escola.	Apoio profissional
<b>08</b>	Nenhum, basta eles frequentarem o ambiente escolar e no final de ano serem aprovados.	Não faço planejamento
<b>09</b>	Ainda não tivemos.	Não faço planejamento
<b>10</b>	Deveria primeiro ser com a família. Por que os trabalhos só ter êxito se houver continuidade na família e um planejamento que atenda às necessidades dos alunos.	Planejamento individualizado
<b>11</b>	Não há ações, nem planejamentos voltados para essa questão.	Não faço planejamento
<b>12</b>	Como exemplo para essa pergunta, temos a sala de recurso estruturada, profissional formado na área de AEE para dar apoio ao professor de sala regular e com isso, o atendimento é totalmente individualizado.	Planejamento individualizado

27. Como é a relação família X escola?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Muito complexa e difícil! Infelizmente muitas famílias não acompanham a formação de seus filhos, o que dificulta ainda mais o processo de inclusão	Conflituosa
<b>02</b>	Vejo como uma relação cooperadora. Embora muitas famílias não tenham conhecimentos aprofundado sobre as deficiências e os transtornos de seus filhos, essas buscam sempre saber e colaborar com a escola	Cooperação
<b>03</b>	Muito boa. Muito boa mesmo. Todas as vezes que preciso conversar com uma família, seja para tratar de questões pedagógicas, seja para auxiliar na disciplina, eles são sempre solícitos.	Cooperação
<b>04</b>	Ruim. Quando é necessário a presença dos pais, sempre há uma desculpa para não irem a escola e isso é muito triste	Conflituosa
<b>05</b>	Boa. Toda vez que solicitei a presença dos pais, obtive êxito. Acho interessante a participação de algumas famílias que buscam o melhor para seus filhos.	Cooperação
<b>06</b>	Por vezes, conflituosa. Mas é até esperado, porque as famílias não têm conhecimento do processo de aprendizagem e acreditam que a escola não ajuda muito.	Conflituosa
<b>07</b>	Sempre que necessário as famílias vão a escola. No meu caso, nunca tive problemas com isso.	Cooperação
<b>08</b>	Regular, a maioria dos pais frequentam a escola quando são chamados pela direção e isso de forma pouco satisfatória.	Conflituosa
<b>09</b>	Estamos em processo de adaptação e de buscar essa relação com a família, mas percebi que nos últimos anos elas tem buscado mais a escola.	Cooperação
<b>10</b>	Ainda em se trata em Educação especial ainda estamos distantes. Mas nada que não possa ser melhorada. Ainda precisamos conscientizar a família da importância de sua presença, mas isso é ainda muito difícil.	Conflituosa
<b>11</b>	A escola sempre abre espaço para a família. Há uma boa relação, na maioria das vezes.	Cooperação

<b>12</b>	Distante. E isso é um triste cenário que enfrentamos, ainda mais nesse momento tão delicado que o mundo está vivendo.	Conflituosa
-----------	---	-------------

28. Existe avanços em incluir sem excluir? Se respondeu afirmadamente, descreva-os.

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>	
<b>01</b>	Não, infelizmente o processo de inclusão é também muito difícil, isso porque o primeiro impacto é com o diferente, o que muitos alunos da educação regular não conhecem.	Respeito mútuo
<b>02</b>	Sim. Os alunos se sentem mais úteis, a inclusão favorece o respeito e a alteridade. Acredito que é importante essa experiência tanto do aluno com NEE quanto ao aluno da educação regular.	Respeito mútuo
<b>03</b>	Sim. Quando o respeito é trabalhado na escola desde o início, as crianças tendem a respeitar o fluxo de entrada e saída de crianças com NEE.	Ensinar os alunos sobre a inclusão
<b>04</b>	Sim. A exclusão apenas atrasa o processo inclusivo é necessário oferecer aos alunos um conhecimento sobre as necessidades do colega que é deficiente.	Ensinar os alunos sobre a inclusão
<b>05</b>	Sim incluir é não deixar de fora das atividades escolares.	Acompanhamento das atividades
<b>06</b>	A inclusão deve ser um processo reflexivo, precisamos ensinar como acolher e ajudar aos alunos com necessidades especiais.	Cuidado com o aluno
<b>07</b>	Sim. Todo cuidado para que esse aluno seja cuidado e atendido da melhor forma possível.	Cuidado com o aluno
<b>08</b>	Tenho aprendido que os alunos com NEE devem ser incluídos, mas pouco tem sido feito para a inclusão desses alunos, acredito que há avanços em incluir sem excluir, vejo que mesmo com as dificuldades para aprender esses alunos avançam na aprendizagem, sempre capitando alguma aprendizagem. Já vi ex-aluno especial meu que conseguiu trabalho, e vi que assim como ele era responsável nas atividades ele também era responsável no seu local de trabalho.	Ensinar os alunos sobre a inclusão
<b>09</b>	Sim. Ainda é um caminho muito longo a percorrer, mais existe sim. Quando buscamos dar de direito desse público-alvo. Mas, há muito ainda o que fazer.	Cuidado com o aluno
<b>10</b>	Não.	

DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS NEE EM UMA PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR

---

<b>11</b>	Sim. Todos precisam de oportunidade. A escola tem que abrir espaço para a inclusão.	Ensinar os alunos sobre a inclusão
<b>12</b>	Sim. Se todos, governos, escola e família se derem as mãos nesse trabalho, que é a EDUCAÇÃO, direito de todos e para todos.	Cuidado com o aluno

